

1917  
2017

CENTENÁRIO DA  
1ª GREVE GERAL NO BRASIL  
E DA REVOLUÇÃO RUSSA



15ª PLENÁRIA  
**CONGRESSO  
EXTRAORDINÁRIO  
E EXCLUSIVO**

Dias 28, 29, 30 e 31  
de agosto de 2017  
São Paulo-SP

**100 ANOS DEPOIS... A LUTA CONTINUA!  
NENHUM DIREITO A MENOS!**

CADERNO DE SUBSÍDIOS AO DEBATE



**1917  
2017**

**CENTENÁRIO DA  
1ª GREVE GERAL NO BRASIL  
E DA REVOLUÇÃO RUSSA**



**100 ANOS DEPOIS... A LUTA CONTINUA!  
NENHUM DIREITO A MENOS!**

**CADERNO DE SUBSÍDIOS AO DEBATE**



# DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT

## GESTÃO 2015/2019

### **Presidente**

Vagner Freitas de Moraes

### **Vice-Presidenta**

Carmen Helena Ferreira Foro

### **Secretário-Geral**

Sérgio Nobre

### **Secretária-Geral Adjunta**

Maria Aparecida Faria

### **Secretário de Administração e Finanças**

Quintino Marques Severo

### **Secretário-Adjunto de Administração e Finanças**

Aparecido Donizeti da Silva

### **Secretário de Relações Internacionais**

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

### **Secretário-Adjunto de Relações Internacionais**

Arioaldo de Camargo

### **Secretário de Assuntos Jurídicos**

Valeir Ertle

### **Secretária de Combate ao Racismo**

Maria Júlia Reis Nogueira

### **Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo**

Rosana Sousa Fernandes

### **Secretário de Comunicação**

Roni Anderson Barbosa

### **Secretário-Adjunto de Comunicação**

Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)

### **Secretário de Cultura**

José Celestino Lourenço (Tino)

### **Secretária-Adjunta de Cultura**

Annyeli Damião Nascimento

### **Secretária de Formação**

Rosane Bertotti

### **Secretária-Adjunta de Formação**

Sueli Veiga de Melo

### **Secretária de Juventude**

Edjane Rodrigues

### **Secretário de Meio Ambiente**

Daniel Gaio

### **Secretária de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais**

Janeslei Albuquerque

### **Secretária da Mulher Trabalhadora**

Juneia Martins Batista

### **Secretário de Organização e Política Sindical**

Ari Aloraldo do Nascimento

### **Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical**

Eduardo Guterra

### **Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos**

Jandyra Uehara

### **Secretária de Relações de Trabalho**

Maria das Graças Costa

### **Secretário-Adjunto de Relações Trabalho**

Pedro Armengol de Souza

### **Secretária de Saúde do Trabalhador**

Madalena Margarida da Silva

### **Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador**

Maria de Fátima Veloso Cunha

### **Diretoras e Diretores Executivos**

Ângela Maria de Melo

Cláudio da Silva Gomes

Elisângela dos Santos Araújo

Francisca Trajano dos Santos

Ismael José Cesar

José de Ribamar Barroso

Juliana Salles de Carvalho

Julio Turra Filho

Juvândia Moreira Leite

Mara Feltes

Marcelo Fiorio

Maria Izabel Noronha (Bebel)

Milton dos Santos Rezende

Rogério Pantoja

Virginia Berriel

Vitor Carvalho

### **Conselho Fiscal - Efetivo**

Adriana Maria Antunes

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Francisco Chagas (Chicão)

Jose Mandu Amorim

### **Conselho Fiscal - Suplentes**

Amanda Corcino

Juseleno Anacleto

Nelson Morelli

Raimunda Audinete de Araújo



# SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>I - Regimento Interno</b>                           | <b>9</b>  |
| <b>II - Texto Base</b>                                 | <b>15</b> |
| <b>Apresentação</b>                                    | <b>15</b> |
| <b>Conjuntura Internacional</b>                        | <b>17</b> |
| <b>Conjuntura Nacional</b>                             | <b>21</b> |
| • O significado político do golpe                      | 21        |
| • Ação articulada para implementar a agenda neoliberal | 21        |
| • Entrega de riquezas e da soberania nacional          | 22        |
| • Aprofundamento da recessão e elevação do desemprego  | 23        |
| • Crise social e insegurança                           | 24        |
| • Incerteza no cenário político                        | 25        |
| • Rejeição do governo e lutas populares                | 25        |
| • Antirreformas trabalhista e da previdência           | 26        |
| • Desafios   | 28        |
| <b>Estratégia</b>                                      | <b>29</b> |
| <b>Plano de lutas</b>                                  | <b>33</b> |
| <b>III - Propostas</b>                                 | <b>37</b> |



# REGIMENTO INTERNO

## 15ª PLENÁRIA NACIONAL ESTATUTÁRIA CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO E EXCLUSIVO DA CUT

### CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS DA 15ª PLENÁRIA

Art. 1º - A 15ª Plenária Nacional Estatutária da CUT tem como objetivos:

- a) Atualizar o debate de conjuntura nacional e internacional.
- b) Discutir e aprovar resoluções sobre estratégia e plano de lutas do período entre 2017 e 2019, conforme o temário constante neste Regimento.
- c) Recompôr direção em caso exclusivo de vacância de cargos.

### CAPÍTULO II - DA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PLENÁRIA

Art. 2º - A 15ª Plenária Nacional Estatutária da CUT será realizada de 28 a 31 de agosto de 2017, no Espaço de Convenção IMMENSITÁ, localizado à Rua Av. Luiz Dumont Villares, 392 - Santana, São Paulo-SP.

Art. 3º - A Executiva Nacional é responsável pela organização da 15ª Plenária Nacional Estatutária da CUT. A Coordenação Nacional da 15ª Plenária é de responsabilidade dos seguintes membros da Executiva Nacional da CUT:

Sergio Nobre - Coordenador Geral da 15ª Plenária

Maria Aparecida Faria - Coordenadora Geral da 15ª Plenária

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Ari Aloraldo do Nascimento

Jandyra Massue Uehara Alves

Julio Turra

Maria de Fátima Veloso Cunha

Milton dos Santos Rezende

Quintino Marques Severo

Rosana Fernandes

Rosane Bertotti

### **CAPÍTULO III - DOS PARTICIPANTES**

Art. 4º - De acordo com o Estatuto da CUT e as resoluções da Direção Nacional da CUT, são participantes da 15ª Plenária:

- a) Delegados/as dos Estados, eleitos nas Plenárias Estaduais na proporção de um/a delegado/a para cada 10.000 sindicalizados/as no Estado, ou fração de 50% mais um da proporção;
- b) Delegados/as dos ramos, eleitos nas Confederações e Federações Nacionais, orgânicas da CUT, eleitos em reuniões dos respectivos conselhos, na proporção de um delegado/a para cada 20.000 sindicalizados/as do ramo, ou fração de 50% mais um da proporção;
- c) Os membros da Direção Nacional da CUT como delegados/as natos, de acordo com os critérios definidos no Estatuto da CUT;
- d) Os/as convidados/as e observadores/as, conforme critérios definidos pela Coordenação Nacional da 15ª Plenária, referendados pela Direção Nacional da CUT, sendo um por estado/ramo.

Parágrafo Único: Para a eleição de delegados/a é obrigatório obedecer ao critério de cota de gênero, sendo vedada a substituição de um sexo pelo outro.

### **CAPÍTULO IV - DAS INSCRIÇÕES E CREDENCIAMENTO**

Art. 5º - Os/as delegados/as participantes da 15ª Plenária foram inscritos previamente, mediante apresentação da documentação exigida para atendimento às normas Estatutárias e pagamento da taxa de inscrição.

Art. 6º - O credenciamento dos/as delegados/as, previamente inscritos/as, será realizado exclusivamente no Espaço de Convenção IMMENSITÁ, localizado à Rua Av. Luiz Dumont Villares, 392 - Santana, São Paulo-SP, sob responsabilidade da Coordenação Nacional da 15ª Plenária, e obedecerá ao seguinte calendário:

27/08/17 - Início de credenciamento, das 14h às 19h;

28/08/17 - Segunda-feira - das 8h às 19h;

29/08/17 - Terça-feira - das 9h às 14h para delegados/as efetivos, e

das 14h às 18h para delegados/as suplentes.

Parágrafo primeiro - Para o credenciamento será utilizada uma listagem previamente preparada com todos os nomes dos/as delegados/as de acordo com os critérios estatutários e as normas estabelecidas pela Coordenação Nacional da 15ª Plenária. Cada delegado/a, no ato do credenciamento deverá apresentar um documento de identificação válido e com foto.

Parágrafo segundo - Os/as suplentes serão imediatamente credenciados/as em substituição aos/às delegados/as efetivos/as impossibilitados/as de comparecer, mediante autorização por escrito do Coordenador Adjunto do respectivo Estado e/ou Confederação/Federação Nacional da CUT.

Parágrafo terceiro - Encerrado o período de credenciamento, o setor responsável será desfeito, não havendo, portanto, nenhuma possibilidade de credenciamento fora do prazo limite.

Parágrafo quarto - Cada delegado/a é responsável pela guarda do material contido nas pastas e não haverá, em nenhuma hipótese, reposição de crachás/cartão de voto.

Parágrafo quinto - Somente os/as delegados/as terão direito à voz e voto, durante os debates constantes do temário da 15ª Plenária.

Parágrafo sexto - Os/as observadores/as, autorizados/as pela Coordenação da 15ª Plenária, serão credenciados/as, em local específico e mediante o pagamento prévio da taxa de inscrição.

Parágrafo sétimo - Os/as observadores/as credenciados/as terão direito a voz, com autorização expressa da mesa, e, em nenhuma hipótese, direito a voto.

## **CAPÍTULO V - DO TEMÁRIO DA 15ª PLENÁRIA**

Art.7º - O Temário da 15ª Plenária é o seguinte:

- a) Convocação do 13º. CONGRESSO NACIONAL ORDINÁRIO DA CUT;
- b) Recomposição da direção, apenas em caso de vacância e de acordo com o estatuto da CUT;
- c) Instalar o CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINARIO E EXCLUSIVO para debater:
  1. Conjuntura Nacional e Internacional;
  2. Estratégia;
  3. Plano de lutas para o período 2017 a 2019.

## **CAPÍTULO VI - DO FUNCIONAMENTO DA 15ª PLENÁRIA**

Art. 8º - A 15ª Plenária será composta pelos seguintes órgãos:

- a) Plenária dos/as Delegados/as;
- b) Direção e Executiva Nacional;
- c) Coordenação Nacional da Plenária.

Art. 9º - A Coordenação Nacional é a responsável imediata por todas as medidas necessárias à realização da 15ª Plenária Estatutária Nacional da CUT.

Art. 10º - A Coordenação Nacional se reunirá sempre que necessário durante a 15ª Plenária para encaminhar as atividades previstas neste regimento.

Art. 11 - O programa geral da 15ª Plenária é composto pelas Mesas de Conjuntura, Estratégia e Plano de Lutas, conforme programação anexa, que define a Ordem do Dia, os horários de início e finalização dos trabalhos.

Parágrafo Único: As reuniões dos Coletivos, Ramos e Macrossetores poderão ocorrer, sob responsabilidade de cada proponente, sempre após o encerramento dos trabalhos do dia, de modo que não interfiram na dinâmica da 15ª Plenária. Para efeitos de organização, todas as reuniões que necessitem de apoio e estrutura no local deverão ser informadas antecipadamente à Coordenação e Secretaria Geral.

Art. 12 - A Plenária constitui-se a instância máxima da 15ª Plenária e será composta pelos/as delegados/as credenciados/as, tendo a competência de discutir, aprovar ou rejeitar em parte ou na totalidade as emendas e propostas de resoluções apresentadas, observando-se o Temário, o Regimento Interno e a Ordem do Dia.

Art. 13 - As Plenárias terão uma mesa diretora dos trabalhos organizada pela Coordenação Nacional, composta por um/a Coordenador/a de Mesa, Secretários/as e assessores/as designados/as.

Art. 14 - Para fazer o uso da palavra nas plenárias, o/a delegado/a deverá inscrever-se previamente, mediante a apresentação e entrega do crachá à mesa, que será restituído imediatamente após o uso da palavra.

Art. 15 - As mesas terão o seguinte funcionamento: apresentação da dinâmica pelo/a Coordenador/a da Mesa, exposição, debate (de acordo com o art. 17) e votação dos temas previstos no temário.

Art. 16 - Novas propostas para Estratégia e Plano de Lutas poderão ser apresentadas pelo plenário, como emendas ao texto base da Direção Nacional, devendo o proponente registrá-la junto à Secretaria Geral da 15ª Plenária até o término do debate e antes da votação do tema da respectiva mesa, contendo: texto da proposta em formulário próprio e assinatura de, pelo menos, 20% dos/as delegados/as credenciados/as.

Parágrafo primeiro: Não serão aceitas emendas referentes às propostas constantes do Caderno de Emendas.

Art. 17 - A votação das emendas ao Caderno de Textos da Direção será encaminhada conforme a sistematização feita pela Coordenação Nacional, considerando:

Parágrafo primeiro: as propostas que obtiverem consenso entre os membros da Coordenação Nacional da 15ª Plenária, serão submetidas à aprovação do plenário, em bloco e no momento específico.

Parágrafo segundo: serão destacadas para debate e votação em plenário, apenas as propostas que não obtiveram consenso entre os membros da Coordenação Nacional da 15ª Plenária.

Parágrafo terceiro: As emendas serão apresentadas e os/as delegados/as se manifestarão caso existam posições contrárias à proposta apresentada. Não havendo manifestação contrária, a emenda será considerada aprovada.

Parágrafo quarto: Em havendo a manifestação contrária à emenda apresentada, o/a Coordenador/a de Mesa solicitará a quem se manifestou contrariamente (pedindo a palavra através da apresentação de seu crachá à mesa), que inscreva um/a delegado/a para expressar sua posição contrária, em no máximo 3 minutos. Após a manifestação contrária, o/a Coordenador/a da Mesa abrirá a palavra para uma intervenção em defesa da respectiva emenda, que deverá ser feita também em 3 minutos. Não existindo mais dúvidas no plenário, o/a Coordenador/a da mesa colocará a proposta de Resolução/Emenda em votação e será aprovada a proposta que obtiver a maioria simples dos votos.

Parágrafo quinto: As Moções poderão ser apresentadas à Secretaria da 15ª Plenária Estatutária Nacional da CUT, por escrito e em formulário próprio até às 18h do dia 30/08/2017. A Coordenação da 15ª Plenária Nacional receberá todas as Moções e propostas que forem consensuadas entre a Coordenação Nacional da 15ª Plenária e as submeterá à aprovação do plenário, em bloco no final da plenária de encerramento da 15ª Plenária Nacional. As Moções que não forem consensuadas serão submetidas à votação em plenária e serão aprovadas por maioria simples.

Parágrafo sexto: As votações ocorrerão da seguinte forma:

- a) Cada delegado/a terá direito a um voto;
- b) Não serão aceitas questões de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação;
- c) As votações serão feitas mediante levantamento dos cartões de votação/crachás dos/as delegados/as;
- d) As votações serão por maioria simples;
- e) Em caso de dúvidas da proposta vencedora, por contraste do levantamento dos cartões de voto, a mesma poderá repetir a votação e, persistindo a dúvida, a mesa realizará a contagem dos votos;
- f) Somente serão aceitas declarações de voto, previamente inscritas, dos/as delegados/as que se abstiverem das votações.

Parágrafo sétimo - As questões de ordem serão acatadas, ou não, pela mesa e deverão dizer respeito exclusivamente à ordem dos trabalhos e da pauta.

## **CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 18 - As sessões de cada um dos temas obedecerão o tempo estabelecido no programa geral da 15ª Plenária. Encerrado o tempo previsto, o Plenário decidirá sobre os encaminhamentos dos pontos que não foram apreciados.

Art. 19 - A Coordenação Nacional da 15ª Plenária garantirá creche para as crianças, filhos e filhas de delegados e delegadas credenciados/as, entre 0 e 6 anos, onze meses e 29 dias, para os que enviarem a ficha de inscrição junto com a inscrição do delegado ou delegada. A creche funcionará no mesmo local de realização da 15ª Plenária, com profissionais habilitados para acompanhamento e atividades com as crianças.

Art. 20 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Nacional da 15ª Plenária. Havendo discordância, os casos serão submetidos à Direção Executiva Nacional. Caso ainda persistam as divergências os casos serão submetidos ao Plenário.

*São Paulo, 28 de agosto de 2017.*

*15ª Plenária Estatutária Nacional da CUT*

# APRESENTAÇÃO

A 15ª Plenária - Congresso Extraordinário e Exclusivo da CUT está sendo realizada num dos momentos mais cruciais da sociedade brasileira e da história da classe trabalhadora. Em pouco menos de um ano, as forças conservadoras tomaram de assalto o poder - rompendo neste ato com o Estado de Direito - e utilizaram a subserviência do Executivo, o oportunismo da maioria não menos servil no Congresso, a cumplicidade do Judiciário e o apoio irrestrito da mídia golpista para impor à sociedade a mais profunda mudança, desde o fim da ditadura e do processo de redemocratização que culminou com a Constituição Cidadã de 1988.

O crescimento da pressão popular e as denúncias em delações premiadas de empresários da Odebrecht e, mais recentemente da JBS, agravaram as fissuras já existentes no interior do bloco no poder, levando à deserção de partidos da base do governo e a diversos pedidos de impeachment do presidente ilegítimo. No entanto, arma-se o golpe dentro do golpe: as forças conservadoras, buscam na antirreforma política mais um recurso para manterem-se no poder. Não podemos aceitar este engodo. Só com o povo nas ruas poderemos dar fim ao governo golpista e reverter o desmonte que vem sendo feito do Estado, das políticas de públicas, da proteção social e da própria soberania nacional.

Cabe ao povo recuperar sua soberania cassada com o golpe e eleger, em pleito direto, o novo Presidente. Cabe também ao povo eleger uma Assembleia Constituinte, Exclusiva e Soberana, para fazer a reforma do sistema político que prepare o terreno para as reformas estruturais necessárias para o Brasil superar a crise, retomar o crescimento, fortalecer a democracia e a soberania nacional e promover um novo ciclo de desenvolvimento.

Essas são questões que estão no centro da luta de classes na atual conjuntura e que devem nortear o debate e a ação estratégica da classe trabalhadora. A parte de conjuntura do texto enviado para as assembleias sindicais e as Plenárias-Congressos Estaduais foi atualizado para subsidiar o debate da Plenária-Congresso Extraordinário da CUT que ocorrerá entre 28 e 31 de agosto de 2017. No entanto, foram mantidas integralmente do texto original as partes referentes à Estratégia e Plano de Lutas que forma objeto de debate e de emendas. Para facilitar o acompanhamento das emendas apresentadas neste caderno, mantivemos na parte de Estratégia e Plano de lutas os mesmo números do texto original.



# CONJUNTURA INTERNACIONAL

1 - Na esteira da última grave crise do sistema capitalista, desde sua origem no “crash de 2008”, fenômenos diversos como a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, o *Brexit* no Reino Unido, a guinada conservadora na América Latina e o golpe no Brasil podem ser entendidos como expressões de uma mesma conjuntura adversa e desafiadora para a esquerda internacional. As políticas suicidas de austeridade combinadas com causas estruturais, tais como a incapacidade de a economia repetir os saltos tecnológicos e os ganhos de produtividade do passado, produziram um persistente cenário global de baixo crescimento econômico, desemprego em alta, salários em queda, aumento da desigualdade, e redução dos investimentos sociais e nos serviços públicos.

2 - Neste cenário, parcelas expressivas das populações vêm optado por alternativas ultraconservadoras, já que muitos governos não têm conseguido superar os altos níveis de desigualdade e concentração de renda. Em 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia, o *Brexit*, e a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos foram golpes significativos no modelo neoliberal de globalização, marcado pela predominância do capital financeiro nas cadeias internacionais de valor, mostrando que a população já não se sente mais representada pelo sistema vigente. No caso do *Brexit*, em lugar das críticas ao caráter excessivamente pró-capital e ao funcionamento antidemocrático da União Europeia, prevaleceu o discurso da extrema-direita em que trabalhadoras e trabalhadores migrantes eram acusados de serem os grandes responsáveis pela crise econômica e pelo desemprego.

3 - Sobre a eleição de Trump, se é verdade que foi o seu discurso ultraconservador que entusiasmou os setores mais retrógrados da sociedade norte-americana, foi sua posição antissistêmica que atraiu votos de trabalhadoras e trabalhadores descontentes com o desemprego, a falta de moradia e de perspectivas de melhora em sua qualidade de vida. A eleição de Trump representa a ascensão ao poder de valores ultraconservadores e contrários aos direitos humanos. O Presidente ataca ferozmente imigrantes e refugiados, em especial muçulmanos, fechando-lhes as fronteiras norte-americanas e defendendo abertamente a deportação dos que se encontram no País.

4 - A Organização Internacional do Trabalho (OIT) este ano, estima que o número de pessoas desempregadas no mundo inteiro chegue a mais de 201 milhões, com um aumento adicional de 3,4 milhões de pessoas desempregadas apenas em 2017. Em um mundo marcado pela “quarta revolução industrial”, o crescimento econômico segue aquém do esperado e, mesmo que nos próximos anos aconteça alguma recuperação da economia mundial, seguirá uma incapacidade sistêmica de criar empregos de qualidade e em números suficientes. Mesmo com os avanços nos ganhos de produtividade que deveriam ser distribuídos de forma igualitária, as concentrações de renda e de riqueza estão cada vez maiores e as novas tecnologias possibilitam ainda maiores supressões de postos de trabalho, ao invés de contribuir na construção de sociedades menos desiguais. Ou seja, o debate sobre o futuro do trabalho está totalmente vinculado ao modelo de produção em vigor hoje, que é o de cadeias produtivas. A

CUT defende um modelo de desenvolvimento em que o trabalho tenha centralidade e seja o pilar das políticas econômicas e sociais com respeito ao trabalho decente, proteção social e condições dignas de vida para os setores mais vulneráveis da sociedade.

5 - Além disso, esses fenômenos, aliados às formas precárias de emprego, devem reforçar e ampliar a desigualdade de renda. A OIT também alerta para o fato de que a redução da pobreza dos trabalhadores está desacelerando, colocando em risco a perspectiva de erradicação da pobreza conforme estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O quadro real é que para a classe trabalhadora mundial, cada vez mais as grandes corporações multinacionais avançam sobre a autonomia dos Estados Nacionais, precarizando as condições de vida e retirando direitos, com a justificativa de criar um “ambiente mais favorável para os negócios” - eufemismo para menos proteção trabalhista, baixos salários e descaso com o meio-ambiente.

6 - Cada vez mais, a crise econômica, os conflitos armados nacionais e as ameaças de guerras são os grandes responsáveis pela maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. A Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estima que o número de pessoas deslocadas - forçadas a deixar suas casas em razão da guerra - no primeiro semestre do ano passado foi, dentro de seus próprios países, de 1,7 milhão de pessoas, enquanto cerca de 1,5 milhão cruzaram alguma fronteira internacional em busca de refúgio. Neste “novo mundo”, ao mesmo tempo em que a crise econômica reforça, ela é intensificada pelo recrudescimento da ameaça terrorista. Não há trabalho decente sem paz e liberdade.

7 - Todo esse cenário deverá trazer mais instabilidade e imprevisibilidade à conjuntura internacional no próximo período. A isso devem-se somar processos eleitorais em países centrais no núcleo de decisão da União Europeia, todos com previsão de campanhas acirradas e marcadas pelo crescimento da direita e da extrema-direita.

8 - Na América Latina, nas últimas duas décadas, a ascensão de uma série de governos de esquerda promoveu importantes reformas sociais, reduzindo a pobreza e a miséria, assim como a desigualdade em suas múltiplas dimensões. No entanto, a desaceleração da economia mundial nos últimos anos e a queda no preço internacional das commodities (matérias primas) tiveram um forte impacto negativo nas economias da região. Foi essa nova conjuntura que facilitou a ofensiva da direita latino-americana - articulada com os interesses do império norte-americano e os do capital internacional - por meio da aliança entre partidos tradicionais, setores do judiciário e mídia empresarial e a retomada de governos com clara orientação neoliberal, tais como a vitória eleitoral de Macri na Argentina; a derrota da esquerda peruana ainda no primeiro turno das eleições presidenciais; os golpes parlamentares em Honduras e no Paraguai; a gravíssima crise na Venezuela e, por último, mas não menos importante, o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff.

9 - As forças conservadoras atuam de forma articulada para gerar instabilidades e crises em nosso continente, com o claro objetivo de restabelecer a agenda neoliberal. Após Honduras, Paraguai, Brasil e Argentina, a Venezuela, que vive grave crise econômica, social e política, volta a ser o alvo e passa a ocupar as capas nos jornais e TVs com um noticiário parcial que imputa a crise apenas ao Executivo quando, na verdade, há uma crise institucional que envolve todos os setores e todos os poderes de Estado. No dia 30 de julho, mais de 8 milhões

de pessoas foram às urnas, para eleger a Assembleia Nacional Constituinte convocada pelo governo da Venezuela. Para a CUT, a participação popular referendou esse relevante processo constituinte, fundamental para que a Nação vizinha supere a grave crise econômica, política e social no país irmão. Consideramos a Constituinte como um caminho para a retomada do desenvolvimento, da prosperidade e da paz. Interferências externas, como as sanções contra a Venezuela anunciadas pelo governo dos EUA, e a ação do governo golpista do Brasil, que têm tentado repetidas vezes ingerir-se na política venezuelana, só contribuem para dificultar o diálogo e a busca de solução entre o povo e o governo daquele país. Convocamos todos à defesa da democracia e da autodeterminação de nossos irmãos venezuelanos, ao seu direito de viver em paz e a definir o próprio destino.

10 - A expulsão de imigrantes, a possibilidade da construção de muro em toda a fronteira entre EUA e México, bem como o fim do acordo comercial NAFTA, teriam efeitos brutais na política e na economia do México. Um cenário em que os Estados Unidos fecham a sua economia poderia fortalecer a integração latino-americana. Resta saber como os novos governos de direita do continente irão reagir a um cenário que contrasta com seus conceitos ideológicos de aproximação subalterna aos Estados Unidos e de desconfiança em relação aos potenciais das economias dos demais países latino-americanos.

11 - A política externa do governo golpista brasileiro atende a todo esse movimento de avanço conservador no mundo, orquestrado pelos interesses das grandes empresas multinacionais. É uma política provinciana, subalterna e de adesão ideológica e orgânica aos países ricos, em detrimento de uma visão de integração sul-sul. Esta postura se expressa nas tentativas de enfraquecer e desmoralizar o Mercosul, como espaço de integração para além de questões comerciais; na entrega das riquezas à exploração de empresas estrangeiras, sobretudo na área de petróleo e gás; no esvaziamento da atuação brasileira nos BRICS (grupo político de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e na paralisação das políticas de integração com os países do continente africano. A tríplice aliança neoliberal dos atuais governos do Brasil, Argentina e Paraguai tem, de forma irresponsável, inviabilizado a participação legítima da Venezuela no Mercosul e contribuído para gerar ainda mais instabilidade interna naquele país.

12 - Diante desse quadro de avanço das forças políticas conservadoras no mundo e de severos ataques à democracia, a ação internacional da CUT tem priorizado a denúncia do golpe jurídico-midiático-parlamentar no Brasil e a sua agenda de retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, o desmonte do Estado brasileiro e ataques às políticas sociais e de saúde e educação com vistas a atender aos interesses do sistema financeiro e das corporações multinacionais, assim como a defesa da liberdade e autonomia sindical, o respeito à autodeterminação dos povos e o fortalecimento das relações sul-sul.

13 - Uma resposta efetiva às ameaças conservadoras contra as conquistas históricas da classe trabalhadora, articulada com a defesa de uma concepção vigorosa de democracia e a construção de uma alternativa internacional de esquerda, em contraposição às contradições do sistema econômico capitalista, serão as principais tarefas do movimento sindical nos próximos anos, tarefas essas que exigem que as entidades sindicais internacionais se consolidem cada vez mais como sindicatos globais.

14 - A CSI deve cumprir o papel de grande articuladora das lutas e campanhas internacionais, contra o neoliberalismo, por um novo modelo de sociedade, justo e igualitário. Em nosso continente, devemos fortalecer a CSA, utilizar e aproveitar a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA) como uma ferramenta fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo, politicamente democrático e baseado no direito inalienável dos povos de decidir sobre o seu futuro. Juntamente com CSI e CSA, a CUT têm atuado com forte protagonismo na construção de uma visão sindical sobre a Agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas metas estabelecidas no Acordo de Paris da COP21.

15 - Ao mesmo tempo em que enfrentamos tamanho desafio em nível global, é necessário rearticular um amplo movimento de unidade da esquerda no plano internacional que compreenda que o atual estágio da luta de classes deve combinar as lutas antineoliberais por distribuição de riqueza com aquelas por reconhecimento cultural, de raça, geracional, orientação sexual e identidade de gênero - entendendo, dessa forma, que a construção de uma sociedade emancipada depende do combate às injustiças em suas múltiplas dimensões.

# CONJUNTURA NACIONAL

## O significado político do golpe

16 - O golpe que retirou do poder a Presidenta Dilma Rousseff foi tramado pelas forças que não aceitaram a derrota nas eleições 2014. Uma conjugação de fatores fortaleceu a ação dos golpistas. A política adotada para combater a crise econômica, oposta à plataforma que a Presidenta defendera na campanha eleitoral, provou-se ineficaz e contribuiu para minar suas bases de sustentação social e política.

17 - Esse resultado foi explorado pelas forças de oposição no Congresso, o mais conservador da história recente e onde o governo perdera a maioria. A Câmara de Deputados, presidida por Eduardo Cunha, foi colocada em rota de colisão com o governo. Crise política e crise econômica passaram a se retroalimentar, criando espaço para o PSDB e o PMDB articularem a base parlamentar do golpe.

18 - As “pedaladas fiscais” serviram de pretexto para justificar o impeachment, a farsa institucional montada para acobertar o golpe, uma ação articulada pelas forças conservadoras em aliança com a grande mídia, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a polícia federal. A suposta associação do governo petista a atos de corrupção divulgados seletivamente pela Operação Lava Jato contribuiu para disseminar o ódio à esquerda e para colocar nas ruas as massas favoráveis ao impeachment.

19 - Apesar da resistência popular, na qual a CUT teve papel de destaque, o Senado aprovou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Foi um golpe contra a democracia, ao suprimir a vontade popular expressa em mais de cinquenta e três milhões de votos. Foi uma ruptura do Estado de Direito, dissimulada como ato constitucional e legítimo. Serviu de atalho para as forças derrotadas seguidamente desde 2002 retomarem o poder com o objetivo de restaurar a agenda neoliberal, impor o Estado Mínimo e retirar direitos dos/as trabalhadores/as. Foi um golpe contra a classe trabalhadora.

## Ação articulada para implementar a agenda neoliberal

20 - As medidas adotadas depois do golpe têm demonstrado como a agenda do governo ilegítimo de Temer é pautada por interesses do mercado e como os três poderes da República atuam de forma articulada para viabilizar o retrocesso civilizatório implícito na restauração neoliberal.

21 - Baseando-se numa projeção de déficit forjada para justificar a política de austeridade, o governo conseguiu aprovar no Congresso, a toque de caixa e sem discussão com a sociedade, a Emenda Constitucional nº 95 que institui um novo regime fiscal, congela o orçamento

federal por vinte anos e diminui drasticamente os recursos públicos para áreas essenciais como educação, saúde e assistência social. Trata-se de um verdadeiro desmonte do pouco de proteção social oferecida pelo Estado aos setores menos favorecidos da sociedade que dela dependem, cada vez mais, numa conjuntura de recessão e de desemprego. A medida, inédita no mundo, ignora por completo o principal componente de gasto do governo: os juros da dívida pública, que superaram os R\$ 500 bilhões em 2015 e foi superior a R\$ 400 bilhões em 2016.

22 - A forma autoritária usada para encaminhar a reforma do ensino médio, em total desrespeito ao processo democrático de construção da política nacional de educação, o contingenciamento de verbas para o ensino superior, o cancelamento de recursos para a pesquisa e programas de pós-graduação apontam para o sucateamento da educação pública. Processo semelhante ocorre na saúde e em outras políticas públicas.

23 - As iniciativas não deixaram dúvidas em relação à agenda política daqueles que tomaram de assalto o poder: a subordinação dos interesses sociais à lógica do mercado, submetendo milhões de brasileiros à dinâmica da rede privada de serviços que deveriam ser públicos e mantendo a maioria mais pobre da população refém de políticas públicas cada vez mais reduzidas e precárias. Revelam a desfaçatez das forças golpistas que romperam o Estado de Direito para impor à sociedade uma nova forma de gestão do fundo público: em vez de ser usado para reduzir as desigualdades sociais, é desviado em proporções cada vez maiores para setores rentistas como pagamento da dívida pública.

## **Entrega de riquezas nacionais e da soberania nacional**

24 - A subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional ficou evidente com a mudança das regras de exploração do pré-sal, onde a Petrobrás perdeu a exclusividade, e com as mudanças nas regras de conteúdo local para o setor de petróleo, que limitaram em 50% os percentuais de equipamentos e serviços produzidos no país exigidos em licitações de exploração de petróleo e gás. Depois de esfacelar a Petrobrás com a venda acelerada de ativos em momento de baixa dos mercados, desnacionalizar campos do pré-sal a preços irrisórios e reduzir os percentuais de conteúdo local mínimo obrigatório, o Conselho Nacional de Política Energética aprovou, no início de maio, uma nova política para a área. Suas consequências serão novamente devastadoras: enfraquecimento da Petrobrás, liquidação das reservas de petróleo do País, sucateamento da indústria de máquinas e equipamentos e entrada de novos competidores internacionais. Como se isso não bastasse, a mesma conduta vem sendo adotada no setor elétrico apontando para a liquidação de dezenas de ativos da Eletrobrás, tanto na área de geração quanto na distribuição de energia elétrica, abrindo mão de um instrumento fundamental para qualquer política nacional de desenvolvimento.

25 - Outras medidas têm favorecido a entrada de capital estrangeiro no setor de infraestrutura, como aeroportos. Está também em trâmite no Congresso, em regime de urgência, o PL 4059/2012, que trata da venda irrestrita de terras a estrangeiros. A medida, se aprovada,

estimulará a produção de *commodities* exportadas aos países de origem das empresas ou pessoas que comprarem terras, colocando em risco nossa soberania alimentar. Reforçará o agronegócio e a concentração fundiária, deixando em segundo plano a agricultura familiar e cada vez mais remota a reforma agrária.

## **Aprofundamento da recessão e elevação do desemprego**

26 - As medidas de austeridade adotadas pelo governo estão longe de apresentar uma saída para a crise econômica e de promover a retomada do crescimento. Os indicadores de desempenho recente da economia são impressionantes: o PIB *per capita* recuou ao patamar de 2010; a recessão atingiu praticamente todos os setores econômicos, a taxa de desemprego atingiu o número alarmante de 14,2 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2017, a renda recuou e a apenas cerca de 15% das convenções coletivas celebradas em 2016 conseguiram aumento real de salário.

27 - Há uma evidente disputa sobre o modelo econômico que irá prevalecer no Brasil nas próximas décadas. Neste sentido, é preocupante que, a despeito de todos os avanços sociais e econômicos observados no período 2004-2013 (ainda que se reconheçam seus limites e contradições), o país esteja atualmente discutindo um modelo econômico de retrocesso, alinhado ao pensamento da década de 1990, mas que consegue ser ainda mais liberalizante. Com a economia brasileira em recessão - com a inflação em queda, devido à absorção aos choques de preços de tarifas, menor pressão dos preços dos alimentos e à contínua recessão - o que o governo Temer oferece, apesar do discurso reformador, é a destruição dos ganhos sociais recentes, em nome do receituário econômico de austeridade que tem sido constantemente rejeitado no mundo.

28 - Dentre os vários problemas colocados, o principal é a tentativa obstinada, em torno de um discurso de “austeridade e modernidade”, de destruir não somente as políticas públicas que a tanto custo foram implementadas pela constituição de 1988, mas de uma revisão completa do papel do Estado na sociedade e economia, reduzindo-o a se tornar um agente passivo do processo de desenvolvimento econômico, destruindo todos os canais possíveis de planejamento e de execução como, por exemplo, através da Emenda Constitucional nº 95, a que limita os gastos públicos por 20 anos. Com isso, um modelo desenvolvimento econômico sustentável e autônomo, industrializante, e que combata as desigualdades sociais torna-se cada mais distante do país, sendo colocado em seu lugar uma dinâmica onde as alocações do mercado são predominantes, estas sempre atendendo aos objetivos de lucro e não ao socialmente desejável.

29 - Somente uma observação por este prisma nos permite uma análise mais acurada do momento recente. Os fracassos da equipe econômica do governo Temer em promover qualquer reação da atividade econômica na verdade tem causa no próprio receituário utilizado: o ajuste fiscal iniciado em 2015 e aprofundado em 2016 e vendido como uma forma de instituir “credibilidade” à economia brasileira, na verdade tem empurrado cada vez mais rumo a uma recessão profunda, já que com a queda do consumo e investimento privado,

sem investimento público não há interrupção da espiral recessiva. A redução expressiva da inflação nos últimos meses foi fruto de uma política de juros reais altos, câmbio valorizado e recessão, que além de não eliminar as causas estruturais das oscilações inflacionárias nos últimos anos (principalmente preços administrados, indexação e preços dos alimentos), por outro lado tem realimentado a deterioração da atividade econômica, com queda no consumo, investimentos e produção. E o resultado dessa combinação resulta em um aumento do desemprego, piora dos indicadores econômicos, queda na renda, piora das negociações salariais e deterioração social.

30 - Portanto, o cenário atual aponta que o espaço de manutenção dos ganhos sociais do período anterior se encontra cada vez mais estreito. Diante disso, não se trata apenas de uma luta defensiva pelo retorno a um cenário benéfico aos trabalhadores (as), mas principalmente a busca por preservar uma visão de Estado que, mesmo com todas as suas limitações, foi fruto de um longo processo político e tantos avanços permitiu nos últimos 30 anos.

### **Crise social e insegurança**

31 - Iniciamos 2017 com cenas que chocaram o mundo durante as rebeliões em presídios brasileiros. A perplexidade diante de dezenas de mortes brutais foi ainda maior diante da absoluta incapacidade do governo federal para enfrentar a questão, considerada um fato acidental pelo Presidente Michel Temer e a ser resolvido pela repressão, segundo o Ministro da Justiça da época. Os fatos, porém, revelam uma profunda crise, não apenas do sistema prisional, mas da própria política nacional de segurança, envolvendo os três poderes. Embora seja mais complexa do que o mero repasse e gestão de recursos, a crise não deixa de estar ligada aos cortes de investimentos nos serviços públicos.

32 - Outro sintoma dessa crise é a total insegurança em que vive a população dos bairros periféricos das grandes cidades, onde a exclusão social continua gritante e os moradores permanecem à mercê do crime organizado, da atuação ilícita das milícias e da ação repressiva dos órgãos públicos responsáveis por sua segurança. Como resultado, o Brasil carrega hoje o título de campeão mundial de homicídios em números absolutos, com cerca de 60 mil pessoas assassinadas por ano, em sua maioria jovens, negros e pobres.

33 - A fragilidade do atual governo criou um ambiente propício à grilagem de terras e ao aumento da violência no campo, particularmente contra lideranças e participantes de movimentos sociais e populações indígenas que lutam pela terra, levando o Brasil a liderar também o ranking dos países em número de conflitos de terra. Só em 2017, a Comissão Pastoral da Terra já contabiliza 48 mortes decorrentes destes conflitos.

34 - outro componente que evidencia este Estado de exceção é a criminalização dos movimentos populares e sindical. Suas ferramentas jurídicas para perseguir, reprimir e punir as organizações da classe trabalhadora estão sendo lapidadas pelo judiciário e pelo avanço da ofensiva conservadora.

## **Incertezas no cenário político e crise institucional**

35 - Nos primeiros seis meses de mandato, o governo golpista usou a reforma ministerial para consolidar sua base de apoio no Congresso, aproveitou-se da desarticulação do Centrão, com a prisão de sua principal liderança, Eduardo Cunha, e conseguiu aprovar por ampla maioria projetos de interesse do governo e dos empresários que financiaram o golpe, contando com o apoio complacente da mídia golpista.

36 - Por outro lado, o governo foi fustigado por uma sequência de fatos que deixaram às claras quem é a quadrilha que tomou de assalto o poder. Em seis meses, 6 ministros caíram por envolvimento em denúncias de corrupção. Outros cinco ministros foram mantidos no cargo, apesar de aparecerem como suspeitos do mesmo crime, processo que atingiu o próprio Presidente Michel Temer:

37 - Novo abalo no cenário político foi provocado pelo vazamento de delações premiadas envolvendo a empresa Odebrecht e pelas delações da JBS. A amplitude e a gravidade das denúncias, no entanto, não impediram que o próprio governo comprasse os votos necessários na Câmara Federal para impedir que a apuração da denúncia da Procuradoria Geral da República tivesse continuidade. O processo, no entanto, aprofundou as fissuras no bloco de forças conservadoras no poder, provocando a divisão do principal partido aliado, o PSDB, e levando vários parlamentares da base aliada a votarem junto com a oposição. O poder judiciário, por sua vez, tem mantido sua cumplicidade com o golpe como evidenciam as ações em que o Supremo adiou o julgamento do pedido de prisão do senador Aécio Neves, flagrado em ato de corrupção, e o autorizou a retomar suas atividades no Senado. Ao mesmo tempo, o juiz Sergio Moro, condenou o ex-presidente Lula, franco favorito nas pesquisas às eleições presidenciais de 2018, apesar de não ter provas que o incriminem e manteve na prisão o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, embora tenha sido absolvido no julgamento principal. Os fatos evidenciam a que ponto chegou a corrosão das instituições da República, cuja mudança só poderá ser efetiva se vier através de uma Constituinte exclusiva e soberana que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso servil, abrindo a via para as reformas populares necessárias.

## **Rejeição do governo e lutas populares**

38 - A popularidade do presidente ilegítimo, que sempre foi baixa, caiu ainda mais. Hoje ele é rejeitado por 95% dos/as brasileiros/as, segundo a mais recente sondagem CUT/Vox Populi, na segunda quinzena de julho. Os resultados das pesquisas realizadas em abril e julho mostram também o crescimento da desaprovação às suas iniciativas e políticas. A reforma da Previdência é rejeitada por 93% da população e a Reforma Trabalhista por 57%. A terceirização é reprovada por 80% dos entrevistados, 70% dos quais acreditam que trará retrocessos e mais da metade que muitos perderão direitos; 72% acham que provocará

o desemprego e queda no crescimento da economia. A aprovação da política de corte de gastos caiu de 19% para 10% entre junho de 2016 e abril de 2017.

39 - O primeiro semestre de 2017 foi marcado pela intensificação das lutas populares, como o demonstraram as manifestações dos dias 8, 15 e de 30 de março, que contaram com a participação expressiva de movimentos populares unificados pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Realizamos no dia 28 de abril a maior GREVE GERAL da história do país. Em todos os estados e em mais de 250 municípios greves e manifestações responderam ao chamado unitário das centrais sindicais “Em 28 de abril, vamos parar o Brasil”, envolvendo cerca de 40 milhões de trabalhadores de todos os setores econômicos. Nossa militância e nossos dirigentes estiveram nas ruas, desenvolvendo ações para fortalecer a paralisação do transporte, para convencer o comércio a fechar as portas, ou pressionando diretamente a paralisação de fábricas, de agências bancárias, de portos, de escolas e de serviços públicos.

40 - A população voltou às ruas depois das denúncias da JBS exigindo a saída de Michel Temer. No dia 24 de maio, o movimento sindical e os movimentos populares ocuparam Brasília com as palavras de ordem: *nenhum direito a menos, retirada imediata da reforma da previdência e da reforma trabalhista da pauta do congresso, fora Temer, diretas já!* Foi uma das maiores mobilizações da história da capital federal. Vieram dispostos a dizer ao governo e ao congresso não às reformas e que parar e que o presidente ilegítimo tinha que sair para que o País reencontrasse seu caminho através da democracia. O Congresso lhes voltou as costas. Foram recebidos com violência e repressão por uma polícia despreparada e um governo que chegou ao cúmulo de acionar as forças armadas para reprimir trabalhadores/as, lembrando os piores dias da ditadura militar. O 30 de junho, menor que a greve geral de 28 de abril (“a maior da história”), revelou hesitações e obstáculos nas direções das centrais sindicais, entre eles a negociação de algumas delas com o governo golpista, abrindo mão da defesa dos direitos trabalhistas em favor de um arranjo que mantenha o imposto sindical.

### **Antirreformas trabalhista e da previdência**

41 - No dia 11 de julho, o Senado aprovou a Lei 13.467, sancionada sem modificações pelo presidente ilegítimo Michel Temer. A antirreforma trabalhista, que entrará em vigor no dia 11 de novembro de 2017, promove a maior e mais profunda alteração no Direito do Trabalho brasileiro. É nefasta em toda sua extensão. Trata-se de uma lógica de individualização das relações de trabalho e de desconstrução da proteção coletiva. O projeto altera mais de cem artigos da CLT. Está todo direcionado para precarizar o trabalho e fragilizar a organização sindical, reduzindo brutalmente o custo da mão de obra. É um projeto de iniciativa dos empresários brasileiros que visa atender ao que propõe o documento lançado pela CNI em 2012, “101 Propostas para Modernização Trabalhista”. O governo ilegítimo o assumiu como moeda de troca ao apoio recebido desses mesmos empresários no golpe que tirou do poder a Presidenta Dilma. O projeto tem autoria e endereço certos: CNI, Fiesp, Febraban, CNA, entre outras entidades de representação patronal. Põe a nu por onde passa hoje a luta de classes.

42 - A antirreforma foca em quatro campos básicos: condições e contrato de trabalho, negociação coletiva, organização sindical e Justiça do Trabalho. Retira, flexibiliza e desregulamenta direitos. Institui ou modifica para pior diversas formas de contrato precário, aprofundando a terceirização irrestrita que já havia sido aprovada em Março deste ano. Reforça um ambiente desfavorável, fragmenta a negociação coletiva e altera a hierarquia das normas que regulam o trabalho. Procurar desarticular a organização sindical, reduz o papel e dificulta o acesso à Justiça do Trabalho. , aprofundando a terceirização irrestrita que já havia sido aprovada em Março deste ano.

43 - A CUT é radicalmente contrária à antirreforma trabalhista. Lutará por sua revogação e pela aprovação de um novo instrumento de regulação das relações de trabalho que incorpore os elementos fundamentais do sistema democrático de relações de trabalho elaborado pela Central. Ao mesmo tempo, orienta os sindicatos a resistirem à implementação da antirreforma, a partir do local de trabalho. No entanto, outros fatores tendem a tornar esta disputa bastante complexa. De um lado, temos uma elevada taxa de desemprego e um índice não menos expressivo de trabalho informal, condicionantes que diminuem o poder de barganha dos/as trabalhadores. De outro, assistimos ao avanço de inovações tecnológicas que estão mudando radicalmente a forma de produzir e de organizar o trabalho (indústria 4.0, internet das coisas, a título de exemplo) nos mais diversos setores da economia. Diante deste cenário, o sindicalismo CUT enfrenta também o desafio de repensar sua própria forma de organização sindical.

44 - A antirreforma da Previdência foi apresentada através da PEC 287. Desrespeitando a Constituição, por ferir o princípio que veda o retrocesso social, a proposta é extremamente perversa com a totalidade dos segurados. Atinge os três principais fundamentos considerados para efeito de concessão do benefício: a) a idade, que é aumentada; b) o tempo de contribuição, que é igualmente ampliado; o valor do benefício, que é reduzido.

45 - A proposta é inoportuna e autoritária. O que o governo propõe não é uma reforma, mas a destruição da previdência pública e da própria seguridade social asseguradas como direito pela Constituição de 1988. Seu objetivo final é restringir o acesso da população aos benefícios previdenciários e assistenciais, além de diminuir o valor dos benefícios, para abrir espaço aos fundos privados de pensão.

46 - A Constituição de 1988 integrou a Previdência no sistema de Seguridade Social, da qual também fazem parte a Saúde e a Assistência Social. Se for observado o que prevê a Constituição, o orçamento da Seguridade Social tem sido superavitário, ao contrário do que alega o governo. Os resultados apresentados como deficitários são uma farsa contábil. Diante dessa manipulação dos dados, a CUT defende a urgência de uma auditoria nas contas da Previdência Social. Só uma investigação séria, sob controle da sociedade, poderá revelar a real situação das suas contas, apontando as empresas sonegadoras, o tamanho de suas dívidas, além de eventuais desvios de verbas do sistema para cobrir rombos no orçamento de outros setores do governo.

## Desafios

47 - Embora corra o risco enfrentar novas denúncias do Ministério Público, o governo ilegítimo de Michel Temer, que sentiu-se fortalecido com a aprovação da reforma trabalhista e com os resultado da votação que impediu a continuidade da apuração da denúncia contra o presidente ilegítimo, tenta recompor sua base de apoio parlamentar para acelerar sua agenda de reformas. Entre elas, incluem-se a antirreforma da previdência e uma eventual reforma política, feita às pressas, sem nenhum debate com a sociedade, onde já foi apontada a possibilidade de mudança do regime presidencialista para parlamentarista e mudança no sistema de eleição de representantes para o parlamento (distritão), a vigorar em 2019. Seria o golpe dentro do golpe.

48 - Diante deste cenário, a CUT continua resistindo aos ataques aos direitos trabalhistas e à aposentadoria, e defende Diretas Já como saída democrática para a crise em que o golpismo mergulhou o Brasil: dar a palavra ao povo soberano com antecipação das eleições e uma Constituinte que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso servil, abrindo a via para as reformas populares necessárias.

49 - Este Congresso Extraordinário tem o desafio de aprofundar o debate dessas questões e de aprovar uma estratégia e um plano de lutas que articule, no curto e médio prazos a luta política mais geral em defesa da democracia, do desenvolvimento com a defesa irrestrita do trabalho, dos direitos dos /as trabalhadores/as e com o repensar de sua própria estrutura sindical, adequando-a à complexidade das lutas que a classe trabalhadora enfrentará no próximo período.

# ESTRATÉGIA<sup>1</sup>

## **Estratégia de curto prazo: fora Temer, diretas já, nenhum direito a menos.**

122 - Derrubar o governo ilegítimo e corrupto e barrar as reformas impopulares deve ser o centro da estratégia de curto prazo da CUT. Uma estratégia que deve combinar diferentes linhas de ação para fora e para dentro da própria organização. Na relação com a sociedade, devem ser priorizadas as ações de massa visando desalojar do poder o governo ilegítimo. A luta contra as reformas deve continuar visando sua retirada imediata da pauta do Congresso. Essas ações envolvem a agitação e propaganda esclarecendo a importância de derrubar o governo ilegítimo e de eleições gerais para escolher o novo presidente. Envolvem também a eleição de uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva para fazer a reforma do sistema político. Envolvem ainda o esclarecimento dos principais pontos e das consequências nefastas das reformas. As ações passam pela mobilização no local de trabalho, buscando envolver o máximo de trabalhadores/as na luta, especialmente mulheres e jovens; por manifestações de massa, em articulação com os movimentos sociais, para angariar o apoio da sociedade e exercer pressão sobre o Congresso; pela articulação com entidades representativas da sociedade civil para exigir a o fim do governo golpista.

123 - Do ponto de vista da própria CUT, um esforço considerável ainda precisa ser feito para dar continuidade à mobilização conseguida com a greve geral do dia 28 de abril e com a ocupação de Brasília, no dia 24 de maio. O desfecho da luta política e a retirada das reformas no Congresso dependerá, em grande parte do seu resultado. Para atingir este objetivo, é necessário intensificar as ações de agitação e de mobilização nos sindicatos e nos locais de trabalho, com panfletagem, assembleias e ações para garantir a organização de nova greve geral, em patamar superior à greve do dia 28 de abril. Essa ação deve continuar a contaminar as bases das outras centrais sindicais, mobilizando-as para a luta.

124 - A CUT deverá se preparar para os efeitos das reformas, na eventualidade das forças conservadoras conseguirem eleger indiretamente um novo Presidente da República comprometido com a agenda de reformas. Temos que buscar respostas para perguntas fundamentais. *Como as reformas atingem a classe trabalhadora e os setores representados pela CUT? O que muda de fundamental nas relações de trabalho e como essas mudanças alteram a composição das bases que representamos? A atual estrutura sindical dará conta de responder aos desafios por elas colocados? Como as mudanças afetam a atual organização sindical da CUT? Como fazer a leitura desses desafios a partir da nossa concepção classista? Que espaços e iniciativas devem ser criados pela CUT para debater e encaminhar esses temas no curto prazo, preparando o debate a ser feito na Plenária-Congresso Extraordinário?*

---

<sup>1</sup> A numeração dos parágrafos, a partir do item Estratégia, segue a da versão do texto discutido nas Plenárias/Congressos Estaduais.

## **Estratégia de médio prazo: derrotar o governo, reverter a agenda neoliberal e fortalecer a organização sindical**

125 - A CUT continuará perseguindo o objetivo de consolidar sua relação com os movimentos sociais, particularmente a FBP e a FPSM, visando construir a unidade das forças democrático populares para enfrentar as forças conservadoras e golpistas. Deverá defender nesses espaços o fortalecimento de uma candidatura viável à disputa de 2018, ou antes disso, ancorada numa plataforma visando reverter a agenda neoliberal do atual governo golpista, restabelecer a ordem constitucional democrática, reverter o desmonte do Estado e resgatar as conquistas históricas da classe trabalhadora. No desdobramento dessa luta, deverão ser criadas as condições políticas para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de reconstituir o Estado de Direito e definir as reformas estruturais necessárias para consolidar a democracia e promover um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

126 - No plano interno, a CUT dará continuidade, no médio prazo, ao fortalecimento da organização e da ação sindical, considerando dois prováveis cenários. O primeiro, mais favorável e no entanto incerto, resultaria da derrota do governo ilegítimo e da retirada de pauta das reformas. Demandaria um enorme poder de pressão vindo das ruas. O segundo, bastante perverso, é o de “terra arrasada” criado pela continuidade do golpe, com eleição indireta do novo Presidente da República e a aprovação das reformas, particularmente a trabalhista. A CUT deverá levar em conta o desfecho de um ou outro cenário. Prevalecendo o pior deles, deverá avaliar, de um lado, os impactos das reformas na reconfiguração do perfil da classe trabalhadora e na dinâmica do mercado de trabalho e, de outro, o modelo de organização sindical mais apropriado para, neste novo cenário, continuar fazendo defesa incondicional dos direitos da classe trabalhadora, traçando uma linha de ação planejada até o fim do mandato da atual direção. Deverá traçar uma estratégia de atualização do seu projeto político organizativo, visando fortalecer as suas Estaduais e Ramos. O crescimento e o fortalecimento da CUT em todos os Estados pode ganhar impulso a partir da elaboração e execução de uma estratégia sindical com ações voltadas para a Interiorização da CUT; investimentos em Eleições e Oposições Sindicais; Sindicalização de trabalhadores/as e filiação de novas entidades sindicais. Marcando uma forte estratégia de disputa do sindicalismo combativo da CUT com as demais centrais sindicais.

## **Estratégia de longo prazo: consolidar a democracia, fortalecer o protagonismo da CUT na sociedade e construir as bases de um novo ciclo de desenvolvimento.**

127 - Embora possa parecer inconsequente e prematuro, diante de cenários tão incertos, projetar a ação sindical para além dos próximos dois anos, é importante ter no horizonte a sociedade que queremos para nós e para as futuras gerações. Seguindo o ideário que continua a orientar a CUT desde sua fundação, uma sociedade com fundamentos em instituições democráticas sólidas, no respeito à soberania popular, no combate sistemático à corrupção, no Estado sob controle permanente da sociedade e propulsor do desenvolvimento,

em políticas que respeitem a diversidade e promovam a superação das desigualdades e a inclusão social, no respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs brasileiros/as assegurados na Constituição de 1988. Será uma sociedade fraterna e generosa na proteção de seus segmentos mais frágeis. Será também uma sociedade solidária que estenderá seus princípios e valores fundamentais para além das fronteiras nacionais, estimulando a paz, a fraternidade e a solidariedade entre os países e nações.

128 - Para tornar este sonho realidade, no entanto, será necessário derrotar as forças golpistas e promover mudanças estruturais na sociedade brasileira, entre elas a reforma do sistema político, que restaure o Estado de Direito e fortaleça a democracia; a democratização dos meios de comunicação, que rompa com o monopólio hoje existente por parte de um número reduzido de grupos econômicos, com enorme capacidade de manipular fatos e influenciar as decisões políticas; a reforma agrária, que assegure o acesso democrático à propriedade da terra e fortaleça a agricultura familiar e agroecológica; a reforma tributária, para tornar mais justa a cobrança de impostos, revertendo sua lógica regressiva atual, que penaliza os mais pobres; a reforma urbana, para combater a especulação imobiliária, que promove a segregação da população que vive em bairros periféricos, submetida à falta de infraestrutura básica e às mais diversas formas de violência. São reformas necessárias para gerar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e duradouro.

129 - Este necessário processo de *“mudança social”* exigirá fortalecer o protagonismo do movimento sindical CUTista na sociedade. É importante, neste sentido, reforçar a participação institucional da CUT em conselhos, conferências e fortalecer sua intervenção no campo das políticas públicas. Além disto, é preciso continuar a fortalecer a atuação das Estaduais da CUT e dos ramos nas Frentes Populares (Frente Brasil Popular e frente Povo sem Medo).

130 - Para tornar este sonho realidade, a CUT deve perseguir com toda determinação, a consolidação de sua Política Nacional de Formação, ampliando cada vez mais o alcance de suas atividades, cursos e programas de formação sindical na perspectiva de capilarizar o projeto de sociedade defendido pela CUT.



# PLANO DE LUTAS

## I - Ação Internacional

131 - A CUT continuará desenvolvendo sua ação internacional de denúncia do golpe no Brasil e de combate ao neoliberalismo. Esta ação passa pela implementação do Plano de Lutas Internacional do 12º CONCUR, atualizado pelos seguintes eixos:

### **Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo**

132 - A CUT e os demais movimentos que compõem a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, aliança de sindicatos e movimentos sociais da América Latina e do Caribe, protagonizaram, ainda em 2016, uma série de atos públicos, plenárias e marchas em todo continente americano denunciando os golpes neoliberais contra a classe trabalhadora, as negociações por tratados de livre comércio e o poder hegemônico das multinacionais. Em 2017, a jornada prevê a realização de uma série de atos nacionais e de um grande encontro continental, na cidade de Montevidéu, em novembro.

### **Política de cooperação: estratégia sul-sul**

133 - Temos mantido uma política de cooperação com países da América Latina, Caribe e África - regiões com as quais o Brasil mantém fortes laços históricos, sociais e culturais. A política de cooperação da CUT - através, sobretudo, do IC CUT (Instituto de Cooperação) - tem como princípio a solidariedade internacional da classe trabalhadora e, como objetivo, o fortalecimento do movimento sindical internacional em sua luta em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Pauta-se ainda por respeitar a autonomia das centrais e sindicatos com quem coopera. Dessa forma, os projetos de cooperação são desenvolvidos pelas centrais/sindicatos a partir de suas necessidades e realidades. Em todos os projetos de cooperação continuaremos buscando fortalecer o movimento sindical e sua luta contra o neoliberalismo, em defesa da democracia e dos direitos humanos.

134 - Ainda em relação a estratégia sul-sul, continuaremos reforçando nossa relação com a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e SIGTUR (Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights); como também a sua atuação na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

## **Intervenção nos espaços institucionais**

135 - Nossas ações estratégicas em âmbito internacional continuarão passando também pela intervenção nos Fóruns globais e regionais como o G20, BRICS Sindical, o Conselho Sindical de Assessoramento Técnico (COSATE) no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), e, especialmente, na Organização Internacional do Trabalho (OIT) enquanto espaço privilegiado de debates sobre as questões normativas do mundo do trabalho.

136 - Na OIT, continuaremos trabalhando pelo fortalecimento da organização através da pressão permanente pela ratificação e aplicação de suas convenções em nosso país e no mundo. Ainda na OIT, a CUT participou da revisão da Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da OIT. Quarenta anos após a adoção da Declaração original, a revisão da Declaração feita pelo Conselho de Administração da OIT, ainda que não tenha incorporado todas as demandas do movimento sindical, buscou responder a novas realidades econômicas, tais como o aumento do investimento e do comércio internacional e o crescimento das cadeias globais de fornecimento. A revisão da Declaração leva em conta as novas normas de trabalho adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011 e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

137 - Também devemos continuar participando ativamente dos debates no âmbito do centenário da OIT sobre o “futuro do trabalho”, disputando quais políticas econômicas e sociais deverão ser adotadas para proporcionar relações de trabalho decentes e dignas nesse cenário de profundas transformações das forças produtivas e das relações de produção.

## **Ação em defesa dos direitos humanos**

138 - Continuaremos denunciando os retrocessos implementados pelo governo golpista e sua política que não prioriza o efetivo combate a criminalização e exclusão dos imigrantes que vivem no Brasil - como no caso das deportações em massa de venezuelanos em Roraima. Existem milhares de casos de violência diária contra imigrantes e violações de direitos humanos e trabalhistas que ampliam o grau de exploração da força de trabalho desses trabalhadores. A CUT continuará desenvolvendo, em cooperação com o INCA-CGIL e o CDHIC, atendimento jurídico sobre direitos humanos dos trabalhadores migrantes.

139 - Participamos também da Organização da Marcha dos Imigrantes que, em 2016, ocorreu em São Paulo, reunindo milhares de imigrantes em defesa de seus direitos e contra as violações que sofrem cotidianamente. Em 2017, seguiremos incentivando a formação de alianças sociais e populares para reivindicar que o Estado Brasileiro ratifique as convenções da OIT sobre os direitos trabalhadores imigrantes. Além disso, é fundamental incentivar os sindicatos cutistas a sindicalizarem e trazerem para nossas organizações os trabalhadores imigrantes.

## **II - Ação da CUT no plano nacional**

**Ações de curto prazo: derrotar o governo golpista e as reformas da Previdência e Trabalhista. Nenhum direito a menos.**

**Dar continuidade à luta contra o governo golpista e às campanhas nacionais da CUT contra as reformas da Previdência e Trabalhista.**

140 - As atividades envolvem a panfletagem e mobilização nos locais de trabalho, a articulação com movimentos sociais na criação de comitês populares contra o governo golpista e as reformas, a promoção de audiências públicas, a realização atos e manifestações massivas nas cidades polos do interior e nas capitais, a pressão sobre as bases eleitorais dos parlamentares, a pressão sobre o Congresso em Brasília e, por último e mais importante, a realização de greve geral como instrumento mais importante de luta.

**Fortalecer a organização sindical tendo em vista os possíveis desdobramentos das reformas, mostrando cenários e desafios para o sindicalismo CUTista.**

141 - Organizar atividades com Estaduais e Ramos/macrossetores para discutir os riscos para a organização sindical implícitos na proposta de reforma trabalhista. O objetivo final destas atividades será definir ações visando superar, de um lado, os já-problemas já diagnosticados pela SNO no Ciclo de Debates sobre “Democracia e Organização Sindical” e, de outro, prevenir contra os efeitos nefastos da reforma. Essas iniciativas tenderão a se estender para o período além da realização da Plenária-Congresso Extraordinário.

142 - O fortalecimento das Estaduais (estrutura horizontal), Ramos (estrutura vertical) e a melhor articulação entre estas instâncias da CUT são fundamentais para continuarmos enfrentando as adversidades da conjuntura política e econômica imposta pelo governo golpista de Temer.

**Implementar o Plano de Ação da CUT para o primeiro semestre de 2017.**

143 - Dar continuidade às ações traçadas pelas Secretarias Nacionais para o primeiro semestre de 2017, que passa pelos eixos Democracia e Desenvolvimento, Transformações nos Mundos do Trabalho, Organização Sindical e Negociação Coletiva, Ação Internacional da CUT. São ações permanentes da Central, que foram objeto de planejamento e encontram-se em curso.

**Organizar a 14ª Plenária-Congresso Extraordinário**

144 - Transformar o congresso num processo educativo e mobilizador para as lutas organizadas pela CUT, aprofundando o debate dos desafios enfrentados pelos/as trabalhadores/as e sindicatos do setor público e privado, do campo e da cidade na luta contra a agenda neoliberal

do governo golpista. Tornar o congresso num momento privilegiado de discussão com os movimentos sociais e com a sociedade. Propiciar o aprofundamento da reflexão sobre o momento histórico atual e traçar linhas de ação que transformem o Congresso num evento extraordinário, de fato.

**Ações de médio prazo: derrotar o governo, reverter a agenda neoliberal e fortalecer a organização sindical.**

**Dar continuidade à ação articulada com os movimentos sociais, particularmente a FBP e a FPSM para enfrentar o governo golpista e sua agenda neoliberal.**

145 - Fortalecer a participação da CUT nas duas frentes populares, procurando estabelecer a convergência e a unidade de ação, seja na organização de atividades de mobilização e de enfrentamento, seja na construção de uma estratégia que fortaleça o campo democrático popular, criando condições para derrotar as forças golpistas nas eleições de 2018 ou antes desta data, com a mobilização em torno das Diretas Já.

**Construir, junto com as forças democrático populares, uma plataforma de desenvolvimento, a ser utilizada como instrumento de diálogo com os candidatos nas eleições majoritárias e proporcionais.**

146 - Incluir nesta plataforma propostas que dialoguem, de um lado, com as demandas da classe trabalhadora e, de outro, com a visão da CUT em relação à necessidade de reversão da agenda neoliberal implementada pelo governo golpista. A plataforma também deve conter as reformas estruturais vistas como fundamentais para fortalecer a democracia e para criar as bases de um ciclo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento sustentável.

**Dar continuidade ao processo de fortalecimento da organização sindical, traduzindo em ações planejadas as deliberações da Plenária-Congresso Extraordinário.**

147 - Levantar em conta nesse processo as “reformas” que visam a retirada de direitos e a precarização do trabalho, as contínuas transformações em curso nos mundos do trabalho, as mudanças provocadas no plano internacional e nacional pela quarta revolução industrial e como elas tendem a afetar os diversos ramos e setores da economia brasileira.

**Ações de longo prazo**

148 - A avaliação de conjuntura no Plenária-Congresso Extraordinário nacional, no final de agosto, deverá trazer elementos para o desenho de ações estratégicas de longo prazo da CUT, considerando dois cenários: a derrota do governo golpista ou sua continuidade.

# PROPOSTAS

## ESTRATÉGIA

### **Estratégia de curto prazo: fora Temer, diretas já, nenhum direito a menos.**

122 - Derrubar o governo ilegítimo e corrupto e barrar as reformas impopulares deve ser o centro da estratégia de curto prazo da CUT. Uma estratégia que deve combinar diferentes linhas de ação para fora e para dentro da própria organização. Na relação com a sociedade, devem ser priorizadas as ações de massa visando desalojar do poder o governo ilegítimo. A luta contra as reformas deve continuar visando sua retirada imediata da pauta do Congresso. Essas ações envolvem a agitação e propaganda esclarecendo a importância de derrubar o governo ilegítimo e de eleições gerais para escolher o novo presidente. Envolvem também a eleição de uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva para fazer a reforma do sistema político. Envolvem ainda o esclarecimento dos principais pontos e das consequências nefastas das reformas. As ações passam pela mobilização no local de trabalho, buscando envolver o máximo de trabalhadores/as na luta, especialmente mulheres e jovens; por manifestações de massa, em articulação com os movimentos sociais, para angariar o apoio da sociedade e exercer pressão sobre o Congresso; pela articulação com entidades representativas da sociedade civil para exigir a o fim do governo golpista.

### **122 - A - Substitutiva**

RS

*Substituir todo o §:*

Derrubar o Governo Temer, bem como qualquer outro forjado pelo Congresso Nacional, ambos ilegítimos por ter boa parte de seus membros com denúncia dos mais diversos crimes, e barrar as contrarreformas que retiram os direitos dos/as trabalhadores/as deve ser o centro da estratégia de curto prazo da CUT. Uma estratégia que deve combinar diferentes linhas de ação para fora e para dentro da própria organização. Na relação com a sociedade, devem ser priorizadas as ações de massa, visando derrubar o governo ilegítimo e impedir a implementação das contrarreformas. Para alcançarmos estes objetivos devemos ter duas ações combinadas: a) exigir a retirada da pauta do Congresso Nacional das que estão em processo de deliberação; e, b) exigir REFERENDO POPULAR das leis e emendas constitucionais que retiram direito dos trabalhadores. Essas ações envolvem a agitação e propaganda esclarecendo a importância de derrubar o governo ilegítimo e de eleições diretas para escolher o novo presidente. As ações somente terão êxito se ocorrer a partir da base, com a mobilização no local de trabalho e ou moradia, buscando envolver o máximo de trabalhadores na luta. Devemos realizar

manifestações de massa, em articulação com os movimentos sociais, para angariar o apoio da sociedade e exercer pressão sobre a burguesia e o Congresso que a representa. A CUT deve articular com entidades representativas da sociedade civil para garantir os direitos dos trabalhadores e exigir o fim do Golpe de Estado.

---

### **122 - B - Supressiva**

MT

*Suprimir:*

para escolher o novo presidente

---

### **122 - C - Aditiva**

SC

*Após “pauta do Congresso”:*

Em relação à reforma trabalhista, devemos fazer muita luta para impedir a sua aplicação.

---

### **122 - D - Aditiva**

CE

*Após “novo presidente” incluir:*

... e um novo Congresso (Deputados e Senadores).

---

### **122 - E - Aditiva**

SE

*Após “novo presidente”:*

que assuma compromisso em revogar todas as mudanças adotadas pelos golpistas, inclusive a reforma trabalhista e previdenciária, que atacam os direitos dos trabalhadores, reduzem os investimentos em políticas públicas e entregam o patrimônio da nação ao capital estrangeiro. Além disso, deve adotar medidas para realizar as reformas estruturais que enfrentem a crise do ponto de vista da classe trabalhadora.

---

### **122 - F - Aditiva**

SC

*Após “sobre o Congresso”:*

Além de denúncias em organismos internacionais como a OIT, apontando as convenções internacionais que estão sendo descumpridas e das quais o Brasil é signatário, e na ONU, em relação a agenda 2030 que defende nos seus 17 ODS o fim da fome e saúde e educação para todos, o pleno emprego entre outros, pois as reformas estão no sentido oposto da agenda 2030.

---

### **122 - G - Aditiva**

SE

e repudiar a eleição indireta.

---

### **122 - H - Aditiva**

CE

*Ao final do §:*

Envolvem ainda o esclarecimento dos principais pontos e das consequências nefastas das reformas trabalhista e previdenciária.

---

### **122 - I - Aditiva**

RS

*Antes do § 123:*

A CUT não pode negociar com o governo golpista, bem como, deve realizar este debate com todas as entidades sindicais e os movimentos populares parceiros para aumentar a pressão social contra o Golpe de Estado.

---

### **122 - J - Aditiva**

RS

O cenário do golpe é catastrófico. Políticas sociais como educação e saúde se deterioram de forma assustadora. O apagão na segurança semeia o medo. A fome voltou a fazer parte do cotidiano do nosso povo. O desemprego já ultrapassou os 14 milhões. Os problemas sociais se agravarão, mais cedo ou mais tarde, explodirão nas localidades onde residimos, nos municípios. Além da tarefa de combater a implantação da reforma trabalhista, temos que agregar os desempregados e as lutas decorrentes do empobrecimento e exclusão do nosso povo. O momento exige, principalmente da CUT, por ser a maior central sindical do país, um efetivo esforço de aperfeiçoamento da unidade das centrais sindicais como também dos movimentos sociais. Para isto, precisamos implementar localmente, nos municípios, os COMITÊS DE RESISTÊNCIA, unificando os movimentos sociais, as forças vivas das periferias e da sociedade civil, igrejas, setores vinculados com a resistência cultural, entre outros. Essa

estratégia de fortalecimento da resistência local através da Frente Brasil Popular deve ser priorizada para barrar a agenda do golpe e abrir os caminhos de um período que restabelecerá a democracia e revogará as reformas dos golpistas.

---

### **122 - K - Aditiva**

DF

*Ao final do §:*

É preciso que o movimento sindical juntamente com os movimentos sociais se organize de forma a ocupar as ruas, as feiras e as praças para denunciar de maneira intransigente essas instituições nacionais (Congresso e STF) que unilateralmente estão decidindo e aprovando pautas que são inconstitucionais e vão contra os interesses do povo brasileiro. Essas instituições não podem ter o monopólio das nossas legislações e a classe trabalhadora não pode se deixar paralisar por esses ataques emanados de quem não produz e nem sustenta esse país.

---

### **122 - L - Aditiva**

RS

*Novo §:*

Disputar para vencer a compreensão da sociedade que estamos vivendo um Golpe de Estado que passou pelo impeachment da Presidenta Dilma, sem crime de responsabilidade, e continua com a crescente retirada de direitos dos/as trabalhadores/as e com a criminalização dos movimentos sociais. O Golpe de Estado foi construído pelo capital financeiro internacional e implementado pelo Congresso Nacional com apoio do Poder Judiciário e da Mídia Monopolista. Estas forças conservadoras e reacionárias buscam a saída para crise do capitalismo com um único objetivo de manter as altas taxas de lucro do capital em detrimento do conjunto da sociedade. Para tanto, devemos esclarecer as consequências nefastas dos ataques que estamos sofrendo.

---

### **122 - M - Aditiva**

AL, AM, CE, DF, MG, MT, RS

*Após o §:*

Não basta tirar Temer e aceitar outro presidente eleito por via indireta pelo atual Congresso. A CUT não aceita nada que não seja dar a palavra ao povo soberano para decidir os rumos da nação, por isso é pelas “Diretas Já”. A CUT chama ao boicote do Colégio Eleitoral da eleição indireta e apoia os parlamentares que decidam não participar dessa legitimação do “golpe dentro do golpe” para que continuem as contrarreformas trabalhista e previdenciária. A CUT afirma, diante desse atual Congresso corrupto, golpista e reacionário, que é preciso

uma Constituinte soberana que anule as medidas tomadas pelo governo golpista contra os interesses da nação e os direitos da classe trabalhadora e que abra a via para as reformas populares (política, agrária, urbana, tributária, democratização da mídia etc) e restabeleça a democracia.

---

### **122 - N - Aditiva**

SC

Não basta tirar Temer e aceitar outro presidente eleito por via indireta pelo atual Congresso. A CUT não aceita nada que não seja dar a palavra ao povo soberano para decidir os rumos da nação, por isso é pelas “Diretas Já”. A CUT afirma, diante desse atual Congresso corrupto, golpista e reacionário, que é preciso uma Constituinte soberana que anule as medidas tomadas pelo governo golpista contra os interesses da nação e os direitos da classe trabalhadora, que abra a via para as reformas populares (política, agrária, urbana, tributária, democratização da mídia etc) e restabeleça a democracia.

---

### **122 - O - Aditiva**

PE

Não basta tirar Temer e aceitar outro presidente eleito por via indireta pelo atual Congresso. A CUT não aceita nada que não seja dar a palavra ao povo soberano para decidir os rumos da nação, por isso é pelas “Diretas Já”.

---

### **122 - P - Aditiva**

CE

*Ao final do §:*

A CUT chama ao boicote do colégio eleitoral da eleição indireta e se posiciona contra as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, e a favor da constituinte soberana.

---

### **122 - Q - Aditiva**

SE

Sobre a Frente Brasil Popular

Nosso objetivo final é a construção de uma sociedade sem classes, sem opressão nem exploração. Para atingir esta sociedade, é preciso superar o capitalismo, superação que se fará no curso de um longo processo de transição denominado socialismo. Portanto, nosso objetivo estratégico é o socialismo, processo que tem início quando a classe trabalhadora conquista

e constrói o poder de Estado. Faz parte da luta pelo socialismo, assim como fará parte do processo de transição socialista, a realização de um conjunto de transformações na sociedade brasileira, transformações que denominamos de “reformas estruturais”, tais como a agrária, a urbana etc. Amplos setores da sociedade brasileira têm interesse objetivo na realização destas reformas estruturais. Do ponto de vista social, tanto os trabalhadores assalariados, quanto os pequenos proprietários urbanos e rurais têm interesse nas reformas estruturais. Do ponto de vista político, apoiam as reformas estruturais grande número de partidos de esquerda, movimentos sociais e parcelas da intelectualidade. Para que o socialismo seja vitorioso, a chave é a unidade da classe trabalhadora assalariada. Para que as reformas estruturais tenham êxito, a chave é a unidade dos assalariados com o/s pequenos proprietários. A Frente Brasil Popular é, em primeiro lugar, um instrumento, um espaço, uma ferramenta para construção desta unidade em favor das reformas estruturais. Defendemos a construção da Frente Brasil Popular também por razões táticas. Estamos enfrentando uma contraofensiva reacionária. Para deter a contraofensiva reacionária, é necessária a mais ampla unidade popular em defesa dos direitos e das conquistas, em defesa das liberdades democráticas, em defesa da soberania nacional e da integração regional. A Frente Brasil Popular é um instrumento a serviço destes objetivos. Portanto, a Frente Brasil Popular possui três objetivos vinculados: lutar por reformas estruturais, defender as liberdades e conquistas ameaçadas pela contraofensiva da direita, lutar por Fora Temer, Diretas Já e pela Constituinte. Há alguns setores da esquerda que compartilham estes objetivos, mas os hierarquizam de maneira distinta. Há outros no interior da própria Frente que não apoiam a luta pela Constituinte. Há, igualmente, setores da esquerda que não valorizam adequadamente a construção de uma Frente desta natureza. Seja por superestimar o papel da luta eleitoral-institucional, seja por subestimar a importância da construção de instrumentos unitários, seja por ter visões hegemônicas e priorizar a disputa de protagonismo, estes setores não investem com prioridade na construção da Frente. Há setores da FBP que não defendem a candidatura Lula e preferem candidaturas de centro. Cabendo a nós da CUT defender Lula e a importância de sua candidatura. Há, finalmente, aqueles setores que querem converter a Frente Brasil Popular numa organização de tipo partidário e/ou numa coalizão eleitoral. O que, na prática, reduziria o alcance da Frente e a inviabilizaria enquanto espaço unitário. Como há diferentes posições no interior das forças que se consideram de esquerda, é provável que coexistam não apenas diferentes posições no interior da Frente Brasil Popular, mas também diferentes Frentes, com ou sem este nome. Sendo assim, nossa orientação é trabalhar pela unidade em torno da mobilização político-social, preservando a autonomia das organizações cabendo à Frente Brasil Popular a articulação das ações e a construção da unidade em torno dos três objetivos já mencionados: lutar por reformas estruturais, defender as liberdades e conquistas ameaçadas pela contraofensiva da direita, lutar por Fora Temer, Diretas Já e pela Constituinte. Do ponto de vista prático, significa que devemos estimular a existência da FBP nos estados e nas principais cidades brasileiras. Devemos contribuir para que tenham um funcionamento regular, capaz de oferecer um espaço de debate político e de organização das lutas. E investir na constituição de espaços unitários de comunicação, construídos a partir da cooperação entre os instrumentos já existentes.

---

## **122 - R - Aditiva**

CE

*Ao final do §:*

Eleições Gerais. Fora Temer.

123 - Do ponto de vista da própria CUT, um esforço considerável ainda precisa ser feito para dar continuidade à mobilização conseguida com a greve geral do dia 28 de abril e com a ocupação de Brasília, no dia 24 de maio. O desfecho da luta política e a retirada das reformas no Congresso dependerá, em grande parte do seu resultado. Para atingir este objetivo, é necessário intensificar as ações de agitação e de mobilização nos sindicatos e nos locais de trabalho, com panfletagem, assembleias e ações para garantir a organização de nova greve geral, em patamar superior à greve do dia 28 de abril.

---

## **123 - A - Substitutiva**

RS

A CUT deve realizar todo o esforço possível para dar continuidade à mobilização conseguida com a greve geral do dia 28 de abril e com a ocupação de Brasília, no dia 24 de maio. Garantir os direitos dos trabalhadores e o desfecho da luta política depende de forma direta da nossa capacidade de organização e mobilização. Para atingir este objetivo, é necessário intensificar as ações de agitação e de mobilização nos sindicatos e nos locais de trabalho, com panfletagem, assembleias e ações para garantir a organização de nova greve geral, em patamar superior à greve do dia 28 de abril. Essa ação deve continuar a contaminar as bases das outras centrais sindicais, mobilizando-as para a luta. Na construção coletiva da resistência aos ataques que estamos sofrendo é fundamental a constituição e/ou fortalecimento de COMITÊS SINDICAIS E POPULARES para difundir e organizar a luta no seio do conjunto da sociedade.

---

## **123 - B - Modificativa**

MT

*Substituir a palavra “contaminar” da proposta 123-A por:*

motivar

---

## **123 - C - Aditiva**

AL

*Após “28 de abril”:*

e superior à greve de 30 de Junho.

---

### **123 - D - Aditiva**

CE

*Após “locais de trabalho,”*

junto com as centrais e demais movimentos.

---

### **123 - E - Aditiva**

PI

*Após “assembleias”:*

audiências públicas.

---

### **123 - F - Aditiva**

PI

*Ao final do §:*

...todos os entes federados.

---

### **123 - G - Aditiva**

SP

Após o 30 de junho, que registrou greves e manifestação em todo o Brasil contra a “reforma trabalhista”, aprovada pelo Senado em 11 de julho e sancionada sem vetos por Temer no dia 13, trata-se de retomar o movimento de preparação de uma greve geral prá valer no início do 2º semestre pela Revogação da lei da “reforma” trabalhista e contra o desmonte da Previdência (PEC 287) que irá a voto na Câmara. O 30 de junho, menor que a greve geral de 28 de abril revelou hesitações e obstáculos nas direções das centrais sindicais. Responsabilidade maior é da cúpula da Força Sindical, UGT e outras Centrais Sindicais que, publicamente, negociaram com o governo golpista abrindo mão da defesa dos direitos trabalhistas em favor de uma MP que corrija alguns aspectos da contrarreforma e apresente uma alternativa ao fim do imposto sindical. A CUT deve se delimitar clara e publicamente de tal postura, reafirmando suas posições de derrubada das contrarreformas e que não negocia redução de direitos dos trabalhadores.

---

### **123 - H - Aditiva**

SC

Após o 30 de junho, que registrou greves e manifestação em todo o Brasil contra a “reforma trabalhista”, trata-se de retomar o movimento de preparação de uma greve geral prá valer no início do 2º semestre, quando se prevê a votação do desmonte da Previdência. O 30 de junho, menor que a greve geral de 28 de abril (“a maior da história”), revelou hesitações e obstáculos nas direções das centrais sindicais. Responsabilidade maior é da cúpula da Força Sindical que, publicamente, negocia com o governo golpista abrindo mão da defesa dos direitos trabalhistas em favor de um arranjo que mantenha o imposto sindical. A CUT reafirma sua posição de luta pela de retirada/derrubada das contrarreformas e que não negocia redução de direitos dos trabalhadores.

---

### **123 - I - Aditiva**

AM, PE

Após o 30 de junho, que registrou greves e manifestação em todo o Brasil contra a “reforma trabalhista”, trata-se de retomar o movimento de preparação de uma greve geral prá valer no início do 2º semestre, quando se prevê a votação do desmonte da Previdência. O 30 de junho, menor que a greve geral de 28 de abril (“a maior da história”), revelou hesitações e obstáculos nas direções das centrais sindicais. Responsabilidade maior é da cúpula da Força Sindical que, publicamente, negocia com o governo golpista abrindo mão da defesa dos direitos trabalhistas em favor de um arranjo que mantenha o imposto sindical. A CUT deve se delimitar clara e publicamente de tal postura, reafirmando suas posições de retirada/derrubada das contrarreformas e que não negocia redução de direitos dos trabalhadores.

---

### **123 - J - Aditiva**

AL, MG, RS

Após o 30 de junho, que registrou greves e manifestação em todo o Brasil contra a “reforma trabalhista” (que vai a voto em 12 de julho), trata-se de retomar o movimento de preparação de uma greve geral prá valer no início do 2º semestre, quando se prevê a votação do desmonte da Previdência. O 30 de junho, menor que a greve geral de 28 de abril (“a maior da história”), revelou hesitações e obstáculos nas direções das centrais sindicais. Responsabilidade maior é da cúpula da Força Sindical que, publicamente, negocia com o governo golpista abrindo mão da defesa dos direitos trabalhistas em favor de um arranjo que mantenha o imposto sindical. A CUT deve se delimitar clara e publicamente de tal postura, reafirmando suas posições de retirada/ derrubada das contrarreformas e que não negocia redução de direitos dos trabalhadores.

---

### **123 - K - Aditiva**

MT

Após o 30 de junho de 2017, que registrou greves e manifestação em todo o Brasil contra a “reforma trabalhista” (que vai a voto em 12 de julho), trata-se de retomar o movimento de preparação de uma greve geral para valer no início do 2º semestre, quando se prevê a votação do desmonte da Previdência. O 30 de junho revelaram hesitações e obstáculos nas direções das centrais sindicais. Responsabilidade maior é da cúpula da Força Sindical que, publicamente, negocia com o governo golpista abrindo mão da defesa dos direitos trabalhistas em favor de um arranjo que mantenha o imposto sindical. A CUT deve se delimitar clara e publicamente de tal postura, reafirmando suas posições de retirar / derrubada das contrarreformas e que não negocia redução de direitos dos trabalhadores.

---

### **123 - L - Aditiva**

CE

*Ao final do §:*

Neste sentido, a CUT e as demais centrais sindicais indicaram o próximo 30 de junho como uma nova jornada de Greve Geral (24 horas), antecedida por um Dia de Mobilização em 20 de junho. Proposta que deve ser submetida a assembleias sindicais e plenárias de ramos e entidades nacionais, visando a mais ampla mobilização para uma greve geral ainda maior que a de 28 de abril.

---

### **123 - M - Aditiva**

SE

Entretanto, a greve geral do dia 30 de Junho houve maior reação da classe empresarial que, junto com o poder judiciário, tentou criminalizar o movimento o que demonstra que este poder está a serviço da classe patronal, organizando os trabalhadores informais, desempregados e aposentados.

---

### **123 - N - Aditiva**

PA

Organizar nossa ação para o enfrentamento dos desafios atuais e para fortalecimento das nossas entidades.

---

### **123 - O - Aditiva**

CE

*Após o §:*

É preciso aprofundar a articulação nacional com caráter “frentista” e “popular” da nossa organização, mobilizações e lutas. A CUT deve protagonizar a construção do processo de

unidade na ação no campo democrático-popular. As iniciativas como panfletagens, debates nos locais de trabalho, atos de massa e greve geral devem possuir unidade nacional e integrar todos os diferentes segmentos da sociedade, tais como as igrejas e os movimentos de juventudes. Devemos fomentar a organização dos milhões de desempregados e trabalhadores inseridos na informalidade.

---

### **123 - P - Aditiva**

AL

Quando da formulação das estratégias para organização das greves gerais futuras, considerar as especificidades regionais, e escolher dias da semana que não sejam nem no início, nem no final, para não penalizar trabalhadores e trabalhadoras com descontos salariais, além do dia paralisado.

124 - A CUT deverá se preparar para os efeitos das reformas, na eventualidade das forças conservadoras conseguirem eleger indiretamente um novo Presidente da República comprometido com a agenda de reformas. Temos que buscar respostas para perguntas fundamentais. *Como as reformas atingem a classe trabalhadora e os setores representados pela CUT? O que muda de fundamental nas relações de trabalho e como essas mudanças alteram a composição das bases que representamos? A atual estrutura sindical dará conta de responder aos desafios por elas colocados? Como as mudanças afetam a atual organização sindical da CUT? Como fazer a leitura desses desafios a partir da nossa concepção classista? Que espaços e iniciativas devem ser criados pela CUT para debater e encaminhar esses temas no curto prazo, preparando o debate a ser feito na Plenária-Congresso Extraordinário?*

---

### **124 - A - Substitutiva**

RS

*Substituir o §:*

A CUT deve estar preparada para enfrentar os efeitos dos ataques da burguesia contra os trabalhadores. Temos que ter respostas para perguntas fundamentais. Como as reformas atingem a classe trabalhadora? O que muda de fundamental nas relações de trabalho? A atual estrutura sindical adequada para garantir os direitos dos trabalhadores? Como as mudanças afetam a atual organização sindical da CUT? Que espaços e iniciativas devem ser criados pela CUT para debater e encaminhar esses temas no curto prazo?

---

## **124 - B - Aditiva**

PI

*Após “das reformas”:*

e das privatizações.

---

## **124 - C - Aditiva**

AL, DF, RS

O papel da CUT na retomada de um projeto de esquerda para o desenvolvimento nacional. O golpe que depôs a presidenta Dilma é um acontecimento que divide períodos históricos: representa o final de um período democrático, no qual a CUT foi forjada, iniciado com o fim da ditadura militar e o limiar de um período novo, cujo caráter ainda está em disputa. É um cenário que vai além do fim de treze anos de governos democrático e populares no plano federal, mas sobretudo, revela uma nova dinâmica das forças da direita e do neoliberalismo, e até mesmo a criação de novas forças de direita e extrema direita. A ruptura da ordem burguesa pela própria burguesia alterou a dinâmica de disputa política na qual estivemos inseridos nos últimos 33 anos. Diante desse desafio, está em disputa a maneira pela qual a esquerda se posicionará no novo período, o que, por sua vez, definirá o próprio caráter desse novo período. O golpe implicou também uma nova dinâmica das forças de esquerda que em certos momentos conseguiu reunir condições virtuosas que nos indicam as novas características de uma esquerda capaz de superar os erros e ilusões que permitiram o alçamento da direita. A CUT reafirma sua luta pelo fim do governo golpista e seu programa, pela reposição da ordem democrática com eleições diretas e por uma constituinte exclusiva e soberana para reforma do sistema político. Além disso, a central deve, desde já, retomar os esforços de sistematização e atualização de suas contribuições históricas para um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo e sustentável, protagonizando e somando-se às iniciativas em curso. Considerando os sucessivos e cada vez mais profundos ataques aos direitos da classe trabalhadora, a retomada deste projeto nacional necessariamente se inicia com a revogação de todas as medidas que enfraqueceram o Estado e as políticas públicas, retiraram direitos dos trabalhadores/as e minaram a soberania nacional. Mas além de bandeiras de luta consistentes e da sistematização de um projeto nacional com a cara dos trabalhadores/as, a CUT não pode ser furtar de incidir na disputa política que já corre a pleno vapor no país. Defendemos uma candidatura presidencial que tenha o maior compromisso com nosso projeto de país e a maior identidade com a classe trabalhadora, o ex-presidente Lula é aquele que melhor expressa esse compromisso e essa identidade com os interesses dos trabalhadores/as e da maioria do povo brasileiro.

---

## **124 - D - Aditiva**

RS

*Após o §:*

Apostar na organização dos trabalhadores e não ter ilusões com as eleições de 2018. A CUT precisa fazer/fortalecimento da mobilização a partir da base a exemplo dos Comitês Sindicais e Populares de luta contra o FIM DA APOSENTADORIA E DOS DIREITOS TRABALHISTAS. A falta de estratégia das Frentes exige uma redefinição da política de participação das mesmas. A CUT precisa retomar e fortalecer o trabalho de base. Fortalecer as políticas de organização sindical, de formação para ampliar a mobilização da base para resistir aos ataques aos direitos dos/as trabalhadores/as.

---

### **124 - E - Aditiva**

RS

*Após o §:*

As lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país conquistaram inúmeros direitos e, ao longo do tempo, as entidades sindicais se constituíram em interlocutoras dos interesses coletivos daqueles e daquelas que vivem do trabalho. Esse patrimônio está seriamente ameaçado por um governo golpista e sua base aliada comprometida com os interesses dos banqueiros e rentistas. A reforma trabalhista aprovada pelo senado no dia 11 de julho deve ser denunciada e deslegitimada socialmente. A CUT junto com os movimentos sociais deve organizar um REFERENDO POPULAR contra a reforma trabalhista como instrumento de conscientização e mobilização para barrar a sua implementação. No campo jurídico e institucional, a nossa Central deve articular uma ampla frente jurídica para contestar nos tribunais as tentativas de aplicação da reforma trabalhista. Além disso, a CUT deve assumir a tarefa de deseleger os golpistas que aprovaram a reforma trabalhista através de abaixo-assinados e audiências públicas, declarando os parlamentares golpistas PERSONA NON GRATA junto as suas bases eleitorais.

---

### **124 - F - Resolução**

DF, PE, RS, SP

“Eleição sem Lula é fraude!”

Reafirmamos a nota aprovada pela Executiva Nacional em 13 de julho de 2017: A CUT considera que não é mera coincidência que esse golpe contra os nossos direitos tenha sido dado em 11 de julho e que, no dia seguinte, o ex-presidente Lula tenha sido condenado pelo juiz de 1ª instância Sérgio Moro, sem qualquer prova material, a nove anos e meio de prisão. A aprovação da reforma trabalhista no Senado, que chegou a ficar às escuras a mando de seu presidente, por 50 senadores, representantes de interesses patronais, foi para preservar o lucro empresarial. A contrarreforma trabalhista é um ataque brutal aos mais elementares direitos da classe trabalhadora. No dia seguinte, mais um passo da ofensiva: através do Judiciário, acontece a tentativa de impedir Lula de concorrer e se concretizar um novo governo, que abra o caminho com a devolução dos direitos trabalhistas roubados, a retomada para a nação do controle das suas riquezas entregues às multinacionais, como o Pré-Sal, e colocar abaixo a

famigerada PEC do teto dos gastos, que começa a colapsar os serviços públicos. Por isso mesmo, a CUT se engaja na campanha contra a condenação sem provas do ex-presidente Lula pelo juiz Moro, integrando a ampla frente que foi criada para desenvolvê-la, nela também focando o combate às contrarreformas promovidas pelos golpistas. Reafirmamos assim nosso combate por Fora Temer, Diretas Já! Lula Presidente, com constituinte para revogar as medidas golpistas.

**Estratégia de médio prazo: derrotar o governo, reverter a agenda neoliberal e fortalecer a organização sindical**

125 - A CUT continuará perseguindo o objetivo de consolidar sua relação com os movimentos sociais, particularmente a FBP e a FPSM, visando construir a unidade das forças democrático populares para enfrentar as forças conservadoras e golpistas. Deverá defender nesses espaços o fortalecimento de uma candidatura viável à disputa de 2018, ou antes disso, ancorada numa plataforma visando reverter a agenda neoliberal do atual governo golpista, restabelecer a ordem constitucional democrática, reverter o desmonte do Estado e resgatar as conquistas históricas da classe trabalhadora. No desdobramento dessa luta, deverão ser criadas as condições políticas para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de reconstituir o Estado de Direito e definir as reformas estruturais necessárias para consolidar a democracia e promover um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

**125 - A - Substitutiva**

MT

A CUT continuará perseguindo o objetivo de consolidar sua relação com os movimentos populares, em particular os representados nas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, visando construir a unidade das forças democráticas e populares para enfrentar as forças conservadoras e golpistas, ancorada numa plataforma de reivindicações e medidas para retomar a democracia, reverter as medidas contrárias à soberania nacional e aos interesses populares do governo golpista e resgatar as conquistas sociais dos trabalhadores e do povo brasileiro, abrindo o debate sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para esse fim. A CUT deve fortalecer candidaturas viáveis à disputa de 2018, ou antes, disso, ancorada numa plataforma visando reverter a agenda neoliberal do atual governo golpista: inclusive as CUTs estaduais devem também no âmbito estadual incentivar candidaturas populares.

**125 - B - Substitutiva**

AL, AM, CE, DF, MG, PE, RS, SP

A CUT continuará perseguindo o objetivo de consolidar sua relação com os movimentos populares, em particular os representados nas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo,

visando construir a unidade das forças democráticas e populares para enfrentar as forças conservadoras e golpistas, ancorada numa plataforma de reivindicações e medidas para retomar a democracia, reverter as medidas contrárias à soberania nacional e aos interesses populares do governo golpista e resgatar as conquistas sociais dos trabalhadores e do povo brasileiro, abrindo o debate sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para esse fim. A CUT considera que as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo não devem sobrepor-se aos partidos, às centrais sindicais e entidades que as compõem, aos quais compete o protagonismo das ações, cabendo às frentes aglutinar forças, encaminhar ações conjuntas e construir a unidade na ação.

---

### **125 - C - Substitutiva**

SC

CUT continuará perseguindo o objetivo de consolidar sua relação com os movimentos sociais e populares na FBP e FPSM, visando construir a unidade das forças democráticas e populares para enfrentar as forças conservadoras e golpistas, ancorada numa plataforma de reivindicações e medidas para retomar a democracia, reverter as medidas contrárias à soberania nacional e aos interesses populares do governo golpista e resgatar as conquistas sociais dos trabalhadores e do povo brasileiro, abrindo o debate sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para esse fim. A CUT afirma que as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo são espaços de aglutinação de forças, com o objetivo de encaminhar ações conjuntas e construir a unidade na ação

---

### **125 - D - Substitutiva**

RS

A CUT precisa retomar e fortalecer a mobilização, organização e formação dos trabalhadores a partir da base. Um do exemplo que pode ser seguido foram os Comitês Sindicais e Populares de luta contra o FIM DA APOSENTADORIA E DOS DIREITOS TRABALHISTAS. Deste modo, podemos consolidar a nossa relação com os movimentos sociais e construir a unidade das forças democrático populares para enfrentar as forças conservadoras e golpistas. A FBP e a FPSM cumprEM um papel importante de aglutinação e luta de amplos setores populares, mas o momento exige uma definição estratégica de luta contra o capital financeiro internacional e seus aliados para garantir os direitos dos trabalhadores. Os/AS trabalhadores/AS não acreditam mais em candidaturas milagrosas em processos eleitorais que não garantem os interesses das grandes maiorias. Assim, a CUT deve ter alternativas política que garantam os interesses dos/as trabalhadoras para além de campo eleitoral. Mas, mesmo assim, é necessário termos candidaturas que defendam os interesses dos/as trabalhadores/as no seu enfrentamento ao capital. Neste sentido, estas candidaturas devem estar ancoradas numa plataforma, visando derrotar a agenda neoliberal, restabelecer a ordem

constitucional democrática, reverter o desmonte do Estado e resgatar as conquistas históricas da classe trabalhadora. No desdobramento dessa luta, deverão ser criadas as condições políticas para reconstituir o Estado de Direito e definir as reformas estruturais necessárias para consolidar a democracia e promover um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

---

### **125 - E - Substitutiva**

RS

*Substituir “derrotar o governo” por:*

derrotar o Golpe de Estado,

---

### **125 - F - Substitutiva**

DF, RN, SE, SP

*Substituir “deverá defender “ até “ trabalhadora.” por:*

Deverá construir nestes espaços uma plataforma de lutas visando reverter a agenda neoliberal do golpe, defender a democracia, reverter o desmonte do estado e das políticas sociais e resgatar as conquistas históricas da classe trabalhadora.

---

### **125 - G - Aditiva**

PI

*Após “defender”:*

...e incentivar...

---

### **125 - H - Aditiva**

CE

*Após “Estado:*

... especialmente no que afeta os trabalhadores do setor público que nesse particular, são as primeiras vítimas desse desmonte.

---

### **125 - I - Substitutiva**

DF, RN, SE

*Substituir “com o objetivo de reconstituir o Estado de Direito” por:*

como mecanismo democrático para reordenar as instituições e indicar o tipo de desenvolvimento que queremos para o Brasil.

---

## 125 - J - Aditiva

TO

Ter como plataforma de saída imediata da crise, o plano popular de emergência, construído no âmbito da Frente Brasil Popular.

126 - No plano interno, a CUT dará continuidade, no médio prazo, ao fortalecimento da organização e da ação sindical, considerando dois prováveis cenários. O primeiro, mais favorável e no entanto incerto, resultaria da derrota do governo ilegítimo e da retirada de pauta das reformas. Demandaria um enorme poder de pressão vindo das ruas. O segundo, bastante perverso, é o de “terra arrasada” criado pela continuidade do golpe, com eleição indireta do novo Presidente da República e a aprovação das reformas, particularmente a trabalhista. A CUT deverá levar em conta o desfecho de um ou outro cenário. Prevalecendo o pior deles, deverá avaliar, de um lado, os impactos das reformas na reconfiguração do perfil da classe trabalhadora e na dinâmica do mercado de trabalho e, de outro, o modelo de organização sindical mais apropriado para, neste novo cenário, continuar fazendo defesa incondicional dos direitos da classe trabalhadora, traçando uma linha de ação planejada até o fim do mandato da atual direção. Deverá traçar uma estratégia de atualização do seu projeto político organizativo, visando fortalecer as suas Estaduais e Ramos. O crescimento e o fortalecimento da CUT em todos os Estados podem ganhar impulso a partir da elaboração e execução de uma estratégia sindical com ações voltadas para a Interiorização da CUT; investimentos em Eleições e Oposições Sindicais; Sindicalização de trabalhadores/as e filiação de novas entidades sindicais. Marcando uma forte estratégia de disputa do sindicalismo combativo da CUT com as demais centrais sindicais.

---

## 126 - A - Aditiva

RO

*Após “interiorização da CUT”:*

que fortaleça uma efetiva ação de base, ampliando os investimentos na formação política, na sustentabilidade nas CUTs estaduais, e garantindo reais condições para o fortalecimento da ação de base, e a interiorização de fato da CUT em seus sindicatos.

---

## 126 - B - Aditiva

CE

*Após “trabalhadores/as”:*

fortalecimento e reaproximação das entidades já filiadas e

---

### **126 - C - Aditiva**

CE

*Ao final do §:*

...exigir o cumprimento da lei nacional do piso do magistério descumprida pelos prefeitos e governadores bem como a manutenção dos amplos direitos conquistados no PCCS da categoria.

---

### **126 - D - Aditiva**

RS

As entidades sindicais junto com os movimentos sociais e setores organizados da sociedade civil se destacaram nas ações de resistência ao golpe, assumindo a linha de frente em defesa da democracia e do projeto político que promoveu crescimento econômico, inclusão social e fortalecimento da cidadania. Todavia, a luta de resistência levada a cabo neste último período também demonstrou as nossas fragilidades. É necessário recuperarmos os vínculos com o povo trabalhador e o ideário de um sindicalismo que nos originou. Mais do que nunca precisamos ampliar a capacidade de atuação política canalizando todos os recursos e energia que dispomos para enfrentar essa pesada ofensiva do capital. A reforma trabalhista nos desafiará a repensar práticas e, em curto prazo, a otimização de estruturas e recursos. Saídas isoladas e corporativas nos aniquilarão mais rapidamente. Nessa perspectiva a CUT deve estimular a constituição de CENTROS DE REFERÊNCIA SINDICAL como espaços de fortalecimento, otimização de recursos e atendimento qualificados dos trabalhadores e trabalhadoras. A palavra de ordem JUNTOS SOMOS FORTES além de uma referência política e ideológica passa a ser uma estratégia de sobrevivência para fazer frente a tentativa de nos destruir através da escassez de recursos financeiros.

---

### **126 - E - Aditiva**

RS

Com a aprovação da contrarreforma trabalhista a CUT deve fortalecer a organização, formação e ação sindical para acumular forças suficientes para derrotar os ataques sofridos. Para tanto, é necessário traçar uma estratégia para fortalecer a luta dos/as trabalhadores/as com uma organização pela base, que garanta a democracia interna, que defenda os interesses do conjunto dos/as trabalhadores/as, superando a visão corporativa e economicista. Isso passa pelo fortalecimento do CUT nos ramos e nos estados, com a sindicalização em massa dos/as trabalhadores/as. Transformando a CUT na referência e direção do conjunto dos/as trabalhadores/as brasileiros.

---

## 126 - F - Aditiva

AM

Ação Nacional em Defesa de Dirigentes Sindicais Custista Criar um processo de mobilização/combate nacional permanente por meio da CUT Nacional para defender dirigentes sindicais cutistas que organizam paralisações e greves em suas categorias de base e estão sendo perseguidos politicamente e judicialmente. Realizar campanhas nacionais, internacionais para denunciar e combater o poder judiciário por cometer arbitrariedades em cobranças de multas avultosas aos dirigentes e entidades sindicais por cada dia de paralisação e/ou greve, com o intuito de intimidar e fragilizar assim a luta sindical.

---

## 126 - G - Aditiva

BA

*Após o §:*

Bem como a renovação dos espaços organizativos da CUT e dos valores e práticas dos dirigentes sindicais. Sendo exemplo de solidariedade e não de disputa que acaba afastando novos militantes.

**Estratégia de longo prazo: consolidar a democracia, fortalecer o protagonismo da CUT na sociedade e construir as bases de um novo ciclo de desenvolvimento.**

127 - Embora possa parecer inconsequente e prematuro, diante de cenários tão incertos, projetar a ação sindical para além dos próximos dois anos, é importante ter no horizonte a sociedade que queremos para nós e para as futuras gerações. Seguindo o ideário que continua a orientar a CUT desde sua fundação, uma sociedade com fundamentos em instituições democráticas sólidas, no respeito à soberania popular, no combate sistemático à corrupção, no Estado sob controle permanente da sociedade e propulsor do desenvolvimento, em políticas que respeitem a diversidade e promovam a superação das desigualdades e a inclusão social, no respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs brasileiros/as assegurados na Constituição de 1988. Será uma sociedade fraterna e generosa na proteção de seus segmentos mais frágeis. Será também uma sociedade solidária que estenderá seus princípios e valores fundamentais para além das fronteiras nacionais, estimulando a paz, a fraternidade e a solidariedade entre os países e nações.

---

## 127 - A - Substitutiva

AL, AM, DF, MG, MT, PE, SP

*Após “dois anos” substituir o texto que se segue por:*

É importante ter no horizonte a sociedade que defendemos, seguindo o ideário que orienta a CUT desde a sua fundação: “o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”; “lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as como obra dos próprios trabalhadores/as, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista” (Estatutos da CUT, Compromissos fundamentais). Neste sentido, a CUT se engaja na luta por instituições democráticas baseadas na soberania popular, no combate à corrupção no Estado, por políticas públicas que promovam a superação de desigualdades e a inclusão social, que respeitem a diversidade e assegurem um desenvolvimento econômico em benefício da grande maioria oprimida de nosso povo, bem como o respeito aos direitos fundamentais da cidadania. Uma sociedade fraterna e solidária, livre de toda a forma de opressão e de exploração, que valorize a paz, fraternidade e solidariedade entre os trabalhadores e povos de todo o mundo.

---

### **127 - B - Substitutiva**

DF, RN, SE, SP (Aditiva ao 130)

*Substituir o §:*

Desde a sua fundação a CUT defende “lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as tendo como perspectiva a construção de uma sociedade socialista”. A CUT entende que a construção do socialismo como ideal de amplos setores é um dos maiores desafios da nossa época, e portanto buscará intensificar e aprofundar o debate estratégico sobre a relação do movimento sindical com a luta pelo socialismo, em diálogo com as forças que compõem o campo popular. O socialismo pelo qual lutamos requer uma profunda democratização da sociedade, o que pressupõe democracia social, pluralidade ideológica, cultural, religiosa, igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e de gênero. Terá uma economia colocada não a serviço da concentração das riquezas, mas no atendimento das necessidades do conjunto da sociedade. Será uma sociedade fraterna e generosa na proteção dos seus segmentos mais frágeis. Será também uma sociedade solidária que estenderá seus princípios e valores fundamentais para além das fronteiras nacionais, estimulando a paz, a fraternidade e a solidariedade entre os povos.

---

### **127 - C - Substitutiva**

RS

É importante ter no horizonte a sociedade que defendemos, seguindo o ideário que orienta a CUT desde a sua fundação: “o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”, “lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as como obra dos próprios trabalhadores/as, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista” (Estatutos da CUT, Compromissos fundamentais). Neste sentido, a CUT se engaja na luta por instituições democráticas baseadas na soberania popular, no combate à corrupção na sociedade capitalista, por políticas públicas que promovam a superação de desigualdades e a inclusão social, que respeitem a diversidade e assegurem

um desenvolvimento econômico em benefício da grande maioria oprimida de nosso povo, bem como o respeito aos direitos fundamentais da cidadania. Uma sociedade fraterna e solidária, livre de toda a forma de opressão e de exploração, que valorize a paz, fraternidade e solidariedade entre os trabalhadores e povos de todo o mundo.

---

### **127 - D - Substitutiva**

SC

É importante ter no horizonte a sociedade que defendemos, seguindo o ideário que orienta a CUT desde a sua fundação: “o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo” “lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as como obra dos próprios trabalhadores/as, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista” (Estatutos da CUT, Compromissos fundamentais). Neste sentido, a CUT se engaja na luta por instituições democráticas baseadas na soberania popular, no combate à corrupção no Estado, por políticas públicas que promovam a superação de desigualdades e a inclusão social, que respeitem a diversidade e assegurem um desenvolvimento econômico em benefício da grande maioria oprimida de nosso povo, bem como o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs brasileiros/as assegurados na Constituição de 1988. Uma sociedade fraterna e solidária, livre de toda a forma de opressão e de exploração, que valorize a paz, fraternidade e solidariedade entre os trabalhadores e povos de todo o mundo.

---

### **127 - E - Substitutiva**

RS

A atual correlação de forças na sociedade brasileira exige a construção da unidade dos/as trabalhadores/as e dos setores populares para garantir a democracia e o Estado de Direito. O capital financeiro internacional e seus aliados burgueses, membros dos poderes constitucionais e donos da mídia monopolizada atacam os direitos dos/as trabalhadores/as, os direitos civis e criminalizam os movimentos sociais. A luta contra estes ataques é necessária para reconquistar princípios básicos da democracia. É importante ter no horizonte a sociedade que queremos hoje e no futuro. A CUT tem o ideário de uma sociedade baseada em instituições democráticas sólidas, no respeito à soberania popular, o Estado sob controle social e propulsor do desenvolvimento, em políticas que respeitem a diversidade e promovam a superação das desigualdades e a inclusão social, com profundo respeito aos direitos fundamentais da cidadania. Princípios assegurados na Constituição de 1988 que querem destruir. Lutamos por uma sociedade fraterna e generosa na proteção social, como também, uma sociedade solidária nos seus princípios e valores fundamentais, para além das fronteiras nacionais, estimulando a paz, a fraternidade e a solidariedade entre os povos e nações.

---

### **127 - F - Aditiva**

SC

*Substituir “a paz, a fraternidade e a solidariedade”*

...a cultura da paz, da fraternidade e da solidariedade...

---

### **127 - G - Aditiva**

CE

Constituir comitês que promovam ações informativas e o debate em nível de bairro, para alcançar justamente aqueles trabalhadores que atuam no mercado informal ou que simplesmente não estejam ainda organizados através de sindicato.

128 - Para tornar este sonho realidade, no entanto, será necessário derrotar as forças golpistas e promover mudanças estruturais na sociedade brasileira, entre elas a reforma do sistema político, que restaure o Estado de Direito e fortaleça a democracia; a democratização dos meios de comunicação, que rompa com o monopólio hoje existente por parte de um número reduzido de grupos econômicos, com enorme capacidade de manipular fatos e influenciar as decisões políticas; a reforma agrária, que assegure o acesso democrático à propriedade da terra e fortaleça a agricultura familiar e agroecológica; a reforma tributária, para tornar mais justa a cobrança de impostos, revertendo sua lógica regressiva atual, que penaliza os mais pobres; a reforma urbana, para combater a especulação imobiliária, que promove a segregação da população que vive em bairros periféricos, submetida à falta de infraestrutura básica e às mais diversas formas de violência. São reformas necessárias para gerar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e duradouro.

---

### **128 - A - Supressiva**

MT

*Suprimir:*

São reformas necessárias para gerar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e duradouro.

---

### **128 - B - Substitutiva**

RS

*Suprimir do texto base “por parte de um número reduzido de grupos econômicos”; Substituir o tópico sobre Reforma Tributária por:*

4) Reforma Tributária que tenha por objetivo a implantação da justiça fiscal, promovendo o crescimento e distribuição de renda, com as seguintes características: a) Impostos progressivos em relação ao patrimônio e à renda b) Simplificação dos tributos para possibilitar uma maior fiscalização sobre a sonegação e evasão fiscal c) Fim da guerra fiscal e das desonerações em benefício ao capital d) Revogação da Lei Kandir, que torna imune a tributação de produtos semielaborados exportados, incentivando a exportação de commodities em detrimento de manufaturas e) criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e, f) elevação da tributação sobre o setor financeiro.

---

#### **128 - C - Substitutiva**

AL, AM, BA, CE, DF, MG, MT, SC, SP

*De “são reformas” até “duradouro”, substituir por:*

São reformas populares necessárias, cuja implementação passa por dar a palavra ao povo numa Assembleia Constituinte Soberana, dada a falência completa das instituições políticas aos olhos do povo brasileiro, revelada pela crise atual e o golpe que afastou a presidente eleita Dilma Roussef, com a cumplicidade dos poderes Legislativo e Judiciário.

---

#### **128 - D - Substitutiva**

CE

São reformas populares necessárias, cuja implementação passa por dar a palavra ao povo numa assembleia constituinte soberana, dada a falência completa das instituições políticas aos olhos do povo brasileiro, revelada pela crise atual dos poderes legislativo e judiciário.

---

#### **128 - E - Aditiva**

MA

*Após “democratização”:*

e ampliação

---

#### **128 - F - Aditiva**

SE

*Após “manipular fatos e influenciar as decisões políticas”:*

A democratização do Poder Judiciário, que garanta à população o direito de votar na escolha dos membros dos tribunais de 2º grau e tribunais superiores, para mandatos com prazo determinado, e assegurar a participação dos trabalhadores na composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), responsáveis pela fiscalização dos tribunais e dos MPs. Ainda nessa perspectiva, tornar obrigatória a

realização de concurso para conselheiros dos Tribunais de Contas dos estados e a garantia à população na escolha dos ministros dos tribunais de contas da União, com prazo de mandato definido, além de conselhos fiscalizatórios nos marcos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

---

### **128 - G - Aditiva**

CE

*Após “mais pobres”:*

acrescida da taxação das grandes fortunas

---

### **128 - H - Aditiva**

MT

*Após “violência”:*

A reversão das privatizações das empresas públicas, a retomada do monopólio do petróleo, a planificação da economia, a taxação de grandes fortunas e auditoria da dívida pública.

---

### **128 - I - Aditiva**

SC

*Após “cobrança de impostos”:*

em especial a taxação das grandes fortunas e estabelecimento de impostos progressivos...

---

### **128 - J - Aditiva**

SE

*Antes de “são reformas necessárias para gerar...”:*

A reforma da administração, que reduza drasticamente os cargos em comissão que têm servido como uma das principais moedas de troca no jogo da política fisiológica que deteriora a democracia e favorece aos interesses dos caciques políticos.

---

### **128 - K - Aditiva**

SE

*No final do §, após a palavra “duradouro”:*

Observando a primazia orçamentária entre o valor dos programas sociais em relação ao incentivo e desonerações aos empresários e o valor orçamentário.

---

---

## 128 - L - Aditiva

RS

Discutir tributação é desvendar uma das expressões dos conflitos de classes. A primeira pergunta a ser feita é: afinal, quem paga a conta do financiamento do Estado? A defesa insistente feita pelo empresariado da redução da carga tributária esconde o interesse de desmonte do Estado social e sua substituição pelo Estado mínimo e garantidor da riqueza privada. A carga tributária deve ser adequada para financiar o tipo de estado que a sociedade queira construir, relacionada à oferta de bens e serviços públicos necessários ao atendimento dos direitos sociais. A tributação brasileira está sustentada preponderantemente em tributos que incidem sobre o consumo e pouco expressiva sobre a renda e o patrimônio, onerando, assim, muito mais os pobres do que os ricos. Não há como prosperar qualquer proposta de desenvolvimento e de retomada do crescimento econômico com distribuição de riqueza que não considere a necessidade e urgência de se transferir o maior peso da tributação para as camadas mais abastadas, respeitando o princípio da capacidade contributiva, via isonomia de tratamento entre as rendas do trabalho e do capital, revogando-se a isenção do imposto de renda sobre lucros e dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio, regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e elevação da tributação sobre o patrimônio. A reforma tributária com os pressupostos acima deve se constituir em pedra angular das disputas que faremos para recolocar um novo projeto de desenvolvimento para o país.

---

## 128 - M - Aditiva

CE

*Ao final do §:*

Além das reformas acima referenciadas, será necessário abrir uma contra-ofensiva sobre uma reforma do sistema judiciário brasileiro.

129 - Este necessário processo de “*mudança social*” exigirá fortalecer o protagonismo do movimento sindical CUTista na sociedade. É importante, neste sentido, reforçar a participação institucional da CUT em conselhos, conferências e fortalecer sua intervenção no campo das políticas públicas. Além disto, é preciso continuar a fortalecer a atuação das Estaduais da CUT e dos ramos nas Frentes Populares (Frente Brasil Popular e frente Povo sem Medo).

---

## 129 - A - Substitutiva

DF, RN, SE

*Deslocar o § 129 para após o § 124*

Deslocar o § 129 (Estratégia de Longo Prazo) para após o § 124 (Estratégia de Curto Prazo)

---

### **129 - B - Supressiva**

DF, RN, SE

*Suprimir a frase “Além disto...” até “...sem Medo.”*

Além disto, é preciso continuar a fortalecer a atuação das CUTs estaduais e dos Ramos nas Frentes Populares (Frente Brasil Popular e Povo sem Medo).

---

### **129 - C - Substitutiva**

AL, DF, MG, MT, PE (só frase 1) RS, SC (só frase 2), SP

*De “importante” até “políticas públicas”, substituir por:*

{[PE - só frase 1] A participação institucional da CUT em conselhos e conferências no campo das políticas públicas deve ser balizada pela compreensão que vivemos um “estado de exceção” desde o impeachment sem crime de responsabilidade de Dilma. [SC - só frase 2] Assim, a CUT deve, por exemplo, rejeitar a sua participação no Conselho de Relações do Trabalho nomeado pelo governo golpista de Michel Temer, cujo objetivo declarado é o de legitimar a contrarreforma trabalhista que tramita no Congresso e contra a qual a CUT vem combatendo, exigindo a sua retirada e afirmando sua posição de “Nenhum direito a menos”.

---

### **129 - D - Aditiva**

MG

*Após “na sociedade”:*

Este necessário processo de “Mudança social” exigirá fortalecer o protagonismo do movimento sindical CUTista na sociedade. A participação institucional da CUT em conselhos e conferências no campo das políticas públicas deve ser balizada pela compreensão que vivemos um “estado de exceção” desde o impeachment sem crime de responsabilidade de Dilma. Assim, a CUT deve, por exemplo, rejeitar a sua participação no Conselho Nacional do Trabalho nomeado pelo governo golpista de Michel Temer, cujo objetivo declarado é o de legitimar a contrarreforma trabalhista que tramita no Congresso e contra a qual a CUT vem combatendo, exigindo a sua retirada e afirmando sua posição de “Nenhum direito a menos”.

Mantém, ao final, a frase: “Além disto, é preciso continuar a fortalecer a atuação das estaduais da CUT e dos ramos nas Frentes Populares (Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo)”.

---

### **129 - E - Aditiva**

SE

*Após “políticas públicas”:*

...bem como exigir que os representantes dos trabalhadores e das entidades sociais, nesses espaços, tenham, no mínimo, participação paritária para, de fato, existir um processo democrático nas decisões e não uma representação de trabalhadores apenas para legitimar, em muitos casos, decisões conservadoras que não interessam ao conjunto da classe trabalhadora.

---

### **129 - F - Aditiva**

BA

*Após o §:*

Em relação à Frente Povo Sem medo, é necessário estabelecer a unidade de ação.

---

### **129 - G - Aditiva**

SP

Essa postura firme e protagonista da Central em todas as frentes de atuação, dar-se-á também por meio de um Projeto Parlamentar fortalecendo sua atuação no Congresso Nacional e parlamento estadual, instando as Estaduais da CUT e seus sindicatos a criarem as condições para que quadros do movimento sindical passem a atuar nesses espaços.

---

### **129 - H - Aditiva**

DF

A presença da CUT na titularidade do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH, é um marco importante no olhar da central e seus sindicatos para tema do que dizem respeito ao dia a dia da classe trabalhadora em todo o país. A ascensão do governo golpista trouxe consigo uma agenda de ataques sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. Neste contexto a nossa presença no CNDH possibilitou introduzir o debate e a compreensão, que os ataques aos direitos trabalhistas e sociais atentamente contra a agenda de Direitos das pessoas, em particular as que mais necessitam desta proteção do estado. Daí a nossa participação no CNDH foi decisiva para fazer o contraponto e aprovar recomendações contrárias as reformas trabalhistas e da previdência. A CUT reafirma em sua estratégia que direitos se ampliam e não se retiram, e o dica as suas estaduais a importância de disputar espaços que fortaleçam nossas históricas bandeiras em defesa dos e das trabalhadoras.

---

### **129 - I - Aditiva**

RS

Lutar para garantir uma melhor distribuição de renda em favor do trabalho e em detrimento do capital. A política pública e as reformas estruturais necessárias devem garantir os interesses

dos trabalhadores visando o fim ou a redução da desigualdade social e econômica e o fim da concentração de renda no país. Este passos são fundamentais para qualificar e avançar na luta pelo socialismo!

130 - Para tornar este sonho realidade, a CUT deve perseguir com toda determinação, a consolidação de sua Política Nacional de Formação, ampliando cada vez mais o alcance de suas atividades, cursos e programas de formação sindical na perspectiva de capilarizar o projeto de sociedade defendido pela CUT.

---

### **130 - A - Substitutiva**

RN, SE

*Deslocar o § 130 para após o § 124*

Deslocar o § 130 (Estratégia de Longo Prazo) para após o § 126 (Estratégia de Médio Prazo)

---

### **130 - B - Aditiva**

SC

*Após o §:*

O Plano Nacional de Formação (PNF) da CUT é uma das maiores conquistas da central com relação ao tema de formação política sindical, com ele, conseguimos formar todos os anos várias/os dirigentes sindicais e trabalhadoras/es de base em eixos estratégicos como a Negociação e contrato coletivo, assim como, o curso DPPDHAR que capacita dirigentes para disputa as políticas públicas diretamente com o capital seja nos conselhos tripartites ou nos fóruns específicos do serviço público. Outra formação de relevante importância é o FFI, que todos os anos forma educadoras/es populares para multiplicar as políticas, a ideologia e os princípios da central. Para que essa importante política da CUT, o PNF não deixe de realizar esta importante etapa de formação da base CUTista, este trabalho não pode ser interrompido ainda mais neste importante momento de controvérsia política para a classe trabalhadora e é necessário que a central continue investindo com valores pré-definidos no encontro nacional específico da pasta. A rede de formação da CUT nos estados é outro importante instrumento de fomento da PNF e as escolas sindicais da CUT têm papel fundamental e devem continuar sendo uma ferramenta estratégica para a disputa de hegemonia de um Estado socialista no qual tanto almejamos. Neste contexto político onde aponta para um Estado de exceção e de retiradas de direitos trabalhistas (como a reforma trabalhista já sancionada pelo golpista Temer) e sociais, se torna imprescindível a realização de uma conferência nacional de formação antes do término deste mandato.

---

### **130 - C - Aditiva**

DF

*Incluir 2 novos parágrafos:*

Como fortalecimento para a política de formação continuar investindo nas experiências metodológicas do processo formativo, garantindo investimento e financiamento para o eixo de formação.

Para que todas as experiências vivenciadas no processo de formação da CUT sejam compartilhadas deve-se construir a 4ª Conferência Nacional de Formação, contribuindo ainda mais para o fortalecimento do Plano Nacional de Formação.

---

### **130 - D - Aditiva**

RS

Além disto a CUT deve garantir a realização da Conferência Nacional de Formação, a manutenção dos investimentos financeiros para formação e preservar as escolas de formação sindical da CUT como ferramentas de apoio a formação de dirigente e base.

---

### **130 - E - Aditiva**

MG

*Ao final do §:*

Com este propósito, a CUT MG defende a realização da 4ª Conferência de Formação e Educação Popular, como um dos instrumentos para ampliar a capilaridade da formação sindical junto às bases CUTistas. Nesta perspectiva, considerando a atual conjuntura entendemos que a campanha pela reforma da Escola Sindical 7 de Outubro deveria ser assumida como um compromisso de todos os sindicatos e ramos da CUT.

---

### **130 - F - Aditiva**

ES

A CUT Espírito Santo defende a realização da 4ª Conferência Nacional de Formação e Educação Popular, até como forma de enraizar o debate da Formação Sindical CUTista. Compreendemos também a importância dos sindicatos e ramos CUTistas da Região Sudeste do Brasil assumirem a campanha de revitalização da Escola Sindical 7 de Outubro, visando ao fortalecimento da escola como espaço de reflexão e resistência da classe trabalhadora organizada pela CUT.

---

### **130 - G - Aditiva**

PA

Resgatar a história de luta da Central Única dos Trabalhadores, reconstruindo os espaços de organização de base.

---

### **130 - H - Aditiva**

PI

formular opiniões para seus dirigentes.

---

### **130 - I - Aditiva**

RO

Ampliar a formação sindical voltada para a agricultura familiar com incentivos de vagas nos cursos para outras categorias sindicais ligadas à CUT.

---

### **130 - J - Aditiva**

RO

Investir na formação sindical de base voltada para novas lideranças.

# PLANO DE LUTAS

## **I - Ação Internacional**

131 - A CUT continuará desenvolvendo sua ação internacional de denúncia do golpe no Brasil e de combate ao neoliberalismo. Esta ação passa pela implementação do Plano de Lutas Internacional do 12º CONCURT, atualizado pelos seguintes eixos:

### **131 - A - Substitutiva**

MT

*Substituir “ao neoliberalismo” por:*

ao neoliberalismo e à geopolítica tradicional dos países imperialistas com guerras e super exploração.

### **131 - B - Substitutiva**

DF, SC

*Após “neoliberalismo”:*

que é essa política de guerras e super exploração movida pelos centros imperialistas.

### **131 - C - Aditiva**

MT

*Após “neoliberalismo”:*

...que leva à política de guerras e super exploração movida pelos centros imperialistas.

### **131 - D - Substitutiva**

AL, AM, BA, CE, MG, SP

*Substituir “ao neoliberalismo” por:*

à política de guerras e super-exploração movida pelos centros imperialistas.

### **131 - E - Aditiva**

RO

É preciso que a CUT fortaleça a unidade de luta da Classe operaria e camponesa, também no âmbito Internacional, por meio de maior participação das ações realizadas por diversas organizações de luta em defesa da soberania alimentar mundial, e contra o crescimento da fome no mundo ocasionados pelos retrocessos de direitos da Classe trabalhadora, frente a crise econômica e política enfrentada em diversos países, a exemplo do Brasil.

### **Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo**

132 - A CUT e os demais movimentos que compõem a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, aliança de sindicatos e movimentos sociais da América Latina e do Caribe, protagonizaram, ainda em 2016, uma série de atos públicos, plenárias e marchas em todo continente americano denunciando os golpes neoliberais contra a classe trabalhadora, as negociações por tratados de livre comércio e o poder hegemônico das multinacionais. Em 2017, a jornada prevê a realização de uma série de atos nacionais e de um grande encontro continental, na cidade de Montevideu-Uruguai, em novembro.

### **Política de cooperação: estratégia sul-sul**

133 - Temos mantido uma política de cooperação com países da América Latina, Caribe e África - regiões com as quais o Brasil mantém fortes laços históricos, sociais e culturais. A política de cooperação da CUT - através, sobretudo, do IC CUT (Instituto de Cooperação) - tem como princípio a solidariedade internacional da classe trabalhadora e, como objetivo, o fortalecimento do movimento sindical internacional em sua luta em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Pauta-se ainda por respeitar a autonomia das centrais e sindicatos com quem coopera. Dessa forma, os projetos de cooperação são desenvolvidos pelas centrais/sindicatos a partir de suas necessidades e realidades. Em todos os projetos de cooperação continuaremos buscando fortalecer o movimento sindical e sua luta contra o neoliberalismo, em defesa da democracia e dos direitos humanos.

---

#### **133 - A - Aditiva**

CE

...LGBT, negros, mulheres, jovens, deficientes e povos tradicionais.

---

#### **133 - B - Aditiva**

RO

A CUT Estadual discutir o processo eleitoral de 2018, buscando identificar lideranças e candidaturas que defendam o interesse da Classe Trabalhadora

134 - Ainda em relação a estratégia sul-sul, continuaremos reforçando nossa relação com a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e SIGTUR (Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights); como também a sua atuação na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

### **Intervenção nos espaços institucionais**

135 - Nossas ações estratégicas em âmbito internacional continuarão passando também pela intervenção nos Fóruns globais e regionais como o G20, BRICS Sindical, o Conselho Sindical de Assessoramento Técnico (COSATE) no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), e, especialmente, na Organização Internacional do Trabalho (OIT) enquanto espaço privilegiado de debates sobre as questões normativas do mundo do trabalho.

### **135 - A - Substitutiva**

AL, AM, BA, DF, MG, MT, PE, SC, SP

*Substituir todo este § por:*

Nossas ações estratégicas em âmbito internacional incluem ainda, como prioridade, a intervenção na Organização Internacional do Trabalho (OIT) através do Grupo dos Trabalhadores, enquanto espaço privilegiado para a defesa de condições normativas do mundo do trabalho (Convenções da OIT) que de maneira crescente vem sendo atacadas por empregadores e governos. A CUT também poderá participar de articulações sindicais que incidam em fóruns governamentais - como o G20, BRICS, OEA, CELAC, UNASUL- sempre com o objetivo de defender os interesses próprios da classe trabalhadora a partir de uma posição independente diante dos governos.

136 - Na OIT, continuaremos trabalhando pelo fortalecimento da organização através da pressão permanente pela ratificação e aplicação de suas convenções em nosso país e no mundo. Ainda na OIT, a CUT participou da revisão da Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da OIT. Quarenta anos após a adoção da Declaração original, a revisão da Declaração feita pelo Conselho de Administração da OIT, ainda que não tenha incorporado todas as demandas do movimento sindical, buscou responder a novas realidades econômicas, tais como o aumento do investimento e do comércio internacional e o crescimento das cadeias globais de fornecimento. A revisão da Declaração leva em conta as novas normas de trabalho adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011 e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

137 - Também devemos continuar participando ativamente dos debates no âmbito do centenário da OIT sobre o “futuro do trabalho”, disputando quais políticas econômicas e sociais deverão ser adotadas para proporcionar relações de trabalho decentes e dignas nesse cenário de profundas transformações das forças produtivas e das relações de produção.

---

### **137 - A - Aditiva**

ES

Nesse sentido, é importante que as entidades CUTistas se incorporem às organizações internacionais por ramo de atividade, como forma de internacionalizar de forma mais efetiva as lutas comuns e compartilhar experiências vividas por trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo, vítimas do sistema capitalista, que é perverso em qualquer parte do planeta.

---

### **137 - B - Aditiva**

PA

Lutar contra a falta de liberdade no direito de greve, oriundos do executivo, legislativo e judiciário, que cerceia este direito ao impor/limitar o funcionamento do trabalho chegando até 90% das categorias em greve.

---

### **137 - C - Aditiva**

PA

Lutar contra o PDV (Plano de Demissão Voluntária) no serviço público ou liberar por até 8 (oito) anos o/a servidor/a para licença sem vencimento caso não faça o PDV.

---

### **137 - D - Aditiva**

PA

Lutar contra as PJs (Pessoas Jurídicas) no serviço público e quaisquer outras formas de terceirização.

---

### **Ação em defesa dos direitos humanos**

138- Continuaremos denunciando os retrocessos implementados pelo governo golpista e sua política que não prioriza o efetivo combate a criminalização e exclusão dos imigrantes que vivem no Brasil - como no caso das deportações em massa de venezuelanos em Roraima. Existem milhares de casos de violência diária contra

imigrantes e violações de direitos humanos e trabalhistas que ampliam o grau de exploração da força de trabalho desses trabalhadores. A CUT continuará desenvolvendo, em cooperação com o INCA-CGIL e o CDHIC, atendimento jurídico sobre direitos humanos dos trabalhadores migrantes.

### **138 - A - Aditiva**

SC

*Após “governo”:*

...Congresso e Judiciário

### **138 - B - Aditiva**

DF, SE

Com a ofensiva conservadora estamos assistindo um aumento brutal da repressão, perseguição e criminalização dos movimentos populares e sindical, contra classe trabalhadora, confirmando que no Brasil as questões sociais ainda são tratadas como casos de polícia. A violência policial durante as manifestações e greves, as prisões e a perseguição de ativistas e dirigentes com justificativas utilizadas durante o estado de exceção, a aprovação da lei antiterrorismo, os julgamentos criminais perpetrados através de espetáculos midiáticos como o da Ação Penal 470, as operações da Polícia Federal que não respeitam as leis penais, como a Lava Jato, condenando pessoas antes de qualquer defesa, o assassinato de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de indígenas e da juventude negra das periferias, são fatos que retratam o momento de retrocessos em que vivemos. Sabemos que a crise e o avanço das políticas neoliberais farão crescer ainda mais os protestos contra a retirada de direitos caracterizando a agudização da luta de classes e conseqüentemente vamos ter um aumento da violência, aumento da exploração do trabalhador com as relações de trabalho ainda mais precarizadas, o aumento do trabalho infantil e do trabalho escravo, aumento da violência contra a população LGBT, maior exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência do mercado de trabalho e uma maior criminalização dos movimentos popular e sindical, pois a atual conjuntura esta municiando o Estado brasileiro de todas as ferramentas jurídicas para perseguir, reprimir e punir seus inimigos políticos e de classe. Diante disto a CUT deverá continuar coma estratégia de denunciar a violência e a exploração que os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e suas organizações e sindicatos vem sofrendo, numa escala cada vez maior nesta conjuntura de avanço conservador. Deverá permanecer nos fóruns e conselhos nacionais internacionais de defesa dos direitos humanos denunciando esta política de retrocessos e violência, mantendo seu princípio pela defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora de forma ampla e irrestrita.

---

### **138 - C - Aditiva**

AL

*Ao final do §:*

Continuaremos denunciando o aumento da violência contra os trabalhadores e as trabalhadoras do campo, do feminicídio e do assassinato da juventude negra. Para isso, articular os conselhos de direitos e fóruns da sociedade civil, buscando estratégias de enfrentamento a estes tipos de violências. E, ainda, orientar os sindicatos de base a incluírem em suas pautas e bandeiras de lutas essas temáticas.

---

### **138 - D - Aditiva**

PA

Assim como também, realizar debates e sobre a reforma agrária com o objetivo de refletir sobre dados e traçar estratégia de atuação da luta pela terra, combate a grilagem, à violência, a impunidade, e a defesa das famílias acampadas, tais como disputa no campo judiciário, realização de audiências públicas, dentre outras ações.

---

### **138 - E - Aditiva**

PA

Construir um projeto de desenvolvimento rural sustentável de proposição cutista.

139 - Participamos também da Organização da Marcha dos Imigrantes que, em 2016, ocorreu em São Paulo, reunindo milhares de imigrantes em defesa de seus direitos e contra as violações que sofrem cotidianamente. Em 2017, seguiremos incentivando a formação de alianças sociais e populares para reivindicar que o Estado Brasileiro ratifique as convenções da OIT sobre os direitos trabalhadores imigrantes. Além disso, é fundamental incentivar os sindicatos CUTistas a sindicalizarem e trazerem para nossas organizações os trabalhadores imigrantes.

---

### **139 - A - Aditiva**

RS

A CUT deve apoiar todas as iniciativas de solidariedade e apoio a causa palestina. Participar e fortalecer as Frentes e Espaços de Articulação em defesa dos direitos do Povo Palestino, organizando campanhas e/ou boicotes a produtos e serviços israelenses que financiam o massacre palestino, através de denúncias sobre o genocídio que ocorre naquela região, violação de direitos humanos contra homens, mulheres e crianças, bem como sobre os retrocessos na política externa brasileira que, após o golpe, recuou em relação ao Estado Palestino.

---

### 139 - B - Aditiva

ES

A CUT deve intensificar as denúncias contra esse governo golpista que está desestruturando o Ministério de Direitos Humanos, denunciar a total ausência de políticas públicas que combatam o massacre contra a população LGBT e denunciar o golpe contra a previdência, que afeta diretamente e maneira mais cruel as mulheres camponesas, as(os) professoras(ES), os(as) deficientes, idosos(as) e a população de homens e mulheres trans.

---

### 139 - C - Aditiva

PA

Lutar para incluir representantes das organizações sociais nos espaços de controle social com objetivo de assegurar os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

**II - Ação da CUT no plano nacional Ações de curto prazo: derrotar o governo golpista e as reformas da Previdência e Trabalhista. Nenhum direito a menos. Dar continuidade à luta contra o governo golpista e às campanhas nacionais da CUT contra as reformas da Previdência e Trabalhista.**

140 - As atividades envolvem a panfletagem e mobilização nos locais de trabalho, a articulação com movimentos sociais na criação de comitês populares contra o governo golpista e as reformas, a promoção de audiências públicas, a realização atos e manifestações massivas nas cidades polos do interior e nas capitais, a pressão sobre as bases eleitorais dos parlamentares, a pressão sobre o Congresso em Brasília e, por último e mais importante, a realização de greve geral como instrumento mais importante de luta.

---

### 140 - A - Substitutiva

PI

*Substituir “governo golpista e de reformas” por:*

...governo golpista, reformas , terceirização e privatizações nos ambitos federais, estaduais e municipais.

---

### 140 - B - Aditiva

PI

*Após “trabalhista”:*

...e desmonte do Estado.

---

### **140 - C - Aditiva**

PA

*Antes de “atividades que envolvam”:*

Fazer ampla campanha pela revogação da “Reforma Trabalhista” e realizar...

---

### **140 - D - Aditiva**

MA

*Adicionar texto:*

Após “As atividades envolvem a”, incluir: massificação dos meios de comunicação (rádios comunitárias, TV, blogs, boletins) assim como...

Após “comitês populares”, incluir: e fóruns da FBP (Frente Brasil Popular) nos municípios

---

### **140 - E - Substitutiva**

RS

Substituir “comitês populares contra o governo golpista e as reformas, a promoção de audiências públicas” por “comitês sindicais e populares contra o governo burguês, representante do capital, para construir greves para parar a produção, comércio e serviços como o instrumento mais importante de luta. Sem desprezar a promoção de audiências públicas,

Substituir o final, após “pressão sobre o Congresso” por “pressão sobre o Congresso Nacional. Fortalecer a organização sindical, tendo em vista os possíveis desdobramentos das reformas, mostrando cenários e desafios para a CUT”.

---

### **140 - F - Aditiva**

PI

*Após “populares”:*

comitês nos bairros, universidades, escolas, sindicatos e movimentos rurais para formar consciência na necessidade de lutar contra o golpe.

---

### **140 - G - Aditiva**

PI

*Inserir:*

bem como, o desmonte do Estado com os avanços das privatizações.

---

---

### **140 - H - Aditiva**

MT

*Após “audiências públicas”:*

e conferências livres.

---

### **140 - I - Aditiva**

CE

*Após “capitais”, acrescentar:*

plenárias por ramos nos estados para discutir as especificidades e para que a CUT possa chegar mais próximo de todos os ramos.

---

### **140 - J - Aditiva**

BA

*1) Após “ em Brasília “; 2) Ao final do texto:*

1) através de um grande ato unitário de ocupação do Congresso Nacional

2) Exercitar modelos alternativos de formatos e metodologias, frente às mudanças de perfil da nova classe trabalhadora.

---

### **140 - K - Aditiva**

BA

*Após o §:*

A ação do sindicato não se restringe apenas a garantir pautas de natureza econômica, mas tem também um caráter emancipador e humanizante que leva em conta toda a singularidade de cada trabalhador. Portanto defender causas humanitárias, que envolvem minorias historicamente estigmatizadas, defender pautas progressistas no âmbito social, reforçando o que prega os Direitos Humanos, também são peça fundamental na organização sindical.

---

### **140 - L - Aditiva**

SP

- Lutar pelo combate a desigualdade salarial (Média Nacional 23%), entre homens e mulheres.
- Ampliar a licença maternidade rumo a licença parental.

- Ampliar a conscientização para a paternidade responsável e relações compartilhadas.
  - Combater a violência de gênero e LGBTfobia.
  - Aumentar a participação política das mulheres.
  - Lutar para ampliar as vagas nas creches.
  - Lutar pela contratação das mulheres negras em todos os setores.
  - Lutar contra a precarização do trabalho das mulheres, fontes de novas formas de contratação, inovação tecnológica, automação e digitalização do trabalho.
- 

### **140 - M - Aditiva**

SP

O projeto aprovado regulamenta a terceirização sem limites, nas esferas públicas e privadas. Permite expressamente que a empresa terceirizada subcontrate outras empresas (quarteirização) para “contratar, remunerar e dirigir os trabalhos de seus empregados”. Abre um precedente perigoso para permitir que lei autorize a contratação de trabalho temporário para substituir trabalhadores em greve e admite que acordo ou convenção coletiva possa dispor de outros prazos daqueles definidos na lei é a prevalência do negociado sobre o legislado. Prevê ainda que o período do contrato temporário possa ultrapassar os 260 dias.

---

### **140 - N - Aditiva**

SP

A CUT não deve participar do CNT - Conselho Nacional do Trabalho porque não há o que negociar com Temer.

---

### **140 - O - Aditiva**

SP

Nova greve geral contra a prisão de Lula e as reformas    Contra a prisão de Lula e sua inelegibilidade. Contra as reformas e contra o golpe a CUT proporá às demais organizações de luta dos explorados uma nova greve geral para enfrentar a ofensiva golpista contra os trabalhadores.

---

### **140 - P - Aditiva**

TO

Manter a mobilização de defesa da classe trabalhadora na perspectiva da construção da 3ª greve geral, denunciando o caráter ilegítimo do governo e seus aliados. Manter a constante

denúncia sobre as reformas aprovadas e seus apoiadores como: deputados e senadores, principalmente os do estado de origem.

---

#### **140 - Q - Aditiva**

SP

Construir Seminário para engajar a luta contra a Reforma Trabalhista que caminhe pra uma Greve Geral.

---

#### **140 - R - Aditiva**

SP

A CUT se posiciona a favor da ação popular que pede a anulação do Impeachment da Presidenta Dilma Rouseef, como parte da luta contra o golpe.

---

#### **140 - S - Aditiva**

PA

Se debruçar em conhecer com detalhes o conteúdo das “deformas” do governo golpista de Michel Temer e denuncia-las a toda a sociedade.

---

#### **140 - T - Aditiva**

SP

Apoiar o FAMA (Fórum Alternativo Mundial da Água) e seus comitês Regionais.

---

#### **140 - U - Aditiva**

DF

É preciso acabarmos com a falácia de que a previdência social não presta que tem um serviço de péssima qualidade e que ela está em déficit é afirmado todos os dias pela grande imprensa e as pessoas estão se deixando levar pelo senso comum e é isso que não se pode deixar acontecer. É preciso combater o senso comum porque este é o mau da sociedade moderna. As redes sociais ajudam no debate, mas o resultado final dependerá do empenho de cada um e cada uma e de muita mobilização social.

---

#### **140 - V - Aditiva**

DF

É necessário exigir o aumento do número de Auditores Fiscais em atividade e do aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização. Também está na hora de rever as alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio, que pode e deve contribuir mais para assegurar a aposentadoria do trabalhador do campo.

---

#### **140 - W - Aditiva**

DF

Criar ações que exija do governo a fiscalização mais dura das contribuições por parte dos empregadores o que gera um volume alarmante de tributo não recolhido, com dívida reconhecida pelo sonegador e não inscrita em dívida ativa. (A dívida ativa da União já alcança, hoje, mais de R\$ 1,8 trilhão, dos quais mais de R\$ 400 bilhões são de dívidas relativas à Previdência. Existe dinheiro, existe muito dinheiro.) Os sonegadores da previdência são, em sua maioria, grandes empresas brasileiras e a verdade é que é mais fácil retirar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do que incomodar essas grandes empresas.

---

#### **140 - X - Aditiva**

PI

Intensificar, através dos meios de comunicação da CUT e sindicatos filiados, denúncias de políticos que votam contra os direitos dos trabalhadores. A CUT tem que ser o carro chefe na mobilização da luta contra o golpe.

---

#### **140 - Y - Aditiva**

DF

É preciso defender o que está na CF 88 que prevê que todos devem contribuir para o mesmo fundo social para onde todo/as contribuem para que cada um receba segundo a sua necessidade.

---

#### **140 - Z - Aditiva**

CE

Todas essas iniciativas devem ser articuladas com os diferentes segmentos e organizações da sociedade, referenciada pelo caráter frentista e popular da nossa estratégia. As CUTs estaduais devem ser apoiadas na construção de núcleos de agitação e propaganda para ampliar e aperfeiçoar continuamente as diferentes iniciativas e ações que visam massificar nossas propostas, mobilizações e resistência contra o golpe e seu programa neoliberal na sociedade.

---

### **140 - ZA - Aditiva**

AM, ES, GO, MA, MG, PB, PE, PI, RS, SC, SE

Coordenar junto aos ramos e sindicatos campanha de sindicalização voltada para as mulheres em todos os segmentos e setores que representamos, em especial às trabalhadoras domésticas, rurais e a juventude com o objetivo de ampliar sua participação e representação nas entidades. Organizar atividades de sensibilização das entidades/sindicatos voltadas a garantir nas negociações junto a empresas o estabelecimento de cotas para a contratação de mulheres em todos os níveis de hierarquia, como forma de ampliar, em pelo menos 25% em todos os segmentos, a participação das mulheres, em especial nos setores em que persiste uma baixa representação, a exemplo das experiências internacionais no mercado de trabalho.

---

### **140 - ZB - Aditiva**

MT

*Após “Brasília”:*

...a instalação de um acampamento permanente dos trabalhadores/as....

---

### **140 - ZC - Aditiva**

DF, RN, RS

Diretas Já! O fim do ilegítimo e imoral governo Temer é iminente. Não aceitamos a solução política apresentada pelo congresso nacional, pela burguesia e pelo mercado, de indicar mais um ilegítimo por eleições indiretas (escolhido pelo Congresso). Essa é uma opção que não restabelece a democracia e não representa a vontade do povo. Mais do que isso, significa a continuidade da agenda de retrocessos e retirada de direitos. Por isso, exigimos “Diretas já”, para restaurar a democracia e devolver a decisão sobre os rumos do país ao povo brasileiro. Só com novas eleições gerais (Presidente, Deputados e Senadores) a classe trabalhadora terá a chance de assegurar seus direitos. Qualquer outra saída significa acelerar o desmonte do Estado brasileiro iniciado pelo golpe e por Temer, materializado na aprovação da PEC 95 de congelamento dos gastos sociais, na reforma trabalhista e na proposta de reforma previdenciária. Defendemos que o povo participe nas ruas e nas urnas, escolhendo os seus representantes, para resgatar seus direitos e um projeto de nação que restabeleça a democracia e a soberania popular no Brasil, com uma constituinte exclusiva e soberana para mudar o sistema político brasileiro.

---

### **140 - ZD - Aditiva**

DF

Criar ações para que o povo brasileiro conheça, entenda os seus benefícios e defenda de forma intransigente a Previdência Social evitando a aprovação da Reforma Lutando pela manutenção dos direitos sociais e a gestão transparente da seguridade social, além do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social pública e solidária. Só assim poderemos manter a seguridade social, verdadeiro patrimônio dos brasileiros e das brasileiras.

---

### **140 - ZE - Aditiva**

SP

Após o §:

Construir uma Greve Geral.

---

### **140 - ZF - Aditiva**

SP

#### COMBATE A TERCEIRIZAÇÃO (Lei 13.429/2017)

Os ataques do “Desgoverno” Temer tem demonstrado claramente os alvos a serem atingidos: A Classe Trabalhadora e os Movimentos Sindicais e Sociais organizados. A lei aprovada ampliou o prazo para trabalho temporário de 90 para 180 dias, com possibilidade de extensão para mais 90 dias que pode ser contratado inclusive em atividade fim, o que atualmente não é permitido e sobre o qual há ações judiciais do movimento sindical questionando. Na terceirização a responsabilidade das empresas passa de solidária para subsidiária, reduzindo o ônus da companhia contratante, em caso da contratada não cumprir com suas obrigações trabalhistas. É gravíssima a possibilidade de terceirizar trabalhadores da atividade fim e também a quarteirização que a lei permite. A lei não atinge especificamente apenas um banco ou uma categoria, mas sim toda a classe trabalhadora, permitindo o fim de muitas categorias por formas de trabalho precárias e de regime diferenciado. A rápida expansão da terceirização na categoria bancária via os correspondentes bancários e banco postal também são casos notórios da terceirização na atividade fim, contando com o total apoio do Banco Central alicerçados pelo seu principal articulador dentro do BC: a FENABAN Salários mais baixos, carga horária maior, acidentes de trabalho, falta de segurança, assédio moral, etc. são marcas cotidianas na vida do trabalhador terceirizado. Muitos correspondentes que operam são empresas menores criadas pelos grandes bancos por meio de ex funcionários que se tornam “Pessoas Jurídicas” para operarem pagando pouco ao trabalhador e sem garantias legais, eles escondem a ligação direta através de centralizadoras para operacionalizar o serviço através de quarteirização.. Tudo isso na esfera do correspondente bancário, entretanto a abertura da terceirização permitiu a substituição sem freios de toda área de serviços bancários. Há de certo que além do trabalho de conscientização, presença e lutas permanentes nas bases serem fundamentais, outro campo se faz necessário de conquistar: Termos representantes dos trabalhadores na Câmara e no Senado Federal. A unidade da classe trabalhadora frente a essa legislação e aos ataques deve ser o foco de resistência e mobilização permanente.

**Fortalecer a organização sindical tendo em vista os possíveis desdobramentos das reformas, mostrando cenários e desafios para o sindicalismo CUTista.**

141 - Organizar atividades com Estaduais e Ramos/macrossetores para discutir os riscos para a organização sindical implícitos na proposta de reforma trabalhista. O objetivo final destas atividades será definir ações visando superar, de um lado, os problemas já diagnosticados pela SNO no Ciclo de Debates sobre “Democracia e Organização Sindical” e, de outro, prevenir contra os efeitos nefastos da reforma. Essas iniciativas tenderão a se estender para o período além da realização da Plenária-Congresso Extraordinário.

**141 - A - Aditiva**

CE

*Após “proposta de reforma trabalhista”:*

incluindo a realização de seminários estaduais junto aos 14 ramos organizados da CUT.

**141 - B - Aditiva**

AL, DF, RN, RS, SP

Por um sindicalismo livre, autônomo e combativo

A CUT nasceu crítica à estrutura oficial, organizando sua palavra de ordem original em defesa da liberdade e autonomia sindical. Desde a sua fundação, defende um sindicato organizado pela base, democrático, autônomo em relação ao Estado, com trabalhadores livres para definirem suas formas de organização sindical e de autossustentação financeira. Essa perspectiva do movimento sindical CUTista se enriqueceu ao longo de mais de três décadas de luta. Mais do que democrático o sindicalismo precisa ser transparente, participativo, promover a igualdade entre homens e mulheres, combater e superar o racismo e a discriminação em todas as suas formas. Deve incluir em sua agenda e nas suas lutas, com especial atenção, os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora seja por estarem submetidos à relações de trabalho mais precárias ou informais, seja por sua condição etária, de orientação sexual, raça, etnia ou deficiência. Aprendemos que o sindicalismo é tanto mais forte quanto é capaz de articular a pauta dos trabalhadores/as com a do conjunto da população e nesse processo forjar alianças e unidades com os movimentos sociais e populares. Apesar das mudanças dos últimos treze anos que ampliaram a capacidade de organização e protagonismo político, a exemplo do histórico reconhecimento das centrais sindicais na legislação brasileira, o sindicalismo mantém uma configuração corporativista herdada da Era Vargas. Esta estrutura sindical oficial tem como principais elementos: a unicidade sindical, o sindicato organizado por categoria profissional, o imposto sindical, o assistencialismo e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Hoje, ela é o principal motivo da existência de uma quantidade imensa de sindicatos pulverizados, sem representação de base, cartoriais, de gaveta, pelegos e, portanto, sem qualquer papel de

representação dos interesses da classe trabalhadora. Esta estrutura propiciou que sindicatos servissem para conciliar com Estado e patrões, criou mecanismos de dependência financeira através do imposto sindical e impediu que os trabalhadores pudessem se organizar com liberdade e autonomia sindical. A 15ª Plenária Nacional da CUT reafirma as posições da central em favor de uma agenda em defesa da liberdade e autonomia sindical. Isso significa continuar a luta pelo fim do imposto sindical em favor da regulamentação da taxa negocial, ou seja, da auto-sustentação financeira dos sindicatos, estimulando a associação e coibindo a interferência do judiciário na organização sindical. É fundamental também garantir o direito à organização dos trabalhadores em seus sindicatos desde seu local de trabalho, rompendo com a lógica do sindicalismo da porta pra fora. A liberdade só será possível quando as práticas anti-sindicais que penalizam e perseguem os trabalhadores e até fraudam sua organização sejam proibidas. Por fim a só será possível a liberdade sindical quando os trabalhadores forem livres para definirem a sua forma de organização, por isso é necessário o fim da unicidade sindical. A conjuntura de ataque aos direitos e a ofensiva conservadora de criminalização aos movimentos sociais certamente não constitui o cenário ideal para avanços em favor da organização e da liberdade sindical. Porém, a adaptação não é a saída para o movimento sindical, pois leva a perda de força e legitimidade. Nesse sentido a CUT deve sistematizar e estimular iniciativas como a de Autorreforma Sindical, sistematizada pela Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), aperfeiçoando as estruturas, formas de organização, funcionamento e representação das entidades sindicais, independente de uma agenda legislativa e voltada para a permanente sintonia com os trabalhadores/as e com as transformações do mercado de trabalho.

---

### **141 - C - Aditiva**

CE

...para enfrentar os ataques ostensivos aos direitos sociais que pretendem retroceder em um século as condições de vida e de trabalho dos/as trabalhadores/as brasileiros, a CUT deve sair de uma posição defensiva. É urgente apresentarmos para a sociedade um novo projeto de desenvolvimento centrado no valor social do trabalho, resgatando os princípios da ética, da igualdade e da solidariedade de classe. Para tanto, a CUT construirá um projeto de iniciativa popular resgatando proposta alternativas às contrarreformas apresentadas pelo governo, tendo em vista realizar uma verdadeira reforma da previdência e trabalhista que amplie o alcance, a cobertura e a proteção social da previdência social e das leis do trabalho no Brasil. Este projeto será construído através de um amplo processo de consulta popular. Uma vez consolidado, a CUT ampliar adesão para entidades ligadas ao campo progressista e promoverá mutirões de esclarecimento e coleta de assinaturas por todo país.

---

### **141 - D - Aditiva**

PA

Fortalecer o trabalho de base como elemento central da organização sindical.

---

### **141 - E - Aditiva**

PA

Fortalecimento do Sindicato de Aposentados e Pensionista CUTista com políticas sociais, para diminuir as desigualdades e a exclusão dos idosos e idosas.

---

### **141 - F - Aditiva**

BA

- Formar novos quadros e colocar nas direções sindicais;
- Criar na CUT Centro de Apoio ao Jovem;
- Promover reuniões com os jovens nas bases sindicais da periferia;
- Criar sindicato próprio dos microempresários trabalhadores informais;
- Sindicatos desenvolverem estratégias para a organização dos jovens aprendizes, em como realizar debates quanto às condições de trabalho como processo de formação profissional;
- Fazer cartilhas informativas sobre impactos das reformas da previdência e trabalhista para os jovens;
- Realizar panfletagens e reuniões nas portas das empresas;
- Fortalecer os grêmios estudantis através da CUT;
- Viabilizar recursos financeiros e políticos para realizar formação nas escolas;
- Fazer as discussões com as comunidades e trazer as pessoas para os movimentos de rua, formação e debates.

142 - O fortalecimento das Estaduais (estrutura horizontal), Ramos (estrutura vertical) e a melhor articulação entre estas instâncias da CUT são fundamentais para continuarmos enfrentando as adversidades da conjuntura política e econômica imposta pelo governo golpista de Temer.

---

### **142 - A - Supressiva**

RS

*Suprimir:*

“imposta pelo governo golpista de Temer”

---

### **142 - B - Aditiva**

CE

*Ao final do §:*

se organize atividades por ramos em cada estado e discutir as consequências das reformas.

---

### **142 - C - Aditiva**

CE

*Após o §:*

No cômputo da política e organização sindical é preciso reforçar o caráter sistêmico da CUT para ampliar a integração e fortalecimento das CUTs estaduais. Devemos garantir unidade nos processos de gestão e otimizar os recursos no horizonte da estratégia nacional para ampliar nossa capacidade de mobilização, organização e formação em todas as regiões do país. Devemos tecer mais espaços de integração e troca de experiências em gestão no âmbito do “Sistema CUT” e estabelecer mecanismos para mensurar e avaliar as iniciativas estaduais e regionais no sentido de nacionalizar boas práticas e reduzir desperdícios, por exemplo em temas como a interiorização da CUT e campanhas de sindicalização, considerando a escassez de recursos em suas mais variadas dimensões. Precisamos fortalecer cada vez mais uma CUT do tamanho do Brasil, considerando sua diversidade cultural, econômica, social e política.

---

### **142 - D - Aditiva**

SE

*Ao final, após “Temer”:*

Nesse sentido, a CUT deverá organizar um caderno de formação para auxiliar no processo de formação dos novos sindicatos filiados a CUT, bem como as oposições sindicais. O caderno deverá conter informações que os novos dirigentes sindicais entendam o que a CUT defende e luta: as características, os princípios, os objetivos e os compromissos com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.

---

### **142 - E - Aditiva**

SE

Nesse sentido, a CUT deverá organizar um caderno de formação para auxiliar no processo de formação dos novos sindicatos filiados a CUT, bem como as oposições sindicais. O caderno deverá conter informações que os novos dirigentes sindicais entendam o que a CUT defende e luta: as características, os princípios, os objetivos e os compromissos com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.

---

### **142 - F - Aditiva**

PA

*Após o §:*

Desenvolver formação política, sindical e popular voltada a juventude a partir da realidade por ela vivenciada, construída de forma coletiva, com visão inclusiva que resulte em novas/futuras lideranças.

---

#### **142 - G - Aditiva**

PA

Assim como também, realizar debates e sobre a reforma agrária com o objetivo de refletir sobre dados e traçar estratégia de atuação da luta pela terra, combate a grilagem, à violência, a impunidade, e a defesa das famílias acampadas, tais como disputa no campo judiciário, realização de audiências públicas, dentre outras ações.

---

#### **142 - H - Aditiva**

PA

*Incluir frase no novo tema “Investimento nas novas gerações/tecnologias”:*

Construir uma política de formação articulada com a comunicação, organização e mobilização de acordo com os novos tempos.

---

#### **142 - I - Aditiva**

PA

*Incluir frase no novo tema “Investimento nas novas gerações/tecnologias”:*

Criar espaço para juventude nos fóruns políticos dos eventos da CUT a partir da compreensão de que a juventude precisa se manifestar e ser ouvida internamente na CUT.

---

#### **142 - J - Aditiva**

PA

*Incluir frase no novo tema “Investimento nas novas gerações/tecnologias”:*

Fortalecer e/ou criar uma rede de comunicação onde seja possível a divulgação de nossas atividades e ações.

---

#### **142 - K - Aditiva**

PA

Lutar pelo direito de negociação no serviço público de forma ampla e irrestrita.

---

### **142 - L - Aditiva**

PA

Lutar contra o PL 116/17 da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), que abre várias possibilidades de demissão de servidores/as, de acordo com as decisões das várias esferas de governo.

---

### **142 - M - Aditiva**

PA

*Novo §:*

Lutar pela manutenção do Artigo 37 (concurso público), sem alteração e que o ingresso no serviço público ocorra apenas por concurso público e, excepcionalmente nas categorias de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate à Endemias (ACE) por processo seletivo (EC-51).

---

### **142 - N - Aditiva**

PA

Lutar pela implantação e implementação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR ou PCCS).

---

#### **Implementar o Plano de Ação da CUT para o primeiro semestre de 2017**

143 - Dar continuidade às ações traçadas pelas Secretarias Nacionais para o primeiro semestre de 2017, que passa pelos eixos Democracia e Desenvolvimento, Transformações nos Mundos do Trabalho, Organização Sindical e Negociação Coletiva, Ação Internacional da CUT. São ações permanentes da Central, que foram objeto de planejamento e encontram-se em curso.

---

### **143 - A - Substitutiva**

CE, MA, MT

*Substituir “primeiro semestre de 2017” por:*

segundo semestre de 2017

---

### **143 - B - Aditiva**

CE

*Após “Central”:*

...a luta pela defesa permanente do trabalho decente, igualdade de oportunidades e contra a precarização do trabalho.

---

### **143 - C - Aditiva**

PA

Diante dos novos desafios, ter atuante trabalho de base e um reposicionamento da ação sindical para enfrentar os tempos vindouros.

---

### **143 - D - Aditiva**

RS

É fundamental que o movimento sindical compreenda a importância da comunicação para sua própria sobrevivência, diante dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos pela onda neoliberal e conservadora, que tenta eliminar conquistas da classe trabalhadora e impor uma agenda de retrocessos. A comunicação sindical deve exercer um novo papel cumprindo a tarefa de informar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora, utilizando as novas mídias, compartilhando produções e atuando em rede solidária. Para tanto, é fundamental que a CUT, as confederações, as federações e os sindicatos invistam mais recursos financeiros na comunicação, contratando jornalistas e demais profissionais de comunicação e construindo pautas unitárias em âmbito nacional e regional para potencializar as lutas dos trabalhadores. É preciso qualificar conteúdos, formar dirigentes sindicais em comunicação, desenvolver a arte da conversação e da fala em público, valorizar produções de vídeo independente e atuar em novas plataformas, oferecendo informações diferentes das divulgadas pelos interesses comerciais e ideológicos dos grupos de comunicação, que estão nas mãos de poucas famílias com grande poderio econômico. Há necessidade de avançar na comunicação do movimento sindical com a população. Apoiamos as rádios, TVs comunitárias, sites, blogues, jornais de bairro e outras experiências populares, que fazem uma comunicação mais próxima da realidade e um contraponto aos interesses comerciais que regem a mídia conservadora. Almejamos um ambiente de democratização da mídia com uma emissora de rádio comercial, que abra espaço para os movimentos sociais, garantindo liberdade de expressão para todos os segmentos da sociedade. Consideramos também importante a parceria com a TV dos Trabalhadores (TVT), enquanto aguardamos uma retransmissora no Estado.

---

### **143 - E - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

1. Retomar a participação da CUT, de forma efetiva, no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

2. Promover aos dirigentes sindicais, assim como para as pastas de comunicação da entidade filiadas, treinamento para que possam utilizar esses instrumentos de forma a aperfeiçoar os resultados
3. Manter um conteúdo rotativo em vídeo para ser veiculado nos sindicatos CUTistas, em substituição aos canais convencionais
4. Montar a Rádio do Trabalhador, em parceria com os sindicatos

---

### **143 - F - Aditiva**

DF

#### SECRETARIA DE FORMAÇÃO

1. Identificar junto às direções sindicais demandas de formação, buscando formar o dirigente a uma atuação mais humanizada, compreendendo a sua base em sua totalidade
2. Realizar curso de formação com o foco em um viés mais crítico do contexto histórico pelo qual estamos passando
3. Realizar curso de formação sobre Políticas Públicas e Controle Social
4. Promover atividades formativas sobre igualdade de oportunidades, gênero, raça, orientação sexual, assédio moral e sexual, direitos das pessoas com deficiência, em conjunto com outras secretarias da CUT
5. Realizar curso de Comunicação e Expressão que possa auxiliar os dirigentes no processo de produção de discurso, objetivando a otimização e melhoria da comunicação com a sua base.

---

### **143 - G - Aditiva**

DF

#### SECRETARIA DE IGUALDADE RACIAL

1. Promover seminários, debates e palestras que tenham por finalidade a capacitação de dirigentes, das assessorias, e dos militantes sindicais sobre a temática racial
2. Orientar a participação dos dirigentes sindicais nos fóruns ou conselhos que discutem a questão racial, que tenham por meta a implementação, regulamentação e fiscalização de políticas públicas de combate ao racismo e a promoção da igualdade
3. Incentivar e orientar a participação dos sindicatos nas comemorações de datas históricas e culturais de relevância para a memória Afrodescendente, assim como nos eventos marcantes para a comunidade negra e na luta contra o racismo e o preconceito
4. Lutar pela igualdade de trabalho e salário, itens que devem constar nas pautas de reivindicações das campanhas salariais

5. Orientar os sindicatos na criação de secretarias e/ou coletivos de combate ao racismo
6. Promover a luta pela valorização da mulher negra, em conjunto com a Secretaria de Mulheres da CUT
7. Incorporar o dia 21 de Março - Dia Internacional de Combate ao Racismo na agenda de lutas

---

## 143 - H - Aditiva

MG, RS

### JUVENTUDE DA CUT

A criação da secretaria da Juventude da CUT, foi um passo importantíssimo para a organização de jovens trabalhadores, para o fortalecimento do projeto cutista, e para a aproximação com outros movimentos juvenis, como: movimento estudantil, partidário, social, entre outros. A criação da Secretaria possibilitou também a participação das juventudes cutistas na elaboração de políticas públicas, com um grau maior de organização e qualificação nas intervenções. Porém a criação não foi suficiente, precisamos consolidar uma política central para fortalecer o sindicalismo cutista, tendo um olhar amplo para a juventude. A juventude brasileira possui papel fundamental na construção da estratégia defendida por nossa Central: um país sustentável com protagonismo popular nas decisões políticas. Nessa estratégia, é fundamental organizar a juventude brasileira para consolidar a vitória democrática e popular. A maioria dessa juventude é trabalhadora, porque já está inserida no mercado de trabalho (ocupada ou à procura de ocupação). No entanto, verificamos as dificuldades encontradas para aproximá-los dos sindicatos. Ao mesmo tempo, nos deparamos com a dificuldade de renovação das direções sindicais. São dois desafios que não serão superados sem atualizar a estratégia sindical da CUT, hoje articulada em dois eixos centrais: fortalecer a concepção sindical CUTista e disputar hegemonia na sociedade. Com a criação da Secretaria Nacional de Juventude da CUT (SNJ-CUT), nossa Central teve maiores condições de atingir esses desafios. Para tanto, ela não pode ser uma pasta setorial, no sentido de dedicar-se às especificidades da condição juvenil. Precisamos atingir seu papel na estratégia geral da CUT conseguindo relacionar as bandeiras gerais de luta da classe trabalhadora com as questões que afetam diretamente a realidade juvenil. Outro exemplo da importância de relacionar a estratégia geral da CUT com a plataforma juvenil é a aliança com os movimentos sociais do campo democrático e popular. A agenda de lutas construída em unidade entre esses movimentos terá muito mais vigor no interior do movimento sindical se for apropriada pela SNJ-CUT. A SNJ-CUT tem um potencial protagonismo frente às necessidades de mobilização unitária dos movimentos juvenis. Construir uma nova geração sindical em nosso país. Nova não apenas no que diz respeito à idade, mas nova em sua forma de construir política sindical, em seu potencial criativo para organizar a maioria da classe trabalhadora e de romper com as formas autoritárias, burocráticas e opressoras que ainda estão arraigadas na estrutura sindical, apesar da incansável luta do sindicalismo combativo e militante da Central Única dos Trabalhadores.

Trata-se de um grande desafio a superação da cultura corporativa do sindicalismo contemporâneo a partir da atuação de jovens sindicalistas. Construir uma plataforma de luta comum a essa diversidade movimentos juvenis é um passo importante para essa superação. Além disso, será uma grande contribuição para forjar uma nova geração de militantes sindicais. Temos grandes tarefas até o 13º Concut, em 2019, quando serão eleitos(as) os secretários e as secretárias de juventude nas CUT's estaduais e na CUT Nacional. O primeiro deles é garantir a organização e funcionamento de coletivos de jovens em todos os estados e nos ramos orgânicos. A criação dos coletivos requer enraizamento e coletividade das políticas de juventude, além de legitimidade para a direção e para a base sindical. O segundo grande desafio é criar legitimidade interna à CUT para o investimento necessário na política nacional da juventude cutista. Sem isso, diminuem-se as possibilidades de atuação, organização e construção de alianças sociais com os demais movimentos populares. São raros os sindicatos, mesmo na Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde funciona regularmente um departamento, secretaria ou setor juvenil. Os temas específicos que despertam interesses entre os jovens muitas vezes estão ausentes das pautas das campanhas salariais. Os boletins e informativos raramente adotam linguagem atraente para os jovens. Em muitas entidades, simplesmente inexistem as atividades culturais, esportivas e festivas que costumem interessar aos jovens ainda não engajados na militância sindical, como shows e festivais de música, grupos teatrais, projeção de filmes, acampamentos, etc. Propõe-se, para superar esse ambiente, introduzir nas práticas sindicais o mesmo princípio de transversalidade sugerido para as políticas públicas de juventude. As questões da juventude devem ser interligadas aos temas de gênero, raça e orientação sexual, e abordadas em todas as ações direcionadas a metas e conquistas de interesse da categoria profissional como um todo. A juventude CUTista sempre se preocupou com a violência, o problema do desemprego e a garantia de direitos, além das lutas mais gerais da classe trabalhadora levantando bandeiras como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários (eleita como uma das prioridades da juventude), pelo retardamento da entrada do Jovem no mercado de trabalho, contra a redução da maioria penal, além de outras questões ligadas ao mundo do trabalho. É fundamental aumentar o investimento na formação político-sindical para a Juventude, inclusive para intervenção nas negociações coletivas, como maneira de garantir os temas e a presença qualificada da juventude nestes espaços. Devemos também incrementar as formas de comunicação e organização da Juventude, capacitando-a para o uso das novas Tecnologias da Informação. As redes sociais tem se consolidado como novo instrumento de mobilização, propaganda e consolidação de posições políticas, reivindicações e denúncias. A ação sindical voltada e organizada por jovens necessita de planejamento para o uso político das redes sociais. O objetivo histórico da CUT - representar e organizar a maioria da classe trabalhadora brasileira - deve orientar a estratégia de organização da juventude. Devemos desafiar os sindicatos CUTistas a encontrar e desenvolver formas de organização sindical que agreguem jovens trabalhadores/as que não estão em suas bases sindicais. Jovens trabalhadores/as que estão na informalidade, em busca de emprego e em formação profissional estão excluídos das organizações representativas da classe trabalhadora. É um desafio estratégico do sindicalismo combativo CUTista encontrar as formas de inserir essa maioria da classe em nossos sindicatos. É preciso ampliar a representação da juventude nas instâncias de direção dos sindicatos, federações, confederações, CUTs estaduais e Nacional, cumprindo rigorosamente o limite

máximo de 35 anos para ocupar a Secretaria de Juventude. A organização da juventude na CUT avançará na medida em que seus sindicatos filiados, Confederações e Federações criem e ofereçam condições de funcionamento para as Secretarias/Coletivos de Juventude, e que as pautas destes sejam orientadas por duas grandes diretrizes: luta por trabalho decente para a juventude que já está no mercado de trabalho e luta por políticas públicas para a juventude que possibilitem o direito de conclusão do ciclo educacional antes do ingresso no mercado de trabalho.

---

### **143 - I - Aditiva**

AL, DF, RN, RS, SP

#### Juventude e Desenvolvimento

Durante os governos Lula e Dilma tanto as políticas públicas de combate à pobreza e valorização do salário mínimo, como os programas de acesso ao ensino superior (PROUNI, as cotas, ENEM) reduziram o trabalho precoce entre os jovens (entre 15 e 17 anos) e ampliaram o acesso à universidade antes restrito à elite no Brasil. Desse modo, uma considerável parcela da juventude brasileira, cujos pais não tiveram acesso ao ensino superior, não precisaram abandonar seus estudos para contribuir na renda familiar. O aumento da escolaridade e acesso a cursos de capacitação e tecnologia (Pronatec) posicionaram favoravelmente a juventude brasileira no mercado de trabalho. No entanto, tais avanços estão comprometidos. A juventude trabalhadora é uma das principais atingidas pela agenda regressiva imposta pelo governo golpista de Michel Temer. A Emenda Constitucional nº 95, já aprovada, congela os gastos sociais no país pelos próximos 20 anos. As propostas de reforma previdenciária e trabalhista implicam na redução de políticas públicas e de direitos e produzem efeitos que recairão diretamente sobre as gerações futuras. Os jovens de hoje precisarão entrar no mercado de trabalho mais cedo, trabalhar por mais tempo, em piores condições e sem ter garantia de que conseguirão se aposentar. Da mesma maneira, a revisão da lei de exploração do pré-sal, possibilitando a entrega de nossas riquezas, compromete o Fundo social do pré-sal, fonte de recursos, que seriam destinados à educação, interrompendo um ciclo virtuoso do investimento na educação e impossibilitando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). A juventude deve, portanto, estar no centro do debate da CUT diante de uma agenda regressiva de direitos. O projeto de desenvolvimento nacional que a CUT defende deve incluir o direito da juventude ao trabalho digno e o acesso à educação desde a infância até o ensino superior. A CUT deve priorizar e estimular a participação dos jovens nos sindicatos, renovando suas lideranças, ampliando os espaços decisórios e de participação, seja por meio de coletivos de juventude nos estados ou pela integração de ações coletivas de luta juntamente com outros movimentos juvenis. Combate ao genocídio da juventude negra

O Brasil ocupa o triste posto de líder mundial em número absoluto de homicídios, com cerca de 60 mil ocorrências todo ano. Segundo o mapa da violência de 2016, 70% das vítimas de homicídios por arma de fogo eram de cor preta e parda. De 2003 a 2014, enquanto o número de homicídios por armas de fogo caiu 26,1% entre a população branca, o número de vítimas da cor negra aumentou 46,9%. A principal vítima dessa violência é a juventude (entre 15 e

29 anos) negra e moradora da periferia. Esse quadro de violência é reforçado por uma das polícias que mais morre e mata no mundo e que, ao invés de servir para solucionar problemas de segurança pública, acaba por agravá-los. Tratam-se de índices de mortalidade de um país em guerra, de um verdadeiro genocídio da juventude negra. Nesse sentido, a CUT deve manter-se firme na denúncia do racismo e da vulnerabilidade dos jovens, defendendo políticas de Estado que promovam uma vida digna a juventude por meio da educação, cultura, esporte, saúde e emprego.

---

### **143 - J - Aditiva**

AM

Elaborar e garantir recursos para ações estratégicas que visam o fortalecimento e a ampliação de jovens no movimento sindical, tais como campanha nacional de sindicalização formação voltada para o público jovem em parcerias Secretaria Nacional de Formação e Secretaria Nacional de Juventude secretarias de formação e de juventude das estaduais e ramos, no sentido de formar novas lideranças e difundir no público jovem as consequências negativas das políticas implementadas por este governo golpista e assim, colaborar para o fortalecimento das estaduais e ramos.

---

### **143 - K - Aditiva**

DF

Estratégia Secretaria de Mulheres Nacional

Garantir um trabalho educativo para o fim da violência sexista em todo o Brasil, com especial atenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, promovendo ações que visem a promoção da igualdade de gênero no trabalho e na sociedade.

---

### **143 - L - Aditiva**

AL, DF, RN

Denunciar a desigualdade e promover a igualdade entre homens e mulheres Os debates sobre a reforma da previdência e a reforma trabalhista ofereceram a oportunidade de constatar que o aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho não significa que as desigualdades entre os sexos foram resolvidas. Persistem as desigualdades salariais entre mulheres e homens. Independentemente da jornada e do nível de escolaridade os salários das mulheres são inferiores aos dos homens. Esta desigualdade salarial ocorre fundamentalmente porque o trabalho das mulheres ainda hoje é visto como transitório e auxiliar ao dos homens. A informalidade e o trabalho sem remuneração afetam mais as mulheres. Entre as trabalhadoras domésticas, a maioria mulheres negras, de um total de 5.768 milhões, apenas 31% detinham carteira de trabalho assinada em 2015. São aproximadamente 4 milhões de mulheres sem nenhum tipo de proteção social. A taxa de desemprego é mais elevada para as mulheres.

Conforme dados da PNAD, o ano de 2016 fechou com uma taxa de desemprego de 13,8% entre as mulheres e de 10,7% entre os homens. A CUT deve impulsionar o tema da igualdade promovendo campanhas pela igualdade no mundo do trabalho incentivando que seus sindicatos filiados incluam cláusulas relacionadas à agenda da igualdade de oportunidades nos acordos e negociações coletivas. Da mesma maneira, é dever da CUT considerar a desigualdade entre homens e mulheres e lutar por uma plataforma de desenvolvimento nacional para o Brasil que tenha em pauta políticas de emprego para mulheres, em toda a sua diversidade, e combata a desigualdade salarial.

---

### **143 - M - Aditiva**

AL, DF, RN, RS

Condições para liberdade e autonomia das mulheres

Todas as mulheres devem ter o direito de escolher se querem ou não ter filhos. Se a opção, diante de uma gravidez, for interrompê-la, o Estado deve garantir políticas públicas para que o aborto seja realizado de maneira segura. Se a opção da mulher for de ter filho (a), o Estado deve garantir políticas públicas para o pré-natal, o parto, a creche e a educação infantil pública de qualidade que atenda às necessidades da criança e da família. Para além de ser um direito das crianças, a creche é um equipamento fundamental para que as trabalhadoras que são mães possam acessar e permanecer no mercado de trabalho. Com a ausência do Estado na garantia das creches as mulheres são responsabilizadas por este trabalho, tendo que, muitas vezes, conciliar o cuidado com os/as filhos/as com o trabalho realizado dentro e fora do âmbito doméstico, acumulando a dupla jornada obrigatória, invisível e não reconhecida. Da mesma maneira, o cuidado com idosos e demais pessoas que necessitam de atenção recaem sobre as mulheres. A CUT deve seguir impulsionando a luta por creches, criação de restaurantes populares, centros culturais e de acolhimento para diferentes faixas etárias e demais políticas públicas de compartilhamento das responsabilidades domésticas e familiares, de maneira que as atividades ligadas ao cuidado de crianças, idosos e demais pessoas com necessidades especiais sejam compartilhados entre homens e mulheres, com a sociedade e com o Estado a partir de políticas públicas que implementem serviços de cuidados gratuitos e de qualidade. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento que considera a autonomia pessoal e econômica das mulheres e de reconhecimento por seu direito ao trabalho.

---

### **143 - N - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS

Fortalecer a Participação das Mulheres no Movimento Sindical CUTista.

1. Definir estratégias para o fortalecimento do Coletivo de Mulheres da CUT

2. Discutir estratégias para garantir o cumprimento da cota de gênero e paridade nas direções das entidades sindicais
3. Atuar para ampliar e fortalecer a participação e organização das mulheres nos sindicatos filiados à CUT, bem como na Central
4. Debater e definir pautas prioritárias das mulheres para propor aos sindicatos filiados que as incorporem nas negociações coletivas específicas de cada categoria
5. Garantir a qualificação/formação das dirigentes que participam de negociações sindicais para que sejam incorporadas nas mesmas as demandas específicas das mulheres
6. Fomentar a criação de Coletivo de Mulheres nas entidades filiadas à CUT
7. Debater com os trabalhadores e trabalhadoras das entidades filiadas os temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, incentivando-os ao exercício responsável de sua sexualidade e a solidariedade para com as mulheres
8. Que a CUT intensifique o debate sobre o assédio moral e sexual e a vitimização das mulheres, dirigentes e funcionárias, apontando seus fatores, suas causas e os impactos na vida dessas mulheres, a fim de garantir instrumentos e mecanismos com vistas a inibir e coibir tais práticas em todas as suas instâncias de organização e representação.
9. Que se construam espaços de diálogos para as vítimas de assédios ocorridos em seu âmbito (nacional, estaduais e ramos) por parte dos e entre dirigentes, e entre dirigentes e funcionárias/os dentro de suas instâncias.

---

### **143 - O - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - CAMPANHAS:

1. Atuar em conjunto com a Secretaria de Políticas Sociais, na luta contra a violência sexual de crianças e adolescentes
2. Promover ações pelo fim da Violência Sexista dando especial atenção à linguagem inclusiva
3. Promover atividades que visem à promoção da Igualdade de Gênero no Trabalho e na Sociedade
4. Desenvolver materiais de campanha sobre assédio moral e sexual para qualificar e capacitar as dirigentes para a intervenção sindical no enfrentamento dessas práticas no local de trabalho.

---

### **143 - P - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - POLÍTICAS PÚBLICAS:

Conselhos de Políticas Públicas - Promover a discussão sobre a importância dos Conselhos de Políticas Públicas como espaço de Controle Social, a fim de incentivar a participação do movimento sindical nesses espaços, especialmente das dirigentes sindicais, com o objetivo de incluir as pautas das mulheres nas diversas políticas.

---

### **143 - Q - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - EDUCAÇÃO

1. Intensificar a luta pela garantia de creche pública, gratuita e estatal de qualidade, como direito da criança e autonomia das mulheres
  2. Aprofundar o debate sobre o conceito de machismo e de feminismo na educação, definindo, em conjunto com os sindicatos da categoria, atividades que possam contribuir para o enfrentamento das práticas machistas, lesbofóbicas, transfóbicas e discriminatórias no ambiente escolar
  3. Ampliar a participação da CUT e de suas entidades filiadas na luta contra todos os projetos da “Escola Sem Partido”
  4. A Secretaria da Mulher se somará às iniciativas da Secretaria de Políticas Sociais no combate ao trabalho infantil.
- 

### **143 - R - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - SAÚDE:

1. Aprofundar as discussões sobre a Política Nacional de Saúde da Mulher, ampliando a participação da CUT e de suas entidades filiadas na luta pela sua implementação no âmbito do Sistema de Saúde
  2. Aprofundar o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos, impulsionando a luta em defesa da descriminalização do aborto.
- 

### **143 - S - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - Articulação com o Movimento Social:

1. Estreitar a relação do movimento sindical CUTista com os movimentos sociais, especialmente com o movimento de mulheres
2. Intensificar a participação da CUT e de suas entidades filiadas na luta contra a criminalização dos movimentos sociais.

---

### **143 - T - Aditiva**

RO

*Ao final do §:*

...continuar a luta por políticas públicas para as mulheres, exigindo a recriação do Ministério e Política das mulheres, manutenção das conferências de política para as mulheres, que visem discutir políticas públicas voltadas para as mulheres.

---

### **143 - U - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

1. Continuar investindo recursos para garantir a reeleição de chapas CUTistas nas entidades filiadas, bem como para garantir a eleição das chapas de oposição CUTista nos sindicatos não filiados
  2. Identificar possíveis categorias não organizadas para criação de sindicatos
  3. Realizar levantamento do nível de filiação das entidades filiadas, com o objetivo de discutir com as mesmas a realização de campanhas de sindicalização
  4. Realizar encontros das direções sindicais por ramo de atividade, para troca de experiências, fortalecimento da solidariedade e definição de ações conjuntas.
  5. Continuar apoiando as entidades filiadas para regularizarem/atualizarem seus cadastros no Ministério do Trabalho.
- 

### **143 - V - Aditiva**

BA

*Após o §:*

A CUT, através da secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos e do Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência, continuará denunciando sistematicamente as consequências do golpe para os direitos humanos e para os trabalhadores com deficiência. Se mantendo firme nos espaços de discussão como os Conselhos de Direitos para honrar sua bandeira de luta e garantir a organização da classe trabalhadora conforme ao que está estabelecido na Convenção 159 da OIT.

---

### **143 - W - Aditiva**

BA

*Após o §:*

Ampliará para todas as bases cutistas a discussão referente aos direitos humanos, principalmente Trabalhadores as com Deficiência para a classe trabalhadora através dos seus dirigentes sindicais.

---

### **143 - X - Aditiva**

DF

#### SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

1. Aumentar nossa capacidade de organização e articulação dentro e fora do movimento sindical
  2. Para ampliar nossa capacidade de resistência a CUT e seus sindicatos filados devem fortalecer os laços de diálogo, apoio e solidariedade com os movimentos sociais e populares. Não somente em momentos de manifestações, mas também no cotidiano: nos espaços de debate e mesmo de confraternização das categorias, para que também as bases possam ter contato com os companheiros
  3. Apoiar e valorizar a agricultura familiar junto às nossas bases e junto à população em geral
  4. Abrir um canal de diálogo com os jovens e construir lutas em conjunto com eles e elas. O mesmo deve ser feito com os estudantes secundaristas que tem protagonizado importantes ocupações de escolas contra a reforma do ensino médio e o ajuste fiscal
  5. Apoiar e valorizar o movimento cultural tanto no que diz respeito a contratação de artistas como apoiando e lutando pelas suas demandas culturais
  6. Fortalecer os espaços amplos com outros movimentos, em especial a Frente Brasil Popular, e demais frentes de defesa da democracia
  7. Aprofundar o debate com outros setores da sociedade sobre a participação em conselhos de políticas públicas
  8. Fortalecer os Coletivos de Trabalhadores e trabalhadoras com Deficiência e o Coletivo de trabalhadores e trabalhadoras LGBT, historicamente discriminados. Também os sindicatos devem criar e fortalecer estes coletivos em suas bases
  9. Ultrapassar as questões urgentes da resistência à agenda golpista em âmbito nacional e promover discussões sobre as políticas públicas que queremos para o povo do Brasil
  10. Construir um projeto popular de curto, médio e longo prazo a partir das necessidades, experiências e sabedorias populares, em parceria com os setores da intelectualidade próximos a nós.
- 

### **143 - Y - Aditiva**

SC

*Ao final do §:*

A CUT, através da SEFOR e SECOM, deverá aprofundar o debate acerca do conceito de Direitos Humanos, com a produção de textos e campanhas publicitárias, debates e seminários.

---

### **143 - Z - Aditiva**

SP

Visando garantir uma discussão qualificada do tema políticas LGBT e racial dentro da CUT, orientando aos sindicatos que seja garantida uma discussão qualificada do tema políticas sociais LGBT e racial dentro da CUT. Orientamos aos sindicatos que garantam uma cota de participação nos congressos das centrais, para delegados(as) com domínio dos temas LGBT e racial, visando fomentar o aprofundamento e consolidação do debate em relação a esses temas. Esse ponto visa aprofundar esses temas que são de decisão coletiva da CUT, mas que, na prática, não se reflete na composição das participações congressuais.

---

### **143 - ZA - Aditiva**

SP

- Promover curso de formação em direitos humanos, LGBT, identidade de gênero e respeito a diversidade.
  - Promover cursos de capacitação para negociação coletiva para temática LGBT.
  - Incluir a temática LGBT nas mesas de negociação coletiva contratação, promoção e combate a discriminação.
- 

### **143 - ZB - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

1. Fomentar a criação de Secretaria e/ou Coletivo de Saúde do/a Trabalhador/a nas entidades filiadas à CUT que ainda não possuem essas instâncias de discussão do tema
2. Sensibilizar as direções sindicais para garantir que o tema saúde do/a trabalhador/a seja discutido de forma transversal nas ações sindicais
3. Debater e definir pauta prioritária sobre saúde do/a trabalhador/a e da trabalhadora para propor aos sindicatos filiados que as incorporem nas negociações coletivas específicas de cada categoria
4. Garantir a qualificação/formação dos dirigentes que participam de negociações sindicais para que sejam incorporadas nas mesmas as demandas relacionadas à saúde do/a trabalhador/a
5. Definir atuação conjunta com a Secretaria de Formação as demandas de formação e capacitação as direções sindicais para realização de atividades formativas sobre o tema

6. Promover debates sobre temas relacionados à saúde do/a trabalhador/a tais como: dependências químicas e as consequências para o trabalhador no ambiente de trabalho o adoecimento no serviço público, especialmente sobre saúde mental desses/as trabalhadores e trabalhadoras a Violência Organizacional como causa do Assédio Moral a humanização do atendimento dos adoecidos no trabalho junto à previdência social e INSS.

---

#### **143 - ZC - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR POLÍTICAS PÚBLICAS:

1. Controle Social em Saúde do/a Trabalhador/a: Promover a discussão sobre a importância e papel dos Conselhos de Saúde e de suas Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador como espaço de Controle Social sobre as ações relacionadas ao tema, a fim de incentivar a participação qualificada do movimento sindical nesses espaços
  2. Discutir a participação de representantes do movimento sindical CUTista nos Conselhos de Saúde, a fim de pautar as questões relacionadas à saúde do/a trabalhador/a, bem como a implementação da legislação do SUS sobre o tema.
- 

#### **143 - ZD - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR Articulação com o Movimento Social

Estreitar a relação do movimento sindical CUTista com os movimentos sociais que atuam na defesa da saúde do/a trabalhador/a

---

#### **143 - ZE - Aditiva**

DF

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

1. Criar uma rede de produtores e consumidores de produtos da agroecologia e da agricultura familiar para troca de informações da base trabalhadora e facilitação de escoamento de produção
2. Apoiar a formação de coletivos da economia solidária, com criação de moedas locais
3. Promover amplo debate popular sobre o modelo de mobilidade social com vistas a implementação das ciclovias, transporte solidários e transporte coletivo de qualidade para a classe trabalhadora
4. Promover formação política e organização sindical para as trabalhadoras e trabalhadores das associações e cooperativas de catadores de material reciclável

5. Participar ativamente na “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.”
6. Discutir as causas ambientais para inclusão nos acordos coletivos
7. Trazer a temática para a agenda corporativa da CUT
8. Discutir e elaborar projeto de uso consciente na CUT e sindicatos filiados
9. Discutir propostas para gestão do uso da água e dos resíduos sólidos
10. Participação no Fórum Alternativo Mundial da Água - FAMA

---

### **143 - ZF - Aditiva**

TO

Apoiar a campanha pela defesa do cerrado; lutar pela conservação dos rios e lagos; lutar contra o MATOPIBA; acompanhar o debate da agroecologia; apoiar a campanha contra os agrotóxicos.

---

### **143 - ZG - Aditiva**

RS

Sem Agricultura Familiar não há produção de Alimentos

A importância da Agricultura Familiar no Brasil já é conhecida há muitos anos, mas com a apresentação dos dados oficiais do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 é que ficou claro a importância do setor para a economia do país. “O documento Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto” trouxe relevantes dados para estudo: com aproximadamente 25% da área agrícola do país, a agricultura familiar produz, em média, mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros todos os dias. O Censo identificou 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% do total. Estas áreas ocupavam 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem só 15,6% do total, ocupavam 75,7% da área. O tamanho médio dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e a dos não-familiares, de 309,18 ha. Essa realidade retrata a concentração da terra, da renda e as desigualdades sociais no meio rural brasileiro. A Agricultura Familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 58% do leite. Ela representa 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produz 21% do trigo. Outro dado interessante da realidade gaúcha revela que aproximadamente 67% dos municípios do Rio Grande do Sul têm menos que 10 mil habitantes e 46% menos que cinco mil habitantes. Essas cidades dependem quase que exclusivamente da agricultura familiar para seu desenvolvimento socioeconômico e cultural. Aqui no Estado, dos 441.467 estabelecimentos rurais existentes 378.546 são de base familiar (85,7%), além de mais 13 mil famílias de agricultores assentados, 22 mil pescadores artesanais e 30 mil piscicultores. Um estudo realizado pela Fipe/USP/MDA (2003) identificou que a riqueza produzida pelos agricultores familiares no RS é responsável

por cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, enquanto que o agronegócio (voltado principalmente para a exportação) representou 23% do PIB gaúcho. Somadas, as cadeias produtivas vinculadas ao trabalho no campo representaram metade do PIB do RS. No Brasil, essa participação foi calculada em 33%. É importante ressaltar que todos os dados acima são de 10 dez anos atrás e que o novo censo agropecuário do IBGE será realizado em 2018. Entretanto, não houve mudanças estruturas agrárias significativas neste período. E, se houve foram para pior na relação comparativa entre agricultura familiar e agronegócio. Os agricultores familiares, além da produção de alimentos, ocupam melhor o espaço rural, que não é somente destinado para a produção de negócio, mas também é seu espaço de vida e moradia. Assim, estes espaços geram mais empregos e renda por unidade de área e ainda desempenham a função de guardiões do patrimônio genético natural, ou seja, produzem alimentos, preservando e conservando os recursos naturais e a biodiversidade. Nos governos Lula e Dilma a importância da agricultura familiar foi reconhecida pelas políticas públicas, que mudaram para melhor a realidade do setor. Importante dizer que, a imensa maioria destas políticas é fruto sim da organização e pressão dos movimentos sociais do campo, dentre eles a Via Campesina e a FETRAF-RS/CUT. Conquistas que vão, desde a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Pronaf nas suas mais diversas modalidades, o seguro agrícola, a Lei da Agricultura Familiar, o crédito fundiário, além dos Programas Luz para Todos, Habitação para a Agricultura Familiar, Aquisição de Alimentos, Alimentação Escolar, o SUASA, etc. Em que pese todas as políticas públicas, o campo continua se esvaziando. Em 10 anos, a população rural no RS diminuiu 276.176 pessoas, passando de 18,35% para 14,9% da população gaúcha. Ainda assim, 1,6 milhão de pessoas vivem no campo. Em meio a este êxodo, o que mais preocupa é o êxodo da juventude, pois este ameaça a continuidade da agricultura familiar. Pesquisa recente apontou que na Região Sul 54% dos rapazes e 74% das moças não pretendem continuar na roça. Eles querem ir para as cidades. Se não bastassem esses problemas, ainda existem as intempéries do meio ambiente, como estiagens, enchentes, tornados, furacões, granizo, ondas de calor intensas, entre outras. Tudo consequências das mudanças climáticas, que estão ocorrendo em nível planetário e atingem drasticamente os agricultores familiares em todo o mundo. A crise econômica mundial e nacional impactam diretamente a vida e a sobrevivência de milhares de agricultores familiares, bloqueando mercados para seus produtos, reduzindo os preços dos produtos no mercado nacional e internacional, os altos preços dos insumos monopolizados pelas multinacionais, o endividamento e o empobrecimento dos agricultores. Porém, o golpe articulado pelas elites brasileira, que resultou no afastamento da Presidenta Dilma Rousseff e colocou Michel Temer no comando do Brasil, representou a mudança de projeto político sem o voto popular e vem consolidando a retirada de um conjunto de direitos econômicos e sociais do conjunto da classe trabalhadora, consolidados pela Constituição Federal de 1988 e implementados pelos governos Lula e Dilma, que inverteram a lógica da aplicação dos recursos públicos. As políticas sociais de saúde, educação, previdenciária, trabalhistas, bem como a redução dos recursos para agricultura familiar, a redução dos subsídios agrícolas, o desmonte do PAA, do seguro agrícola, a extinção do MDA, a retirada do apoio às cooperativas e a a extensão rural estão em franco retrocesso desde a aprovação do teto dos gastos públicos por 20 anos. Pode-se concluir que a agricultura familiar, com o golpe, voltou a ser invisível aos olhos das elites. Antes de qualquer reflexão acerca dos desafios futuros da sobrevivência e reprodução social da agricultura

familiar e produção de alimentos saudáveis, faz-se necessário uma avaliação crítica do modelo dominante, do agronegócio de produção e distribuição de alimentos. Um modelo sedutor aos olhos do agronegócio, que triunfou nas monoculturas de soja, cana-de-açúcar, algodão e outros, com uso excessivo de insumos químicos (fertilizantes solúveis e agrotóxicos) e mecanização pesada, obtendo intensificação e maximização na produtividade. Um modelo que já expôs suas feridas e fraturas em termos de degradação dos recursos naturais, da biodiversidade e destruição das florestas, sem falar na contaminação do solo e dos alimentos com resíduos de agrotóxicos e os impactos na saúde da população. Um modelo que só interessa ao capital e a um punhado de grandes proprietários, que mantém a concentração da terra e da renda, produzindo uma extraordinária exclusão social e um imenso vazio demográfico na área rural. Os desafios futuros para a agricultura familiar estão em produzir alimentos saudáveis, frente às mudanças climáticas e aos desequilíbrios ecológicos já produzidos pelo modelo convencional, baseado na agroquímica está na adoção de sistemas de produção capazes de se adaptar as incertezas das mudanças climáticas e ao mesmo tempo diminuir seus efeitos e enfrentar os desequilíbrios já existentes provocados pelo modelo de produção convencional. Portanto, é preciso adotar sistemas produtivos que permitam a recuperação do equilíbrio ambiental. Neste contexto, os principais insumos para a produção agroecológica é a informação e o conhecimento técnico e científico, com inovação tecnológica. Diante deste cenário, de crise política e econômica, imposto pelo golpe das elites, do avanço do agronegócio, das mudanças climáticas e do desafio de produzir alimentos agroecológicos, precisamos continuar lutando em defesa da agricultura familiar, por tudo o que ela representa, pois sem Agricultura Familiar não há Produção de Alimentos. Dessa forma, reafirmamos a necessidade de se avançar na reforma agrária, descentralizar os processos produtivos, dinamizar a vida econômica, social e política no meio rural. É preciso entender o meio rural como espaço produtivo, de residência, de serviços ambientais e de forma de vida. É necessário a implantação de uma matriz agroecológica que interligue a produção, a preservação e a ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas com preservação da diversidade cultural das populações e a territorialização do desenvolvimento, estabelecendo a possibilidade dos agricultores familiares e suas organizações formularem políticas públicas para além de concepções setoriais, revalorizando a sua cultura e o espaço rural na construção do desenvolvimento. É importante seguir na luta por políticas de infraestrutura (estradas, telefonia, internet), de crédito, de extensão rural, de sucessão nas propriedades rurais, que resolvam os problemas da qualidade da energia elétrica no meio rural. Precisamos de política de irrigação para a agricultura familiar, destinadas a produção de alimentos, que garanta água para o consumo das famílias e dos animais. Além disso, é necessário a criação de um fundo para catástrofes oriundas das mudanças climáticas, com agilidade de acesso e de políticas de apoio a comercialização em feiras, PAA, PNAE e fortalecer as políticas de agro industrialização familiar. Por fim, vale lembrar que a educação no campo ainda carece de inovação. As escolas técnicas, nos moldes atuais, são excelentes formadoras de mão de obra para as multinacionais e o agronegócio. Os alunos saem bons recitadores de insumos. Mas precisamos de bons agricultores, capacitados tecnicamente, mas ainda agricultores.

## 143 - ZH - Aditiva

SP

### DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

Os bancos públicos desempenham um papel fundamental na economia brasileira, pois são um importante instrumento de política econômica e de promoção do desenvolvimento econômico e social. Entretanto, o atual governo de Michel Temer tem a intenção de privatizá-los e enfraquecer sua atuação no mercado interno. O objetivo é fazer com que a iniciativa privada ocupe esse espaço. Mas será que os bancos privados farão o que os bancos públicos fazem/fizeram ou será que irão se guiar apenas pela lógica do maior lucro com menor custo? Defender os bancos públicos significa, portanto, defender um país melhor, mais desenvolvido, menos desigual, mais justo e mais fortalecido. O governo quer acabar com os bancos públicos. Não é nova a ideia de privatização dos bancos públicos. Pedro Malan, ministro da Fazenda de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período 1995-2002, já havia prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a eliminação dos bancos públicos, seja pela via das privatizações, seja pela via do seu enfraquecimento, transformando-os em bancos de segunda linha. Essa ideia contrária a existência de bancos públicos ficou adormecida durante anos. Mas, agora, voltou com força total. A dupla Temer-Meirelles está atuando exatamente na direção proposta pelo governo FHC. Está enfraquecendo a função pública do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES. São várias as medidas que estão sendo tomadas contra os bancos públicos e, em consequência, contra a população. O governo Temer pretende mudar a fórmula de cálculo da taxa de juros dos empréstimos do BNDES (a TJLP) para que tenha valor mais elevado. Portanto, os financiamentos do BNDES ficarão mais caros e menos atrativos. A indústria carecerá de financiamento. Haverá mais desemprego. Bancos públicos, contudo, são fundamentais porque têm funções que vão além da busca do lucro. Bancos públicos são essenciais porque há atividades e setores econômicos que os bancos privados não têm interesse em participar. Bancos públicos são necessários para viabilizar políticas econômicas e sociais de governos e para financiar setores e segmentos específicos. Essas instituições públicas são imprescindíveis para o desenvolvimento do país e para aumentar o bem-estar social. Bancos privados visam somente o lucro. E isso é legítimo. Bancos públicos vão além, devem dar contribuição social, o que também é legítimo. Bancos públicos devem buscar o lucro e, ademais, devem ter utilidade econômica e social para a população - não devem ser somente úteis para os seus correntistas ou acionistas. Essa é uma das principais diferenças entre a atividade bancária privada e a pública. O que fundamenta as ações do governo Temer para agir contra os bancos públicos é a visão de que o setor privado e o mercado podem resolver todos os problemas econômicos do país. Associado a essa visão liberal-conservadora da economia está a sua total insensibilidade social: não importa o déficit habitacional, o desemprego, se jovens não têm acesso às universidades etc. Há também por parte do governo uma aversão a um Estado que pertença à sociedade. Querem um Estado para atender aos interesses de grandes grupos econômicos. É a visão da prevalência do poderio econômico sobre os desejos e necessidades sociais. Por tudo isso, querem eliminar os bancos públicos. Contudo, esses bancos pertencem a todos e não a um

governo. Sem Bancos Públicos menos estudantes estariam nas universidades. O governo federal instituiu um programa para aumentar o acesso ao ensino superior denominado Fies (Fundo de Financiamento Estudantil). O programa é de 1999, mas foi revitalizado a partir de 2010. É um programa destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes matriculados em faculdades e universidades particulares. Os beneficiários do Programa só começam a pagar o que devem um ano e meio após a formatura. Os agentes financeiros do Programa são a Caixa e o Banco do Brasil. Associados a esse programa, os bancos públicos contribuem para aumentar a escolaridade da população brasileira, reduzir as desigualdades sociais, regionais e de gênero e oferecer oportunidades às pessoas com deficiência (15 mil estudantes do Programa são pessoas com deficiência). Sem Bancos Públicos os alimentos seriam muito mais caros. Para iniciar a plantação, o agricultor precisa de dinheiro para comprar sementes. Ele precisa tomar dinheiro emprestado. O agricultor vai ao banco. No governo Lula foi criado um programa para que o agricultor pudesse tomar crédito bancário com taxas de juros mais baixas. Esse programa se chama Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste são responsáveis por cerca de 70% do volume dos créditos concedidos para a agricultura familiar. Defender os Bancos Públicos é defender o povo o patrimônio do povo brasileiro. Defender os Bancos Públicos significa defender um país melhor, mais desenvolvido, com mais empregos, mais justo, mais educação, mais saúde, fortalecimento da agricultura, mais habitação e menos desigual. Se é Banco Público, é para todos!

---

### 143 - ZI - Aditiva

SP

#### Economia Solidária

A partir da década de oitenta, o trabalhador foi sendo cada vez mais excluído do mercado formal de trabalho, se agravando com os avanços do neoliberalismo na década de 90. Em sua busca incessante e pouco exitosa por uma recolocação no mercado de trabalho, não sobram alternativas senão a informalidade. A Economia Solidária aparece entre essas alternativas como uma forma viável de geração de trabalho e renda, principalmente para os excluídos do mercado formal de trabalho. Empreendimentos econômicos e solidários que são baseados na autogestão e na solidariedade. Um novo conceito de trabalho e geração de renda, novos direitos de cidadania e novas formas de produção, reprodução e distribuição social, torna-se parte da construção de um Estado Democrático e Socialista de fato. O movimento sindical no modo capitalista, é pensado, planejado, construído e tem sua base consolidada no mercado formal de trabalho e dele tem sobrevivido ao logo dos anos, crise após crise. Mesmo com o crescente avanço nas perdas de postos de trabalho, as estruturas organizacionais sindicais ainda são totalmente voltadas a atender as demandas de trabalhadores da empresa tradicional. Raramente se encontra nos sindicatos, Centrais Sindicais, entre outras, projetos que trata a questão da economia solidária com a devida e merecida atenção. O grande desafio posto é pensar ações estratégicas no sentido de atender a demanda de trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária, bem como, criar mecanismos de formação, mobilização, mediação e fomento a empreendimentos de economia solidária no âmbito do

movimento sindical, como forma de agregar o trabalhador que foi de alguma forma aliado de seu posto de trabalho no mercado formal.

---

## 143 - ZJ - Aditiva

SP

### ENERGIA E TRABALHO DECENTE

O setor elétrico brasileiro passa atualmente pelo maior ataque já executado pelos rentistas do capital nacional e internacional, através de duas consultas públicas coordenadas pelo Ministério de Minas e Energia, sob o comando do golpista Fernando Coelho Filho (PSB). Uma delas - a CP 32/2017 - discute “princípios para a reorganização do setor elétrico”, a partir de dez diretrizes baseadas no estado mínimo e no controle das tarifas determinadas pelo mercado. Já a CP 33/2017 faz “proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico”, com mudança radical da legislação desde 1995, retornando à era Collor. As duas consultas públicas devem ser transformadas em medidas provisórias (MPs), provavelmente em agosto, para retomar o processo de privatizações, com a venda de empresas do grupo Eletrobrás e de geradoras estaduais, finalizando assim o protagonismo estatal na operação da matriz elétrica brasileira. Sob o discurso da eficiência e da geração de receitas extras para reduzir o estoque da dívida pública, o que veremos é a continuidade dos anos 90, com aumento significativo das tarifas e piora dos serviços prestados, expressa no elevado número de acidentes com a população, precarização das condições de trabalho e redução do número de empregos formais no setor. Segundo o DIEESE, as empresas estatais (federais e estaduais) representam cerca de 40% da capacidade de geração, 65% das linhas de transmissão e 25% do mercado de distribuição nacional. A Eletrobrás é o maior grupo do setor elétrico brasileiro: possui 32,2% da capacidade de geração, 50% das linhas de transmissão e 5,1% do fornecimento ao mercado consumidor no país. Esse processo de desnacionalização, pois são empresas estrangeiras, estatais e privadas, que têm aumentado a participação no setor tem consequências setoriais, mas também implicações macroeconômicas importantes como, por exemplo, impactos nas contas externas do país. No estado de São Paulo, vinte anos depois do início da privatização do setor elétrico, processo de entrega que ficou conhecido como privatária tucana, o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) retoma o processo de entrega das três últimas usinas remanescentes e sobreviventes da Cesp (Companhia Energética do Estado de São Paulo), estatal que já foi considerada a maior geradora de energia elétrica dos paulistas e a terceira maior do Brasil. Agora, a privatária tucana mira as usinas hidrelétricas de Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna, com a intenção de rifar mais esse patrimônio público em leilão marcado para setembro. Dessas três hidrelétricas que continuam agrupadas na Cesp, a de Porto Primavera, batizada Usina Sérgio Motta, é a que possui a barragem mais extensa do Brasil, com 14 unidades geradoras que totalizam 1.540 MW de potência instalada. Já os reservatórios das usinas de Paraibuna e de Jaguari têm como finalidade regular a vazão do rio Paraíba do Sul e são responsáveis pelo fornecimento de água para várias cidades do Vale do Paraíba (SP) e do estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que resiste e luta contra mais uma privatização do patrimônio público dos paulistas, o Sinergia CUT atua para garantir o mínimo da tranquilidade e do respeito necessários aos trabalhadores, com reivindicações para

assegurar direitos, caso a venda aconteça. Dentre elas, a garantia integral do Acordo Coletivo de Trabalho vigente - incluindo a política de emprego que impede demissões arbitrárias ou em massa, a obrigação de não terceirização de quaisquer atividades-fim, a garantia dos padrões de saúde e segurança do trabalho, o respeito aos direitos dos consumidores através da prestação de serviço com qualidade e sustentabilidade ambiental. Mas a luta prioritária é de resistência contra o desmonte de um serviço essencial à vida e ao desenvolvimento nacional. Resistir e barrar a privataria que entrega patrimônio público ao capital preferencialmente internacional para, em nome do lucro, precarizar as condições de trabalho, reduzir empregos, ampliar a terceirização que mata, aumentar tarifas e provocar a queda da qualidade da energia que chega à população. Nesse sentido, a CUT e todos os seus sindicatos devem posicionar-se fortemente contra mais esse desmonte com ações efetivas.

### **Organizar a 14ª Plenária-Congresso Extraordinário.**

144 - Transformar o congresso num processo educativo e mobilizador para as lutas organizadas pela CUT, aprofundando o debate dos desafios enfrentados pelos/as trabalhadores/as e sindicatos do setor público e privado, do campo e da cidade na luta contra a agenda neoliberal do governo golpista. Tornar o congresso num momento privilegiado de discussão com os movimentos sociais e com a sociedade. Propiciar o aprofundamento da reflexão sobre o momento histórico atual e traçar linhas de ação que transformem o Congresso num evento extraordinário, de fato.

---

#### **144 - A - Modificativa**

MA

\* *Redação: Substituir "14ª" por:*

15ª

---

#### **144 - B - Aditiva**

SE

Para isso, a 15ª Plenária-Congresso Extraordinário deverá defender para o país a adoção de uma nova política econômica que adeque as taxas de juros, o câmbio e a política fiscal à realidade nacional, busque elevar os investimentos, reverta as privatizações e concessões de empresas estatais, crie um fundo nacional de desenvolvimento e emprego, e realize uma série de outras medidas destinadas a impulsionar a economia. Entretanto, é crucial a prioridade ao plano de desenvolvimento industrial que articule investimentos estatais, política cambial, créditos dos bancos públicos e incentivos à iniciativa privada. Ele deve ser considerado como a locomotiva indispensável para implantar uma macroeconomia de juros baixos, câmbio favorável às exportações e política fiscal progressiva, e para arrastar atrás de si todos os demais setores econômicos e sociais, incluindo o desenvolvimento científico e tecnológico e o emprego em massa. O Brasil precisa superar a ideia que o desenvolvimento industrial é um

item secundário e não como o item diretor do processo econômico. Hoje o agronegócio se apresenta como a indústria da nação e a base do crescimento econômico, fazendo o Brasil retornar à condição de exportador de bens primários, maquilador de alguns bens industriais de consumo e importador da maior parte dos bens de produção e intermediários. Nesse sentido, o agronegócio, além de subordinar o desenvolvimento econômico e social às intempéries das crises mundiais das commodities agrícolas, tem o defeito de concentrar a riqueza num segmento ainda mais estreito da população, gerar um mercado de trabalho muito aquém da população economicamente ativa existente, tornar insignificante a produção de alimentos para o mercado doméstico e subordinar o desenvolvimento científico e tecnológico do país às pesquisas e inovações dos países capitalistas avançados. A ausência de um debate sobre a importância de um Plano de Desenvolvimento Industrial, incluindo suas cadeias produtivas de bens de produção, bens intermediários e bens de consumo, criou-se a suposição, durante os governos de coalizão dirigidos pelo PT, de que o aumento do poder de compra dos pobres e miseráveis levaria o empresariado a investir na industrialização. Em outras palavras, acreditou-se que o crescimento da demanda resultaria no aumento da produção e na industrialização, algo que não ocorreu pelo menos por quatro fatores conjugados:

- 1- A taxa real de juros do mercado financeiro era muito mais apetitosa do que qualquer investimento industrial
- 2- Não havia qualquer política industrial que direcionasse os investimentos públicos e privados sequer para os setores de ponta dos bens de produção e consumo.
- 3- As empresas estatais, com exceção da Petrobras em sua área, não funcionavam como orientadoras do processo de industrialização.
- 4- Ao investimento externo dirigido ao Brasil não foi imposta qualquer condição industrializante e de transferência de novas tecnologias, permitindo-se que se dirigissem principalmente ao mercado especulativo ou aos setores mais lucrativos.

Nesse sentido, a 15ª Plenária-Congresso Extraordinário deverá contribuir para a formulação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Industrial que seja não um novo “solução industrializante”, mas um instrumento de transformação do Brasil num país avançado a médio e longo prazo.

**Ações de médio prazo: derrotar o governo, reverter a agenda neoliberal e fortalecer a organização sindical Dar continuidade à ação articulada com os movimentos sociais, particularmente a FBP e a FPSM para enfrentar o governo golpista e sua agenda neoliberal.**

145 - Fortalecer a participação da CUT nas duas frentes populares, procurando estabelecer a convergência e a unidade de ação, seja na organização de atividades de mobilização e de enfrentamento, seja na construção de uma estratégia que fortaleça o campo democrático popular, criando condições para derrotar as forças golpistas nas eleições de 2018 ou antes desta data, com a mobilização em torno das Diretas Já.

---

### **145 - A - Modificativa**

RS

Após “derrotar o governo”:

...derrotar/revogar...

---

### **145 - B - Aditiva**

PA

Alterar o texto:

Após “fortalecer”, incluir: “ o campo de alianças, em especial, “

Após “campo democrático e popular”, incluir: “ utilizando como método de formação o programa formigueiro da CUT nacional, criando assim “

---

### **145 - C - Aditiva**

CE

A) Após “fortalecer”, acrescentar: “ o caráter frentista da nossa atual luta política...”

B) Após “Diretas Já”, acrescentar: “ contra as reformas neoliberais trabalhista e previdenciária. É preciso fortalecer o horizonte de um programa mínimo que garanta unidade propositiva de um projeto para o Brasil”.

---

### **145 - D - Substitutiva**

BA

Substituir “...da CUT nas duas frentes populares...” por:

...dos sindicatos cutistas, sobretudo, na Frente Brasil popular,...

---

### **145 - E - Substitutiva**

AL, AM, BA, CE, DF, MG, MT, PE, SC, SP

Após “em torno de “, substituir “Diretas Já” por:

Fora Temer (ou qualquer outro Presidente eleito de forma indireta), Nenhum Direito a Menos ( Contra as “Reformas” Trabalhistas e Previdenciária), Diretas Já {[CE, MG, MT, SP]em todos os níveis}, {[CE] e instalação de uma} Constituinte Soberana.

---

### **145 - F - Aditiva**

BA

*Após “Diretas Já”:*

Além de construir uma agenda para criar as condições políticas para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de reconstituir o Estado de Direito e definir as reformas estruturais necessárias para consolidar a democracia e promover um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

---

### **145 - G - Aditiva**

RO

*Após “Diretas Já”:*

e também na luta pela eleição de parlamentares comprometidos com a luta da Classe Trabalhadora.

---

### **145 - H - Aditiva**

RO

Que a CUT Estadual construa uma articulação conjunta com Fetagro, MST, MAB e CPT, para cobrar das autoridades do Estado explicações e soluções para essa realidade da violência no campo em Rondônia.

---

### **145 - I - Aditiva**

RN

Intensificar as atividades de formação - seminário, congressos, debates, reuniões etc. Organizar junto aos demais movimentos sociais e sindicatos filiados, espaços de diálogo com a população.

---

### **145 - J - Aditiva**

RN

Para reverter a agenda neoliberal é fundamental que a CUT desenvolva e fortaleça ações contra a adoção dos princípios de mercado na educação. Não podemos admitir que as escolas públicas sejam tomadas por parcerias público-privada - PPP, organizações sociais - OS, consultorias empresariais, etc. e que as relações de trabalho sejam povoadas pela

competição e individualismo. Portanto, devemos defender a escola pública, gratuita, laica e de qualidade social.

---

### **145 - K - Aditiva**

RN

Discutir com os sindicatos suas práticas, na perspectiva de contribuir para qualificar suas intervenções e diálogo junto a categoria e população frente à realidade que enfrentamos.

---

### **145 - L - Aditiva**

PA

A CUT, engajada na Frente Brasil Popular, deve desenvolver uma ampla campanha de denúncia de todos os parlamentares que votaram contra os trabalhadores e trabalhadoras em todas as reformas. Deve-se ter um cronograma de mobilização agregando todos os grandes eventos, categorias, feiras, universidades, e tem que ser replicado para os municípios.

---

### **145 - M - Aditiva**

RN

Organizar as bases nos locais de trabalho. Melhorar e ampliar a comunicação com as bases e a sociedade.

---

### **145 - N - Aditiva**

AL

*Ao final do §:*

Intensificar, ainda, a participação qualificada da CUT nas FBP e FPSM para recuperar seu protagonismo e fazer, cada vez mais, a luta contra a derrocada do País.

---

### **145 - O - Aditiva**

PB

- Fortalecer a comunicação interna e externa da CUT com os sindicatos filiados e a base
- Criar um fundo de contribuição para incentivo à comunicação de esquerda e popular, a exemplo da TVT
- Propiciar condições de formação de comunicação a exemplo do FECOM

- Realizar oficinas de formação em comunicação aos assessores, dirigentes e comunicadores populares
- Aprofundar o mapeamento sobre o cenário da comunicação junto aos sindicatos
- Estimular a capacitação de mão de obra qualificada na área de assessoria de comunicação nos sindicatos (contratação de profissionais jornalistas)
- Estabelecer a importância que possui um diretor de comunicação dentro dos sindicatos com a criação das pastas nos sindicatos que ainda não possuem
- Mapear as atribuições curriculares dos assessores de comunicação dos sindicatos
- Levantar as dificuldades de produção de conteúdo destinada à divulgação das ações nos sindicatos
- Lutar contra a precarização das relações de trabalho com o combate à prejetização e a terceirização dos profissionais de comunicação nas assessorias das entidades
- Criar o jornal dos trabalhadores

---

#### **145 - P - Aditiva**

RS

Definir com clareza do papel e fortalecer a participação da CUT na FBP e FPSM, procurando estabelecer a convergência e a unidade de ação, seja na organização de atividades de mobilização e de enfrentamento, seja na construção de uma estratégia que fortaleça o campo democrático popular, criando condições para derrotar as forças da burguesia, que se mostram conservadoras e retrógradas. O próximo processo eleitoral estará sob o comando de Gilmar Mendes e sua política nefasta aos/as trabalhadores/as, não sendo possível termos ter ilusões, pois tudo pode mudar para pior, inclusive as regras eleitorais. Mas, mesmo assim, devemos construir, junto com as forças democrático populares, uma plataforma de desenvolvimento, a ser utilizada como instrumento de diálogo com os candidatos nas eleições majoritárias e proporcionais.

---

#### **145 - Q - Aditiva**

PA

Estimular a criação de núcleos de resistência e mobilização contra a retirada de direitos e possíveis novos golpes.

---

#### **145 - R - Aditiva**

GO

- Enfrentar os avanços das políticas de terceirizações no campo do trabalho

- Estruturar uma frente de luta contra a EC 95/16, que congela os investimentos públicas como saúde e educação
- Defender o processo de auditoria da dívida pública com o propósito de assegurar recursos financeiros para o investimentos em políticas públicas
- Pela criação do Ministério da Previdência e pelo fortalecimento do INSS Social e contra a extinção do Serviço Social e a reabilitação profissional no INSS
- É necessário que a CUT continue na luta em defesa de melhores condições de vida dos agricultores e agricultoras familiares, na garantia do acesso a crédito produtivo, reforma agrária, moradia e educação do campo e para o campo exigimos a volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o fortalecimento do INCRA com a garantia de recurso e de pessoal para execução dos trabalhos, entendo que estes são órgão importantes para a política agrícola.
- Idealizar uma campanha permanente em defesa dos princípios e diretrizes que norteiam o SUS, priorizando o financiamento para a garantia dos direitos sociais assegurados na constituição federal.

#### Educação.

- Incluir a história da África e dos afrodescendentes entre as questões nas provas externas ao MEC, nos vestibulares, no Enem e nos exames simulados das escolas privadas
- Reforma curricular, com metodologia e conteúdo que respeite a especificidade das comunidades
- No ensino superior, garantir uma política de assistência estudantil para os participantes das cotas raciais
- Implementar Escola em tempo integral, garantindo as especificidades de todas as comunidades e a qualidade do ensino e das estruturas
- Criar uma comissão para dialogar com o MEC, sobre quaisquer mudanças na grade curricular e produção de materiais pedagógicos, em cumprimento a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, nas escolas estaduais e municipais
- Abrir e manter escolas nas comunidades quilombolas
- Atuar juntos aos conselheiros dos diversos Conselhos de Educação, para que cumpram o cumprimento da Lei 10.639/03( ensino da história e cultura afro-brasileira e africana) e da Lei 11.645/08.
- Fortalecer e reavaliar o Pro Jovem com extensão da idade limite e financiamento
- Aplicação pelos estados e municípios das cotas raciais nas Instituições de Ensino Superior públicos e privadas
- Promover políticas que retardem a entrada do jovem no mercado de trabalho, incentivando sua permanência na escola

- Cobrar do governo federal, estados e municípios, investimentos na construção de creches e escolas de tempo integral para atender o direito a educação, das crianças de 03 a 14 anos, que são na sua maioria negros e negras
- Estabelecer um percentual de matrículas para crianças negras nas etapas iniciais de educação.

#### Saúde.

- Defesa incondicional da Seguridade Social e de seu Tripé: Saúde, Assistência Social e Previdência Social, garantindo os princípios de qualidade e universalidade.
- Regular os artigos social, garantindo os princípios de qualidade e universalidade.
- Efetivar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra( artigos 7º E 8º do Estatuto da Igualdade Racial.)
- Garantir o recorte racial na política da saúde mental
- Incentivar os empregadores( setor público e privado) a oferecerem cardápios especiais para combater o consumo excessivo de açúcares, sal e gordura, bem alimentos mais ricos em ferro
- Garantir que os programas sobre Anemia Falciforme não se limitem apenas ao diagnóstico, mas que os portadores também tenham acesso ao tratamento adequado de forma permanente
- Implementar programa de incentivo para que as empresas realizem periodicamente exames de anemia falciforme para empregados afrodescendentes
- Implementar programas de incentivo para que as empresas realizem campanhas de combate e prevenção á hipertensão arterial, com atenção para empregados afrodescendentes.

#### Trabalho

- Garantir que a cláusula social do BNDES seja acompanhada pelos sindicatos e comissão permanente de igualdade racial nas empresas
- Oferecer acesso a linhas especiais de financiamento nos bancos públicos para empresas que aplicarem políticas de igualdade racial
- Reforçar mecanismos já existentes e criar novos mecanismos, como cotas, no mercado de trabalho que assegurem e incentivem a igualdade de oportunidades em relação ao emprego, processo de seleção, sua permanência, promoção e isonomia salarial, independente de raça/cor/etnia, recomendado aos empregadores por ocasião da admissão e durante sua contratualidade, nos termos da declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção nº 111 da OIT e da Constituição Federal de 1988.
- Incentivar a criação de Comissões Permanentes de Igualdade Racial nas empresas para:

(1) desenvolver campanhas de conscientização e orientação sobre temas como relacionados ao combate a discriminação racial, visando prevenir atos e posturas discriminatórios no ambiente e trabalho e na sociedade,

(2) apurar denúncias quanto a discriminação racial ocorrido dentro das empresas,

(3) além de pensar medidas que possam combater discriminação racial no ambiente de trabalho, como por exemplo o estabelecimento de cotas de cor/raça/etnia

- Incentivar a confecção de carta de intenções ou Estatuto interno nas empresas assegurando igualdade de tratamento dos empregados, sem distinção de raça ou gênero, além de medidas que promovam a igualdade

- Regulamentar a política de cotas no mercado de trabalho, bem como no serviço público, preservando o princípio de isonomia salarial e igualdade nas oportunidades de acesso e promoção no emprego

- Criar comissão tripartite no espaço do Ministério do Trabalho e Emprego MTE, e em suas delegacias regionais, compostas por representações dos governos dos empregadores e dos trabalhadores para acolher e dar consequências as denúncias de discriminação racial, bem como acompanhar o cumprimento dos tratados e convenções internacionais previstas no artigo 38º do Estatuto da Igualdade Racial

- Promover políticas ativas de emprego para população negra em todas as esferas

- Promover campanhas de combate ao racismo no mercado de trabalho

- Promover mecanismos que permitam conciliar trabalho e estudo, para jovens que desejam ou precisam trabalhar, garantindo a vivência plena do processo educacional e sem prejuízos na elevação de sua escolaridade e qualificação profissional

- Realizar campanhas permanentes contra o assédio moral e sexual, o racismo institucional, o preconceito, a discriminação, homofobia e lesbofobia.

**Construir, junto com as forças democrático populares, uma plataforma de desenvolvimento, a ser utilizada como instrumento de diálogo com os candidatos nas eleições majoritárias e proporcionais.**

146 - Incluir nesta plataforma propostas que dialoguem, de um lado, com as demandas da classe trabalhadora e, de outro, com a visão da CUT em relação à necessidade de reversão da agenda neoliberal implementada pelo governo golpista. A plataforma também deve conter as reformas estruturais vistas como fundamentais para fortalecer a democracia e para criar as bases de um ciclo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento sustentável.

#### **146 - A - Aditiva**

BA

*Após “forças democrático populares”:*

com a classe trabalhadora e a sociedade em geral, ampliar o debate acerca do Plano Popular de emergência da Frente Brasil popular, ...

---

#### **146 - B - Substitutiva**

RS

A) Substituir “Incluir nesta plataforma” por: “Atualizar a Plataforma da Classe Trabalhadora com propostas...”

B) Substituir “reversão da agenda neoliberal pelo governo golpista” por “revogação da agenda neoliberal implementada pelo capital financeiro internacional, através do governo golpista e seus aliados”.

---

#### **146 - C - Aditiva**

PA

Lutar contra todas as privatizações, em especial dos setores mineral e energético do país como mecanismo defesa da soberania nacional.

---

#### **146 - D - Aditiva**

SC

*Ao final do §:*

Ter uma estratégia de denúncia permanente dos deputados e senadores e seus respectivos partidos que votaram contra os trabalhadores.

**Dar continuidade ao processo de fortalecimento da organização sindical, traduzindo em ações planejadas as deliberações da Plenária-Congresso Extraordinário.**

147 - Levar em conta nesse processo as “reformas” que visam a retirada de direitos e a precarização do trabalho, as contínuas transformações em curso nos mundos do trabalho, as mudanças provocadas no plano internacional e nacional pela quarta revolução industrial e como elas tendem a afetar os diversos ramos e setores da economia brasileira.

---

#### **147 - A - Aditiva**

RN

Seja adicionado as Pautas de Lutas Nacionais, reincluir as disciplinas retiradas da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), retirado por 05 pessoas enclausuradas no MEC, composta por

um Governo ilegítimo. Não teve diálogo com as instituições de ensino, causando fragilidade aos profissionais da educação municipal, estadual e federal.

---

### **147 - B - Aditiva**

RN

Que as CUTs cobrem dos seus sindicatos filiados a cobrança do cumprimento da legislação quanto aos fiscais de contratos e as empresas terceirizadas quanto aos direitos dos colaboradores.

---

### **147 - C - Aditiva**

MA

1. Seminários Regionais sobre a Reforma Trabalhista e alternativas financeira ao imposto sindical
2. Campanha de atualização sindical junto ao MTE, com indicação da CUT como central sindical
3. Campanha de filiação e fortalecimento das entidades sindicais.
4. Incentivar os Sindicatos a fazer comunicação junto a sua base, bem como junto a CUT, visando divulgar todas as ações desenvolvidas pela Central.

**Ações de longo prazo** 148 - A avaliação de conjuntura no Plenária-Congresso Extraordinário nacional, no final de agosto, deverá trazer elementos para o desenho de ações estratégicas de longo prazo da CUT, considerando dois cenários: a derrota do governo golpista ou sua continuidade.

---

### **148 - A - Aditiva**

SE

*Ao final do §, após “continuidade”:*

Nos dois cenários, a classe trabalhadora brasileira precisará estar organizada e lutando para construção do socialismo. No atual cenário de crise do capitalismo, precisaremos intensificar a luta de classes entre os trabalhadores e a burguesia aliada das corporações transnacionais, estabelecendo parceria entre os trabalhadores de todas as nações com compromisso internacionalista pelo fato de sermos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos, portanto, a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração

e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz. É por isto que devemos continuar lutando por: desenvolvimento, democracia, direitos humanos, bem-estar, soberania, integração, paz, um Brasil, América Latina e Caribe, um mundo sem nenhum tipo de opressão nem exploração, o mundo socialista.

---

### **148 - B - Aditiva**

AL

Considerar o terceiro cenário: eleição indireta do Presidente da Câmara Rodrigo Maia. O que significa o aprofundamento do golpe e exigirá dos movimentos sociais uma maior mobilização em todos em favor da democracia, dos direitos e da nação brasileira.

---

### **148 - C - Aditiva**

SP

O golpe que depôs a presidenta Dilma é um acontecimento que divide períodos históricos: representa o final de um período democrático, no qual a CUT foi forjada, iniciado com o fim da ditadura militar e o limiar de um período novo, cujo caráter ainda está em disputa. É um cenário que vai além do fim de treze anos de governo democrático e popular no plano federal, mas sobretudo, revela uma nova dinâmica das forças da direita e do neoliberalismo, e até mesmo a criação de novas forças de direita e extrema direita. A ruptura da ordem burguesa pela própria burguesia alterou a dinâmica de disputa política na qual estivemos inseridos nos últimos 33 anos. Diante desse desafio, está em disputa a maneira pela qual a esquerda se posicionará no novo período, o que, por sua vez, definirá o próprio caráter desse novo período. O golpe implicou, também, uma nova dinâmica das forças de esquerda, que em certos momentos conseguiu reunir condições virtuosas que nos indicam as novas características de uma esquerda capaz de superar os erros e ilusões que permitiram o alçamento da direita. A CUT reafirma sua luta pelo fim do governo golpista e seu programa, pela reposição da ordem democrática, com eleições diretas, e por uma constituinte exclusiva e soberana para a reforma do sistema político. Além disso, a central deve, desde já, retomar os esforços de sistematização e atualização de suas contribuições históricas, para um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo e sustentável, protagonizando e somando-se às iniciativas em curso. Considerando os sucessivos e, cada vez mais profundos, ataques aos direitos da classe trabalhadora, a retomada deste projeto nacional necessariamente se inicia com a revogação de todas as medidas que enfraqueceram o Estado e as políticas públicas, retiraram direitos dos(as) trabalhadores(as) e minaram a soberania nacional. Mas, além de bandeiras de luta consistentes e da sistematização de um projeto nacional com a cara dos trabalhadores(as), a CUT não pode se furtar de incidir na

disputa política que já corre a pleno vapor no país. Defendemos uma candidatura presidencial que tenha o maior compromisso com nosso projeto de país e a maior identidade com a classe trabalhadora, o ex-presidente Lula é aquele que melhor expressa esse compromisso e essa identidade com os interesses dos trabalhadores(as) e da maioria do povo brasileiro.

---

## 148 - D - Aditiva

PR

### PANORAMA ECONÔMICO:

- 1) Precisamos de medidas econômicas que gerem renda e consumo, hoje temos capacidade produtiva no parque industrial que deve ser ocupada para que se inicie uma retomada. É preciso crescer para, depois discutirmos se é preciso ajustar.
- 2) Precisamos de investimento na indústria e crédito para investimento em infraestrutura, portos, escolas, estradas, apenas desta forma seguiremos na construção de um país desenvolvido.
- 3) Devemos defender a necessidade de o Estado manter o controle das empresas estatais, através de articulação entre as diversas categorias profissionais, atuando dentro da plataforma operária e camponesa pela soberania energética.

### O GOLPE DE 2016 E SUAS CONSEQUÊNCIAS:

- 4) Devemos garantir a construção da greve geral, que necessita de uma estratégia de ações construídas coletivamente, com as centrais sindicais e os movimentos sociais, envolvendo todos os ramos e setores.
- 5) Precisamos construir um veículo de comunicação forte, para fazer a comunicação não apenas com a parcela da sociedade que compõem a esquerda, mas também com aqueles que se sentem de “centro”. Essa é uma tarefa para todos nós.
- 6) A defesa da democracia é uma construção da classe trabalhadora e devemos concentrar esforços na unificação das duas Frentes (Brasil Popular e Povo sem Medo) e do movimento social.
- 7) Nosso papel é voltar a disputar o imaginário do povo e construir um modelo alternativo de sociedade e de política. Não nos cabe apenas aceitar, temos que propor.
- 8) Temos que valorizar a TVT, pois é assim que faremos a disputa na mídia. Precisamos nacionalizá-la, esse é um projeto nosso, do movimento sindical.
- 9) A Frente Brasil Popular é um espaço de denúncia, mas também de anúncio, a Frente possui uma plataforma (Plano Popular de Emergência) com 10 propostas para democratizar o Estado e contornar a crise. Este material deve ser amplamente “anunciado”, como diria Paulo Freire, por todos nós.

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS:

10) O enfrentamento do momento atual, marcado por retrocessos e pelo desmonte do Estado, organizado e consistente só será feito, dentre outras ações, com a valorização da formação sindical.

11) Hoje temos, diferente de outros momentos de nossa história, uma série de movimentos e organizações para fazer o enfrentamento ao golpe contra a classe trabalhadora, isso deve ser valorizado.

12) Nós conhecemos muito da pobreza, por isso deveríamos estudar mais da riqueza, assim entenderemos como combatê-los e desenvolver a resistência. Temos que expor as riquezas para que a população saiba quantas famílias concentram a riqueza de nosso país.

13) Nesse momento precisamos voltar a ter uma formação política ideológica consistente.

14) Quando se faz a análise da realidade percebemos que temos condições de enfrentá-la, mas a luta será de longo prazo. Precisamos construir estratégias de curto, médio e longo prazo.

15) GREVE GERAL - a próxima tem que ser a greve de nossas vidas, maior que a do 28/04, essa é uma ferramenta importante.

16) Temos condições de barrar as reformas, um exemplo disso é a reforma da previdência que tinha um calendário e que conseguimos barrar com mobilizações, realizadas desde o 8 de março. Devemos fazer o mesmo com a reforma trabalhista, ir às ruas e explicar o que é, temos que disputar as mentes e corações como fizemos na reforma da previdência.

17) Precisamos acuar os políticos golpistas que usurpam os direitos da classe trabalhadora, expondo a sua imagem para suas bases.

18) Juventude - não temos disputado a juventude que não está no mercado de trabalho, os professores não devem fazer essa luta sozinhos. Precisamos desenvolver táticas, essa disputa deve estar na pauta de todos os nossos sindicatos para quebrar a onda fascista que assola os jovens hoje.

19) COMUNICAÇÃO - precisamos valorizar experiências que nos aproximem da população, algo de massa.

20) Temos que pertencer a coletivos maiores do que nós, não devemos mais fazer apenas lutas de categorias. Sozinhos nós perderemos, hoje as causas são gerais e não corporativas. Essa deve ser uma ação estratégica dos sindicatos.

21) Alianças: precisamos compreender com quem faremos alianças táticas e estratégicas.

22) O tema da água dialoga com a sociedade, independentemente da classe social, devemos nos aproveitar dessa questão para fazer a luta.

23) Organização / Formação / Mobilização: não podemos esquecer em nenhum momento do nosso tripé, essa é a forma que transformaremos a sociedade.

24) Diretas Já: estamos diante de uma conjuntura extremamente fluída, essa bandeira é muito importante no diálogo com a sociedade, que nega o atual governo.

25) A CUT PR apoiará a participação de seus sindicatos e dos movimentos sociais na Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo, que ocorrerá em Montevideu em 16, 17 e 18 de novembro deste ano.

---

## **148 - E - Resolução**

CE

### Comunicação

- Lutar por Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, validando, especialmente, por meio de leis complementares, os artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal Brasileira, que tratam da comunicação eletrônica - canais abertos de TV e rádio, TV por assinatura e TV de internet, de forma a democratizar o acesso às mídias e combater o oligopólio da grande mídia brasileira e a manipulação da informação no país
- Lutar para a estruturação no país do Sistema Público de Comunicação, para canais públicos e comunitários, equivalente a 33% de todo o espaço de radiodifusão do país, e garantir que os canais públicos não comunitários cheguem a pelo menos 80% das cidades brasileiras
- Batalhar pela criação do Fundo Nacional de Comunicação Pública, para financiar o Sistema Público de Comunicação
- Lutar pela completa estruturação da rede de comunicação popular do Ceará, como forma de enfrentar a disputa da hegemonia social e que possa integrar todos os meios de comunicação alternativos
- Instituir em toda a produção em comunicação do ramo como contraponto ao discurso da grande mídia monopolista, que impõe uma leitura dos acontecimentos políticos contrária aos interesses populares e nacionais
- Fortalecer o processo formativo, por meio de cursos, oficinas e encontros sobre comunicação, de forma instrumentalizar os sindicatos para o uso dessas ferramentas
- Construir parcerias de forma a montar uma rede de rádios comunitárias no interior do estado para difundir informações da luta sindical e dos direitos
- Defender a profissionalização da comunicação das entidades sindicais de base, de forma a aumentar a produção de informações, difundir conteúdos de qualidade, com ética, apuração e correta estruturação dos fatos
- Utilizar a comunicação como uma ferramenta de luta pela democracia e contra a retirada e direitos, apostando, sobretudo, no diálogo com a sociedade em geral, colocando assim as pautas dos trabalhadores no cenário midiático e nos diversos espaços de poder.

## 148 - F - Resolução

CE

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, ESSA LUTA NOS UNE.

- Comprometer-se com o respeito e a promoção dos direitos de negros, negras, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, jovens e pessoas com deficiência, além de combater a violência contra a mulher. Lutar por políticas e práticas de não discriminação nos mecanismos de seleção pública. Assim, se faz necessária a articulação do movimento sindical com outras organizações de Direitos Humanos e de defesa de grupos oprimidos.
- Fomentar a criação de secretarias de gênero, raça, juventude, políticas sociais e de trabalhadores com deficiência nas estruturas sindicais, garantindo no orçamento sindical ações e projetos com recorte de gênero, raça, juventude, deficiência e contra a discriminação.
- Nas mesas de negociações, incluir as cláusulas de igualdade de oportunidades promovendo ações para ampliar a participação dos diversos segmentos nos espaços de trabalho. Juventude trabalhadora é o presente e futuro do movimento sindical.
- Estimular a realização de ações sindicais que busquem atrair a participação da juventude trabalhadora para a luta sindical.
- Realizar periodicamente o Curso de Liderança Juvenil no Movimento Sindical. Pautando questões caras à juventude, como o direito à cidade por meio de políticas integradas nas áreas de educação, cultura, mobilidade urbana e a luta contra o extermínio a juventude, especialmente a negra.

A classe trabalhadora é negra!

Lutar pela garantia de instrumentos de denúncia de processos de inferiorização de negros e negras no mercado de trabalho e no serviço público, realizando campanhas de divulgação das leis que visam a promoção da igualdade racial e promover encontros que busquem aprofundar o debate sobre a igualdade racial. A CUT precisa ter como bandeira central a garantia das cotas raciais nos concursos públicos.

A população LGBT quer seus direitos garantidos.

Lutar pela criminalização da LGBTfobia, em parceria com o movimento lgbt e social, visando tornar a prática de preconceito contra homossexuais em crime de ódio. Para isso, precisamos estimular os sindicatos a organizar espaços de debates e participação das e dos trabalhadores LGBT. Lutar junto com o movimento LBGT e educação que considere a diversidade de gênero e de orientação sexual, na construção de uma escola sem homofobia. Promover a discussão da criação da secretaria LGBT nas instâncias nacional e estadual da CUT.

## 148 - G - Resolução

AL, AM, MA, MG, PB, PE, RN, RS, SC, SP

### ASSÉDIO MORAL E SEXUAL CONTRA A MULHER, TOLERÂNCIA ZERO

A violência de gênero vitimiza quatro em cada dez mulheres no Brasil. O assédio moral e sexual é uma das formas de violência que mais acometem as mulheres no mundo do trabalho. Considerando que a violência contra a mulher é “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, sem distinção de raça, classe, religião, idade ou qualquer outra condição, tanto no espaço público como privado” (Lei Maria da Penha).

Considerando que o assédio sexual é tipificado como crime e que se constitui de prática de delito que impacta nas relações entre homens e mulheres, “com intuito de obter vantagens ou favorecimento sexual prevalecendo-se o agente de sua condição hierárquica” (Art.2016-A - Código Penal).

Considerando que a existência de um Estado democrático pressupõe-se igualdade de direitos, de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, sendo, portanto, incompatível com as formas de socialização baseadas na dominação e submissão;

Considerando que a democratização da sociedade, por sua vez, requer um repensar sobre as relações sociais e de gênero, em especial no mundo do trabalho;

Considerando que a realidade cotidiana da violência, sua estigmatização e banalização têm contribuído para a manutenção da impunidade e do crescimento da violência contra a mulher; Considerando, portanto, que refletir sobre as relações interpessoais é importante, pela perspectiva de mudanças em um processo de conscientização na tentativa de compreender os comportamentos e papéis sociais determinados, para assim, constituir novas identidades sociais, onde haja o reconhecimento das diferenças e das assimetrias de gênero, para superação das desigualdades marcadas na vida de mulheres e homens;

Considerando que as diversas formas de violência contra a mulher estão inter-relacionadas, no âmbito doméstico, no trabalho, no mundo sindical e na vida cotidiana e que o seu combate tem no movimento sindical seu principal responsável, por ser este um espaço peculiar, em que podem ocorrer processos de fiscalização e do controle social em relação ao cumprimento das leis que garantem a igualdade de oportunidades e de tratamento, mas também de proteção dos direitos sociais, humanos e coletivos, propondo, intervindo e influenciando na implementação de políticas públicas, de proteção à classe trabalhadora;

Considerando que o movimento sindical não está imune a variadas formas de violência contra as mulheres o que termina por afastar as mulheres da participação sindical;

Considerando que as secretarias de mulheres, dos estados dos ramos de atividade e nacional constantemente recebem denúncias de práticas de violência de gênero;

Considerando que dentre os Compromissos da CUT está a luta pela igualdade de oportunidade e de tratamento entre mulheres e homens, sem preconceito de cor/raça/etnia, geração, orientação sexual e deficiência, nos diversos espaços do mundo do trabalho e na sociedade em geral;

Considerando a luta desenvolvida no interior da Central em defesa da paridade entre homens e mulheres e a sua aprovação, o que demonstra a maturidade política adquirida ao longo dessa jornada;

Considerando a responsabilidade da CUT junto à sociedade no combate a todas as formas de violência contra a mulher;

Considerando que a campanha: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, TOLERÂNCIA NENHUMA, desenvolvida pela CUT voltada ao mundo do trabalho, deve ter reflexo no movimento sindical, propomos:

*Final 1 [AL, AM, MA, MG, PB, PE, RN, RS, SC]:*

Que a Central construa canais de diálogo e espaços de acolhimento das mulheres vítimas de assédio ocorridos no seu âmbito (nacional, estaduais e ramos) por parte dos e entre dirigentes, e/ou entre dirigentes e funcionários/as;

Que a CUT amplie o debate sobre o assédio e a vitimização das mulheres (dirigentes e funcionárias), seus fatores, sua causas e os impactos na vida das mulheres.

A CUT deve se desafiar e garantir instrumentos e mecanismos no seu Estatuto com vistas a coibir tais práticas em todas as suas instâncias de organização e de representação. Pelo direito a viver sem Violência, mulheres exigem Respeito!

*Final 2 [SP] modifica o final 1 da proposta:*

a) Que a CUT construa canais de diálogo e acolhimento para as mulheres vítimas de violência sexista ocorrido no seu âmbito (nacional, estaduais e ramos), dentro da Secretaria da Mulher Trabalhadora que vai organizar de forma a garantir a defesa e o acolhimento à vítima. Além de definir como instância que deve deliberar sobre eventuais denúncias as Executivas e ou Direção Estadual e Nacional da CUT e Ramos, que devem ser acionadas pela Secretaria da Mulher Trabalhadora, comprometendo-se em aplicar medidas que coíbam essa prática.

b) Que a CUT amplie o debate sobre o assédio e a vitimização das mulheres (dirigentes e funcionárias), seus fatores, suas causas e os impactos na vida das mulheres. A CUT deve se desafiar e garantir instrumentos e mecanismos no seu Estatuto com vistas a coibir tais práticas em todas as suas instâncias de organização e de representação.

c) Que a CUT amplie e reforce a discussão com os sindicatos filiados com objetivo de generalizar as experiências positivas do combate ao assédio junto as categorias. A Central Única dos Trabalhadores, entre seus compromissos estatutários, define: “lutar pela igualdade de oportunidade e de tratamento entre homens e mulheres, sem preconceito de cor/raça/etnia, idade, orientação sexual e deficiência, nos diversos espaços do mundo do trabalho e na sociedade em geral”.

Para a CUT, a luta pelo socialismo e pela igualdade entre homens e mulheres tem que ser uma só, lembrando que a opressão da mulher tem sua origem na divisão da sociedade em classe, entre exploradores e explorados. O compromisso da CUT de lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista, é inseparável do combate pelo fim de qualquer opressão sobre a mulher. O golpe em curso empreende, tanto no governo quando no congresso, uma ofensiva contra os direitos das mulheres trabalhadoras, as quais são duplamente oprimidas na sociedade capitalista. Na situação política atual, vemos ganhar força as questões mais reacionárias que as classe dominantes levantam ainda mais livremente, como o machismo e a ampla discriminação da mulher. O que nos chama a enfrentar um combate ainda mais duro em defesa dos direitos das mulheres contra as tentativas de derrubarem as mínimas garantias de aborto legal e contra toda forma de violência contra a mulher. Num país onde as mulheres trabalhadoras, tanto no quadro da orientação ao seus sindicatos filiados para que empreendam campanhas nos locais de trabalho para conquistar garantias, nos Acordos e Convenções Coletivas de trabalho como também para combater qualquer tipo de violência sexista no âmbito da central, seja contra suas dirigentes e militantes, mas principalmente contra as suas trabalhadora. Decide, assim direitos elementares ainda são negados, como o aborto legal, a igualdade de salários entre homens e mulheres, é nossa tarefa seguir pautando a luta pela igualdade entre homens e mulheres. Demos passos com a aprovação da Lei Maria da Penha, mas é inegável que a violência sexual segue sendo um dos principais problemas das mulheres, o que no mundo do trabalho toma mais claramente a forma do assédio sexual - mas não é a única. No movimento sindical, por outro lado, não é possível aceitar casos de discriminação ou assédio. Por tudo isso, a Central Única dos Trabalhadores decide empreender esforços para combater o assédio sexual e moral. Pelo direito a viver sem Violência, mulheres exigem Respeito!

---

#### **148 - H - Aditiva**

AL, MG, MT, RJ, RR, RS

*Novo §:*

Incluir no calendário permanente de lutas da CUT o dia 12 de agosto como o dia internacional de luta da juventude, realizando atos, atividades de mobilização e uma plenária nacional específica da juventude.

---

#### **148 - I - Aditiva**

MG

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A CUT, atendendo à consciência sindical e a definição de suas instâncias máximas, deve apoiar a criação e o funcionamento dos Coletivos Estaduais de Trabalhadoras e Trabalhadores com deficiência. Assim, considerando a plena falta de acessibilidade em variados espaços de discussão no interior das atividades CUTistas, propomos que seja realizada a eliminação das barreiras físicas, arquitetônicas e atitudinais, assegurando equidade no acesso não somente nas estruturas físicas, mas nos espaços de deliberação das entidades.

---

### **148 - J - Resolução**

PR

Eleições Sindicais

A principal luta da CUT continua sendo a defesa da liberdade e da autonomia sindical. Sempre afirmamos que não há sociedade democrática sem que as trabalhadoras e trabalhadores possam livremente escolher sua forma de organização de acordo com seus interesses de classe, ideologia, concepção e prática sindical, sem interferência do Estado. Por isso, em qualquer processo eleitoral nas entidades CUTistas onde houver situação de conflito que coloque em risco a hegemonia CUTista, a regra é a da unidade. A construção da unidade deve ser baseada no diálogo entre as partes diretamente envolvidas no conflito, com a participação do ramo e da estadual da CUT. Esgotadas todas as possibilidades, e se configurando duas chapas no campo da CUT em um sindicato filiado, a CUT delibere: Que não reconhecerá nenhuma chapa que se opõe a direção da entidade filiada, e recomenda aos seus sindicatos filiados, apoiar a chapa da direção dos sindicatos filiados.

---

### **148 - K - Resolução**

CE

Gestão Sindical:

No campo da gestão sindical, o debate sobre o fortalecimento do “Sistema CUT” deve ser reforçado na perspectiva da definição de alguns padrões de gestão nacionais. Devemos debater o funcionamento de nossa estrutura interna, o que podemos definir como “custo CUT” de nossa estrutura interna e cotidiana precisa ser avaliado nos níveis nacional, regional e dos estados. É preciso aprofundar nossa concepção de planejamento estratégico e problematizar o futuro das decisões que estamos tomando no presente no campo da gestão sindical. O diagnóstico da nossa realidade no âmbito da arrecadação, gestão de pessoas, custos operacionais e logísticos, custos com patrimônio, dentre outros, deve pautar um amplo debate nacional que tenha como objetivo central um verdadeiro “Pacto por boas práticas da gestão

sindical CUTista”, com redução de desperdícios, ampliação de investimentos estratégicos e padronização de alguns procedimentos.

Fortalecimento do Projeto CUTista para o Brasil:

Precisamos focar na ampliação da nossa capacidade de organização popular da classe trabalhadora, considerando as juventudes, trabalhadores que estão na informalidade, beneficiários das políticas sociais e os milhões de desempregados. Devemos fomentar iniciativas no campo da comunicação de massa, formação sindical e popular, organização e mobilização de diferentes segmentos da sociedade brasileira que foram contemplados pelas políticas sociais dos governos democrático-populares e atualmente estão sendo sistematicamente excluídos como demonstram diversos indicadores econômicos e sociais. Iniciativas como jornais populares, rádios comunitárias, audiências públicas e cursinhos populares, devem caminhar articuladas a ampliação da nossa organização por local de trabalho e demais ações propriamente sindicais.

# FICHA TÉCNICA

## **Coordenação**

Direção Executiva Nacional da CUT

## **Organização de Textos**

Secretarias Nacionais da CUT

## **Edição e Revisão**

Secretaria-Geral Nacional

## **Projeto Gráfico e Diagramação**

M.Giora Comunicação

## **Impressão**

NSA

## **Tiragem**

1.000 exemplares

São Paulo, agosto de 2017.

## **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**

Rua Caetano Pinto, 575, Brás  
São Paulo-SP - CEP 03041-000  
Tel.: (55 0XX 11) 2108.9200 / 9201

**[www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)**

**Facebook:** /CUTBrasil

**Twitter:** /cut\_brasil

**Youtube:** /cutbrasil

**Instagram:** /cutbrasil



Rua Caetano Pinto, 575  
Brás • São Paulo-SP  
CEP 03041-000

Fone: (0xx11) 2108-9200

Fax: (0xx11) 2108-9310

**[www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)**

